

Relatório e Contas 2019





CRC de Angra do Heroísmo n.º 18 | NIPC 512 004 803

Capital Social: 19.931.622,00 Euros

Sede Social: Rua Direita n.º 118 | 9700-066 Angra do Heroísmo

Tel.: +351 295 401 300 | Fax: +351 295 403 131

www.cemah.pt

Índice

Mensagem do Presidente	4	Contexto, cronologia e destaques	10	Estratégia	21
Modelo de Governo	29	Do negócio	47	Visão patrimonial e financeira	57
Proposta de aplicação de resultados e considerações finais	64	Demonstrações Financeiras	68	Anexo às Demonstrações Financeiras	76
Relatório e parecer do Conselho Fiscal	173	Certificação Legal de Contas	177		

Esta página foi propositadamente deixada em branco



Mensagem do
Presidente

Esta página foi propositadamente deixada em branco

Mensagem do Presidente

Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral,

Excelentíssimos Membros da Assembleia Geral,

Terminado mais um ciclo anual, chega o momento da nossa Instituição se apresentar novamente em Assembleia Geral para a prestação de Contas à sua entidade titular e única acionista, a Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH).

Ao caracterizar o ano de 2019, ocorre-me reiterar que o mesmo consistiu num ano de desafios e profundo reajustamento ao nível das boas práticas de gestão bancária, com ênfase para o reforço do governo interno, da gestão e medição de risco, e da solidez dos níveis de capital e liquidez.



Quanto ao projeto de reforço do governo interno, há que assumir, convictamente, que a nossa Instituição não optou apenas por dar uma “resposta direta” a todas as questões identificadas, tendo antes optado por discutir as melhores soluções para reforço desse sistema basilar, através de uma abordagem estrutural de melhoria, com abrangência, profundidade e exigência significativas, o que implicou, inclusive, o recurso a uma entidade externa de consultoria, a PwC (PricewaterhouseCoopers), com a qual a nossa Instituição tem mantido uma verdadeira relação de parceria, da qual muito tem beneficiado em termos de conhecimento e de implementação de boas práticas para uma gestão “sã e prudente”, como se pretende.

Essa relação de parceria estratégica também foi estabelecida, no âmbito da IFRS9, com a KPMG, tendo culminado na implementação de um processo robusto, quer ao nível das normas contabilísticas associadas, quer ao nível de definição do modelo de imparidade coletiva.

De salientar que a CEMAH, apesar de ser uma instituição financeira de dimensão diminuta no âmbito do sistema bancário nacional, circunscrita à Região Autónoma dos Açores (RAA) e a uma carteira de produtos pouco complexa, está, todavia, inserida num universo extremamente regulamentado, não a eximindo, o princípio da proporcionalidade, do cumprimento rigoroso e absoluto de toda a matéria regulatória, nacional e europeia, a que se encontra sujeita.

Foi, pois, um ano atípico, de intensa atividade regulatória e de supervisão, mas que no final nos deixa satisfeitos pelo trabalho desenvolvido, na profunda convicção de que os resultados vieram confirmar a adequação das nossas orientações estratégicas, dos princípios orientadores da nossa gestão e dos processos adotados para a gestão de risco. Um ano de imensa melhoria qualitativa, embora com o sacrifício parcial dos seus resultados.

Iniciar um novo exercício, coincidente com um novo mandato – com (i) um plano de conservação de fundos próprios, (ii) uma auditoria especial sobre a correção dos rácios de capital, (iii) a implementação de diversas medidas no âmbito do governo interno e do sistema de controlo interno, bem como (iv) a definição de um novo plano estratégico –, já seriam motivos suficientes para que o período fosse considerado como de alta pressão, ainda acrescido pelo aumento de capital que se concretizou no final do ano, com indiscutível sucesso e a maior diligência por parte da entidade acionista, a SCMAH. Sobre todos estes projetos, é justíssimo evidenciar a competência e a dedicação das equipas da CEMAH afetas aos diversos trabalhos, cujo reconhecimento é unânime por parte dos nossos parceiros/consultores.

É igualmente justa uma palavra de especial apreço para com a SCMAH que, apesar de se ver privada dos dividendos, a que teria direito nos últimos 4 anos e que ascenderiam a 2.228.679,04 Euros (excluindo o valor referente a este exercício), não teve a mínima hesitação em compreender o momento fulcral então colocado à entidade titulada e, de imediato, correspondeu de forma determinada e solidária, com o apoio expresso dos seus órgãos sociais, concretizando de forma célere e eficiente o aumento de capital de 1 milhão de Euros, conforme previsto no plano de conservação de fundos próprios. Esse aumento de capital veio permitir reforçar o rácio de capital da CEMAH para os níveis desejados, acomodando o crescente nível de exigência regulatória, as contingências decorrentes do próprio nível de negócio e ainda outros fatores externos relevantes (v.g. o impacto resultante de contribuições para o Fundo de Pensões face à descida pronunciada da taxa de desconto aplicada, de 2,1% para 1,2%).

Refira-se, a propósito, que, no início do nosso primeiro mandato (em 2016), o rácio de capital exigido era de 8,625%, é agora de 13% e será de 14% a partir de julho de 2020, valores estes que têm vindo a ser cumpridos graças (i) à capitalização dos dividendos, (ii) ao aumento de capital ocorrido e (iii) a uma gestão da carteira comercial pautada pelo rigor e proatividade, mesmo num contexto adverso de taxas de juro negativas que tem tido um impacto bastante desfavorável na margem financeira dos bancos.

É neste contexto macroeconómico, incluindo aqui o desempenho dos mercados financeiros, com algum abrandamento e conseqüente incerteza, que a CEMAH vem apresentar demonstrações financeiras que espelham, de forma inequívoca e transparente, todo o esforço na concretização dos desafios colocados e relevar o investimento efetuado na realização dos ajustamentos subjacentes, bem como o respetivo impacto ao nível da sua performance global.

O resultado líquido de 652 mil Euros, alinhado com o nosso plano estratégico, reflete o sacrifício da atividade atual em detrimento do “arrumar a casa” e da sustentabilidade do nosso futuro, por forma a criar solidez necessária para implementar dinâmicas robustas e sólidas de rentabilidade.

O rácio de capital de 13,89% (após incorporação de resultados, admitindo a aceitação da proposta em Assembleia Geral; esse seria de 14,44%, não fosse o impacto decorrente do Fundo de Pensões) é revelador do enorme esforço de capitalização realizado ao longo de 2019, e colocou-nos numa boa posição para cumprir com os rácios SREP (impostos pelo Banco de Portugal) a partir de julho de 2020.

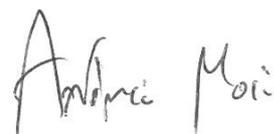
Posto isto, e ultrapassando a atipicidade sem precedentes do arranque de 2020 – dado o surto pandémico de Covid-19 e todos os danos colaterais do enfoque necessário e absoluto na salvaguarda das questões de saúde pública –, será tempo de pôr em prática a estratégia cuidadosamente delineada para a nossa Instituição, redirecionando todos os esforços da sua atividade para o negócio. Portanto, tal como definido no seu Plano Estratégico, e mantendo os valores de rigor, prudência e, no global, de uma gestão sã e criteriosa, naturalmente a nossa Instituição vai assumir o pleno da sua visão: CEMAH, o Banco dos Açores – um exemplo de sucesso e de resiliência.

Uma palavra de agradecimento, em nome do Conselho de Administração, a todos os colaboradores da CEMAH pelo esforço e dedicação ao serviço da Instituição, num ano particularmente difícil e exigente.

Uma palavra especial ao nosso Acionista, na pessoa do Senhor Provedor, Dr. António Bento Barcelos, pela forma empenhada e solidária como acompanhou a vida da Instituição, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, nomeadamente ao Conselho Fiscal e em particular ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Álvaro Leal Monjardino.

Um agradecimento ao Auditor Externo e ao Supervisor pela forma exigente, mas construtiva, como exercem as suas funções, sendo de salientar o primeiro exercício com o novo auditor, a Deloitte, que decorreu de forma cooperante e em diálogo permanente.

Por fim, a quem é a razão da nossa existência, aos clientes da CEMAH que merecem toda a nossa dedicação e apoio, e que nos fazem sentir orgulhosos deste projeto de sucesso de banca regional ao serviço da RAA.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'António Moiré', is positioned in the lower right quadrant of the page.

Esta página foi propositadamente deixada em branco



Contexto,
cronologia e
destaques

Contexto, cronologia e destaques

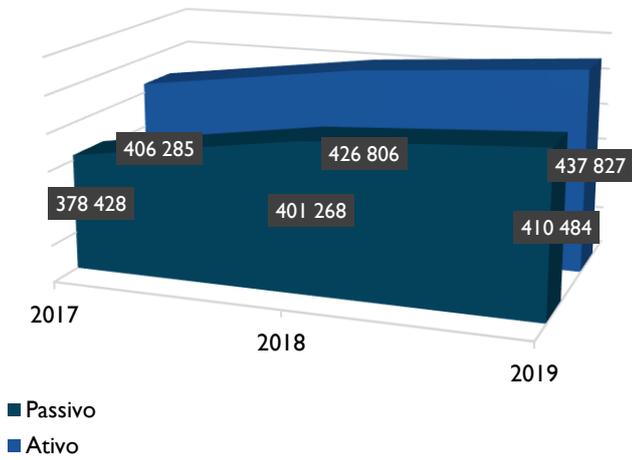
A CEMAH em 2019

Janeiro	Concerto de Ano Novo Aprovação da nova versão da Política de Seleção e Avaliação de Órgãos de Administração e de Fiscalização
Fevereiro	Reunião de Gerentes
Março	Eleição dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal para o triénio 2019-2021
Abril	123.º Aniversário da CEMAH
Maiο	Desenho do Relatório Estratégico 2020-2022
Junho	Início da parceria com a Companhia de Seguros Açoriana na venda de seguros de ramo vida e não vida
Julho	Visita anual do Conselho de Administração aos balcões do Grupo Central
Agosto	Assinatura de Protocolo Linha Capitalizar Mais com o IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento, S.A., a SPGM – Sociedade de Investimento, S.A. e Sociedades de Garantia Mútua Encerramento do Balcão de São Roque (Pico)
Setembro	Autorização do exercício de funções dos membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal eleitos para o triénio 2019-2021
Outubro	Reunião transversal – Rentabilidade Futura da CEMAH
Novembro	Aumento do capital social da CEMAH 40.º Aniversário do Balcão da Calheta (São Jorge) Revisão do Código de Conduta Formação externa sobre Proteção de Dados
Dezembro	Formação sobre o novo Código de Conduta Remodelação do Balcão da Graciosa

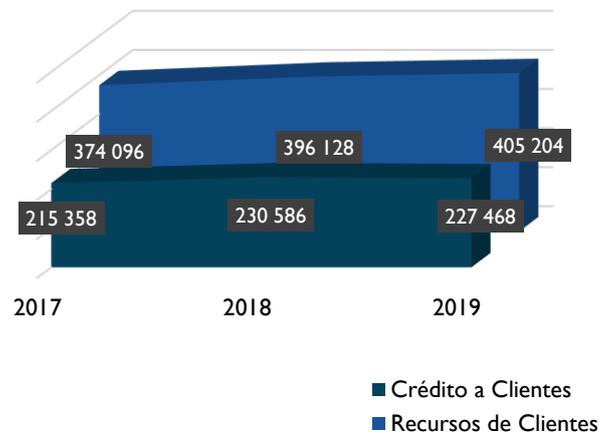
Indicadores relevantes

		2019	2018	Var %
Dimensão	Ativo Líquido (milhares de Euros)	437 827	426 806	2,58%
	Colaboradores ativos	140	127	10,24%
	Balcões	13	14	-7,14%
Atividade	Crédito bruto a clientes (milhares de Euros)	227 468	230 586	-1,35%
	Recursos de clientes (milhares de Euros)	405 204	396 128	2,29%
Capital	Rácio de Fundos Próprios Totais	13,54%	12,00%	12,83%
	Tier I	13,54%	12,00%	12,83%
	Rácio CET I (<i>Common Equity Tier I</i>)	13,54%	12,00%	12,83%
Qualidade do Crédito	Crédito vencido > 90 dias, em % do crédito a clientes	5,61%	5,19%	8,18%
	Imparidade de crédito, em % do crédito vencido > 90 dias	19,16%	9,39%	104,05%
Rendibilidade	Produto Bancário (milhares de Euros)	10 053	11 688	-13,99%
	Resultado Líquido (milhares de Euros)	652	2 839	-77,04%
	Resultado antes de impostos/Ativo líquido	0,16%	0,79%	-79,95%
	Resultado antes de impostos/Ativo líquido médio	0,16%	0,81%	-80,21%
	Produto Bancário/Ativo líquido	2,30%	2,74%	-16,16%
	Produto Bancário/Ativo líquido médio	2,33%	2,81%	-17,23%
	Resultado antes de impostos/Capitais próprios	2,54%	13,23%	-80,79%
	Resultado antes de impostos/Capitais próprios médios	2,63%	12,89%	-79,62%
Eficiência	<i>Cost-to-income</i>	81,78%	65,88%	24,13%
	Custos com o pessoal/Produto bancário	43,58%	35,46%	22,90%
Transformação	Rácio de transformação	55,01%	57,26%	-3,94%
	Liquidez a 12 meses (milhares de Euros)	145 300	130 742	11,13%

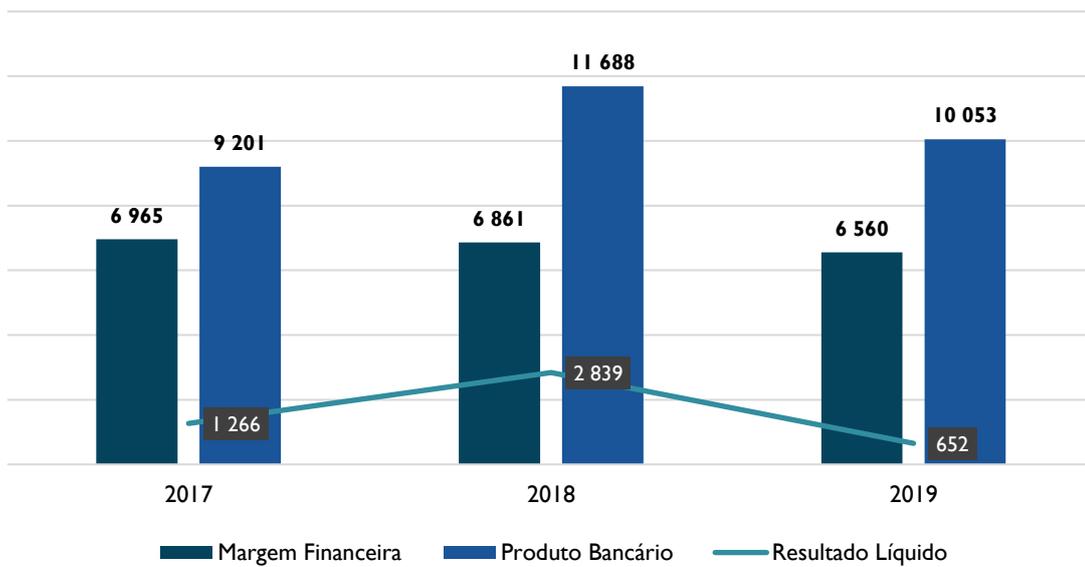
Ativo versus Passivo (milhares de Euros)



Crédito e Recursos de Clientes (milhares de Euros)



Margem Financeira, Produto Bancário e Resultado Líquido (milhares de Euros)



Contexto macroeconómico

Global

A nível mundial, o FMI e a CE projetaram, ambos, um abrandamento do PIB em 2019 de forma transversal às principais economias avançadas e de mercado emergentes em resultado da evolução do comércio internacional e do aumento da incerteza. As projeções apresentadas no *World Economic Outlook* de outubro de 2019 e no *European Economic Forecast* de novembro de 2019 representam uma revisão em baixa face à versão de abril de 2019 e de maio de 2019, respetivamente, refletindo a intensificação dos fatores de risco nos últimos meses.

No que diz respeito às projeções para 2020, o FMI apontava para uma aceleração da atividade económica a nível global, tendo subjacente, contudo, uma revisão em baixa face à projeção de abril¹, apesar de a visão não ser transversal a todas as principais economias avançadas e de mercado emergentes. No caso de Portugal, o FMI previa que a trajetória de desaceleração da atividade económica se mantivesse, contrastando com uma moderada aceleração projetada para a área do Euro, o que acabou por vir a alterar-se significativamente.

Crescimento do PIB | Taxa de variação anual, em percentagem

	2018	2019 ^P	2019 ^{P*}
Portugal	2,4	1,9	0,2
Economia mundial	3,6	3,0	-0,3
Economias avançadas	2,3	1,7	-0,1
EUA	2,9	2,4	0,1
Área do euro	1,9	1,2	-0,1
Alemanha	1,5	0,5	-0,3
França	1,7	1,2	-0,1
Itália	0,9	0,0	-0,1
Espanha	2,6	2,2	0,1
Reino Unido	1,4	1,2	0,0
Economias de mercado emergentes e em desenvolvimento	4,5	3,9	-0,5
China	6,6	6,1	-0,2
Brasil	1,1	0,9	-1,2
Rússia	2,3	1,1	-0,5

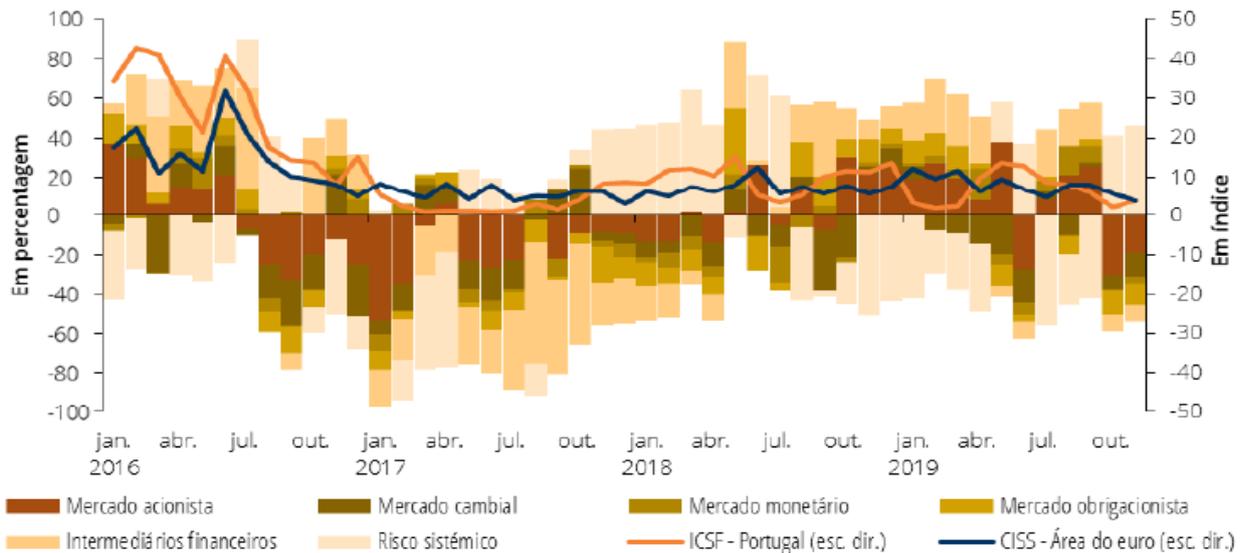
Fonte: FMI | Notas: p - previsão

No que concerne aos mercados financeiros, e devido a uma redução significativa da componente sistémica, as condições nos mercados financeiros internacionais vieram alterar-se face à tensão observada no final de 2018, apesar de alguns episódios de volatilidade. Esses episódios estiveram, naturalmente, relacionados com o abrandamento da atividade económica mundial face ao esperado, com um surpreendente e prolongado Brexit (processo de saída do reino Unido da União Europeia e ativação do dito *Artigo 50.º* do Tratado de Lisboa) e com a tensão comercial entre os EUA e China, sem negligenciar a intensificação da tensão geopolítica no Golfo Pérsico.

Estes apenas foram mitigados por medidas de política monetária mais acomodatórias, pela passagem do tempo e pelo arrefecimento de ânimos...

¹ Essas projeções vieram a ser dramaticamente revistas, em sentido depreciativo, no *World Economic Outlook* de abril de 2020, em subsequência aos desenvolvimentos relacionados com o surto pandémico do novo Coronavírus (v.g. SARS-CoV-2 ou Covid-19): <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>

Indicador Compósito de Stress Financeiro para Portugal (ICSF) e área do Euro (CISS)



Fontes: Banco de Portugal e Banco Central Europeu. | Notas: As barras representam o peso relativo das diferentes componentes na variação anual do CISS40 na área do Euro. A componente de risco sistémico é calculada com base nas correlações entre os diferentes segmentos de mercado. Última observação: 15 de novembro de 2019.

No que concerne à zona Euro, e após revistas em baixa das projeções do BCE em termos de crescimento económico (para 1,1% em 2019, portanto, menos 0,1 p.p. do que projetado em junho), acompanhado de sucessivas revisões em baixas da inflação, o pacote de medidas adicionais de estímulo monetário, anunciado em setembro de 2019, verificou-se fundamental: (i) pelo reforço do impacto acomodatório das taxas diretores, desta feita acompanhada de uma redução da taxa de facilidade permanente de depósito para -0,5%, (ii) pela Operação de Refinanciamento de Longo Prazo Direcionada (TLTRO), ainda em setembro, e (iii) pelo reinício *Asset Purchase Programme* (APP) já em novembro, com a pujança de 20 milhares de milhão de Euros; fica ainda a expectativa sobre a realização de uma nova série de Operações de Refinanciamento de Longo Prazo Direcionadas (na sigla inglesa TLTRO-III) para dinamização do financiamento da economia real.

Considerado no seu conjunto, este pacote traduz-se em taxas de juro mais baixas por um período mais prolongado (o designado *lower-for-longer*). A redução das taxas de juro de médio e longo prazo sinaliza que a Euribor só deverá retomar valores positivos num horizonte consideravelmente mais longo que o antecipado pelos agentes de mercado. Neste contexto, muitos países europeus apresentam atualmente *yields* negativas num espetro alargado de maturidades.

Tal contexto vem criar o cenário adequado para a compressão generalizada das *yields* soberanas, sendo que, desde o início do ano, os custos de financiamento no mercado nas maturidades longas se reduziram, com enfoque nos 10 anos, em que a redução foi particularmente significativa para países como a Grécia (2,87 p.p.), Itália (1,44 p.p.), Portugal (1,35 p.p.) e Espanha (0,96 p.p.).

Em contraponto à incerteza global, os mercados financeiros pareceram encaixar as medidas de política monetária, tanto na área do Euro como nos EUA, corrigindo positivamente, tendo os principais índices valorizado significativamente (o EuroStoxx50 alcançou uma valorização de *circa* 20% e o S&P500 demonstrou ascender a 25%); o PSI20 veio seguir a tendência das principais bolsas europeias, embora de forma mais modesta (aproximadamente 10%).

Nacional

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Produto Interno Bruto (PIB) português, em 2019, cresceu 2,2%, em termos homólogos, para os 212.303 milhões de Euros; esse compara com um crescimento de 2,4% para o conjunto do ano de 2018, mantendo a tendência de abrandamento observada desde meados de 2017, mas acima das previsões conservadoras de diversas entidades, incluindo o Banco de Portugal, que o colocavam nos 2,0%.

A desaceleração do PIB em Portugal teve subjacente a perda de dinamismo das exportações face a anos anteriores – em linha com o abrandamento do comércio internacional –, a par da manutenção do crescimento da procura interna. Contudo, a atividade económica em Portugal demonstrou resiliência quando comparada com os desenvolvimentos no conjunto da área do Euro, tendo o consumo privado crescido 2,2% em termos homólogos (o que reflete o abrandamento do consumo corrente e a contração nas compras de automóveis) e tendo-se verificado uma aceleração do investimento. Apesar do crescimento sustentado do rendimento disponível real, a taxa de poupança diminuiu ligeiramente.

O crescimento do VAB, também no patamar dos 2%, para os 183.599 milhões de Euros, traduz essencialmente o contributo do setor dos serviços e, seguidamente, da construção; este representa 86,5% do PIB.

O crescimento da economia portuguesa ao longo dos últimos anos continuou a refletir-se numa melhoria da situação do mercado de trabalho, incluindo um maior crescimento dos salários; a taxa de desemprego manteve a trajetória de redução em 2019, registando um valor de 6,5%, inferior ao observado na zona Euro.

Registou-se um valor de 0,3% ao nível da taxa de inflação, medida pela variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), e um diferencial negativo de -0,9 pp face à área do Euro, que permanece num contexto de redução das expectativas sobre essa.

Em 2019, o saldo da balança corrente e de capital registou um superavit de 0,9% do PIB, ascendendo aos 1.871 milhões de Euros, o que representa menos *circa* 1.000 milhões de Euros do que no período homólogo (2018). O saldo da balança de bens e serviços veio sofrer uma deterioração, motivada pela deterioração do saldo das balanças de bens, que não puderam ser contrariadas, apesar de um saldo da balança de turismo e viagens com evolução positiva. O ajustamento do saldo orçamental tem vindo a prosseguir, embora, quando ajustado do efeito de medidas temporárias, o progresso projetado seja menor que o observado no passado recente.

A posição de investimento da economia portuguesa face ao exterior, por sua vez, tem vindo a registar melhorias, porém ainda na cauda da zona Euro, e consistindo, sobretudo, em dívida externa líquida; essa continuou a não ultrapassar o patamar dos -100% do PIB.

Portanto, 2019 vem trazer o primeiro saldo das administrações públicas positivo (% PIB), bem como relega a dívida pública para patamares anteriores a 2012 e inferior a 118% PIB, apesar de ainda se considerar elevada, tanto em termos históricos como no âmbito da zona Euro. Este facto, que retrata uma das principais vulnerabilidades da economia portuguesa, assume importância acrescida quando associado quer à elevada sensibilidade da economia portuguesa a eventuais choques adversos que ocorram a nível internacional, quer à manutenção de um crescimento potencial da economia relativamente limitado.

Setorial

Nesta fase de definição estratégica na CEMAH, verificou-se relevante caracterizar globalmente o setor bancário português, em retrospectiva, recorrendo à muito útil primeira versão da base de dados de séries longas para o setor bancário português do Banco de Portugal², para contextualizar um pouco melhor algumas das questões mais impactantes, tanto a nível genérico como idiossincrático, de cada instituição e da CEMAH em particular.

Portanto, depois de um expressivo crescimento na década de 1990 – em resultado da liberalização financeira da economia portuguesa –, pode dizer-se que o setor está num processo de ajustamento de dimensão, modelo de negócio e características de operação desde 2010... não sendo negligenciável a pressão para concentração adicional que surge dessa necessidade de reinvenção.

Apesar do revés trazido pela crise financeira e pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), nomeadamente entre 2011 e 2014, a expansão da banca portuguesa também testou a implementação/consolidação de alguma atividade transfronteiriça, o que viu maior desincentivo e obstáculos pela via regulamentar, em particular, após a conceção da União Bancária e do Mecanismo Único de Supervisão.

Ao longo dos últimos 30 anos, e mais concreta e fortemente a partir de 2010, assistiu-se a uma diminuição da margem financeira do sistema bancário – em preço e em volume –, num contexto de redução expressiva das taxas de juro e das margens de intermediação financeira, a par da deterioração circunstancial da qualidade das exposições. Daí, surgiram campanhas de reconhecimento de imparidades, tanto para posições não performantes como para cobrir o potencial incumprimento, que vieram forçar a (re)capitalização de todo o setor, com vista à absorção de perdas, conferindo um novo paradigma à visão de solvabilidade; os requisitos mínimos de fundos próprios vieram sofrer um tal incremento, em valor e em qualidade (com *phase-in* até 2019), que o rácio *Tier I* (fundos próprio de nível I) passou a posicionar-se, em média, perto dos 14% (por comparativo com uma longa época de 8%).

A redução da margem financeira tem sido acompanhada por uma evolução diferenciada de outras componentes de receita e de custos, com implicações nos resultados do setor. A manutenção do ambiente de taxas de juro *lower-for-longer* potencia riscos para a estabilidade financeira, de abrangência nacional e internacional, resultantes dos incentivos para a tomada de risco excessivo (*search-for-yield*), não obstante os custos de financiamento mais baixos facilitarem a emissão de instrumentos elegíveis para cumprimento do MREL.

Aliás, no reverso desse panorama está o aumento nos níveis de liquidez, que se veio materializar numa rápida redução do rácio entre crédito e depósitos, passando o mesmo de um valor de cerca de 150% em 2010 para uma média de menos de 90% nos anos mais recentes, numa trajetória de regressão para valores da década de 1990. Portanto, e perante a uma valorização significativa dos mercados de ativos (acionista, obrigacionista e imobiliário), ainda que sem uma correspondência evidente nos fundamentos económicos – as teorias de finanças comportamentais vêm evidenciar efeitos advindos do alargamento da participação a mais agentes, menos instruídos e mais suscetíveis de comportamentos reativos –, têm vindo a ser dinamizadas linhas de negócio relacionadas com a intermediação ou mesmo coma gestão de carteira própria, consolidando contributos relevantes para o produto bancário, porém implicando maior perícia no tratamento regulamentar, no acompanhamento e na implementação de medidas de mitigação, para além da angariação de *buffers* capital adequados à eventual materialização dos riscos subjacentes.

A pressão para a obtenção de rendibilidade também se tem refletido na composição das carteiras dos fundos de investimento, tendo sido observado, também a nível da área do Euro, um aumento da exposição a ativos com menor liquidez e a algumas geografias onde é possível obter rendibilidades ainda positivas, a par de uma

² Vide *Séries Longas, Setor Bancário Português 1990-2018 - Apresentação e Notas Metodológicas*, outubro de 2019, Banco de Portugal.

maior similaridade nas estratégias de investimento. Este último fator tende a reforçar a interligação e correlação entre diferentes mercados de ativos, potenciando a propagação de choques entre diferentes segmentos de mercado e entre diferentes economias a nível mundial.

De um ponto de vista mais operacional, a evolução do setor bancário nas últimas décadas foi marcada por alterações tecnológicas suscetíveis de reduzir os custos unitários de processamento, robustecer os níveis de automatização e controlo de processos e dinamizar o desenvolvimento de produtos (e.g. dadas as necessidades criadas nos clientes contemporâneos, nomeadamente em termos de distância e desmaterialização), mas também advindas do facto de os bancos terem vistos os seus modelos de negócio serem desafiados por novos participantes na atividade de intermediação financeira (e.g. *Bigtechs*); esses investimentos contínuos em digitalização, de forma a assegurar eficiência e competitividade, vêm também de encontro às necessidades cada vez mais prementes de informação de qualidade, completa e tempestiva, como vantagem competitiva (quer para responder ao fardo regulamentar, quer, sobretudo, como elemento diferenciador, por via da geração de informação de gestão, de *pricing*, de CRM, entre outras utilizações).

Contudo, importa referir que, em Portugal, se tem mantido, nos últimos anos, a diferenciação de *spreads* de taxa de juro por classe de risco nos novos empréstimos a sociedades não financeiras pelos principais bancos do sistema. No entanto, existem sinais de que essa diferenciação é ainda pouco sustentada por modelos de *pricing* robustos, existindo uma tendência de convergência no setor (por pressão concorrencial).

Começam ainda a ganhar forma outras problemáticas com potencial materialidade do seu impacto na situação e performance financeira do setor: a dimensão de risco financeiro associado às alterações climáticas e à transição para uma economia sustentável de baixo carbono. O reconhecimento da intensidade e transversalidade dos desafios colocados pelas alterações climáticas, que exigem respostas à escala global e articuladas em várias dimensões de política económica, tem levado a que este tema tenha vindo a assumir um importante lugar na agenda política internacional e em particular da UE, com destaque para as prioridades definidas para os novos ciclos institucionais da Comissão Europeia e do Banco Central Europeu (BCE). São prováveis alterações regulamentares e fiscais que propiciem uma alteração de incentivos ao comportamento dos vários agentes económicos, que poderão originar consequências macroeconómicas globais e impactos diferenciados.

Por fim, será importante realçar que, num contexto de intensificação de riscos para a estabilidade financeira, continua a ser fundamental a consolidação das instituições comunitárias na resposta conjunta aos desafios que se colocam, em particular, a conclusão de uma União Bancária sólida e sem fragmentações e espaço para criação de um *unlevel playing field* entre as instituições que operam no setor, entre os países.

Em suma, face ao contexto de incerteza já amplamente exposto, acompanhado da pressão regulamentar já habitual, as instituições de crédito são *convidadas* a manter prudência nas suas políticas, tanto na captação como na mitigação das suas exposições, bem como a manter objetivos conservadores de capitalização para robustecimento da sua capacidade para absorção de perdas, de projeção algo complexa.

Com maior detalhe, no que concerne ao Sistema Bancário português e à sua estrutura patrimonial, a análise periódica do Banco de Portugal³ vem sistematizar, para o 4.º trimestre de 2019, o seguinte panorama geral:

³ Vide *Sistema Bancário Português: desenvolvimentos recentes – 4.º trimestre 2019*, Banco de Portugal; esta publicação é redigida com informação disponível até 17 de março de 2020.

	Notas	Unidade	dez. 15	dez. 16	dez. 17	dez. 18	set. 19	dez. 19
Ativo								
Empréstimos a clientes (líquidos de imparidades)	(1)	%	60,0	60,7	60,6	59,7	59,8	59,7
Títulos de dívida (líquidos de imparidades)	(1)	%	18,3	18,5	19,2	21,4	22,3	21,9
Títulos de dívida pública portuguesa (valor bruto)	(2)	%	7,1	7,6	8,3	8,8	8,4	8,0
Ativo total		10 ⁹ €	407,6	386,2	381,3	384,7	397,2	392,2
Ativo total / PIB (nominal)		%	226,8	207,1	194,6	188,3	188,9	184,8
Liquidez e financiamento								
Financiamento de Bancos Centrais	(1)	%	7,0	6,4	6,3	5,3	4,7	4,4
Financiamento interbancário (líquido de ativos interbancários)	(1)	%	4,7	5,5	5,6	6,1	5,1	5,9
Depósitos de clientes	(1)	%	62,4	63,6	65,5	67,1	67,9	68,4
Responsabilidades representadas por títulos	(1)	%	7,5	6,1	4,8	4,2	3,9	4,1
Capital próprio	(1)	%	8,1	7,7	9,5	9,1	9,3	9,3
Rácio de transformação (LtD)	(3)	%	96,1	95,5	92,5	89,0	86,0	87,3
Ativos de elevada liquidez	(4)	%	n.d.	11,3	14,8	17,1	18,6	19,5
Rácio de cobertura de liquidez (LCR)	(5)	%	n.d.	150,8	173,5	196,4	210,9	218,4
Qualidade de ativos								
Empréstimos non-performing (valor bruto)		10 ⁶ €	49 818	46 361	37 001	25 852	21 736	17 194
Empréstimos non-performing (líquido de imparidades)		10 ⁶ €	29 512	25 364	18 728	12 432	10 118	8 372
Rácio de NPL - Total	(6)	%	17,5	17,2	13,3	9,4	7,7	6,1
Rácio de NPL - Particulares	(6)	%	9,4	8,7	7,1	5,1	4,0	3,7
Rácio de NPL - Sociedades não financeiras	(6)	%	28,3	29,5	25,2	18,5	15,7	12,3
Rácio de NPL líquido de imparidades - Total	(7)	%	10,4	9,4	6,7	4,5	3,6	3,0
Rácio de cobertura de NPL por imparidade - Total	(8)	%	40,8	45,3	49,4	51,9	53,5	51,3
Rácio de cobertura - Particulares	(8)	%	36,2	35,4	37,1	40,9	42,2	42,3
Rácio de cobertura - Sociedades não financeiras	(8)	%	44,4	48,9	53,9	56,3	58,5	56,3
Rendibilidade ^(a)								
Rendibilidade do Ativo (ROA)	(9)	%	0,16	-0,59	0,31	0,66	0,84	0,75
Resultado de exploração	(10)	%	0,59	0,75	0,85	0,95	0,97	0,95
Rendibilidade do Capital Próprio (ROE)	(11)	%	2,2	-7,3	3,3	7,1	9,1	8,1
Resultado Líquido		10 ⁶ €	324	-1 244	-86	1 078	2 272	1 792
Cost-to-Income	(12)	%	60,9	59,4	52,8	60,3	57,0	59,2
Custo do risco de crédito	(13)	%	1,18	1,79	0,98	0,42	0,52	0,50
Solvabilidade								
Fundos próprios principais de nível 1 (CET 1)	(14)	%	12,4	11,4	13,9	13,2	13,9	14,1
Fundos próprios adicionais de nível 1 (AT 1)	(14)	%	0,2	0,3	0,6	0,8	1,1	1,1
Fundos próprios de nível 2 (Tier 2)	(14)	%	0,7	0,6	0,7	1,2	1,5	1,5
Rácio de alavancagem	(15)	%	7,0	7,6	7,8	7,3	7,7	7,8
Ponderador médio de risco	(16)	%	60,6	58,9	56,0	54,4	53,6	53,3

À parte das ilações óbvias sobre a evolução do ativo, do financiamento junto de bancos centrais, do rácio de cobertura de liquidez e da qualidade dos ativos/imparidade (e cobertura de exposições não performantes), importa elaborar acerca da rendibilidade, da eficiência e, por conseguinte, da solvabilidade.

A evolução do ROA refletiu, sobretudo, uma reversão líquida de provisões e, em menor grau, o crescimento dos resultados de operações financeiras e da margem financeira. Este contributo positivo para o ROA foi atenuado, porém, por um aumento das imparidades, e, em menor dimensão, por um crescimento dos custos operacionais e por uma deterioração da rubrica outros resultados.

A eficiência do sistema bancário, medida pelo rácio *cost-to-income*, diminuiu 1,1 pp, situando-se em 59,2%, em resultado de um aumento do produto bancário superior ao dos custos operacionais. O custo do risco de

crédito situou-se em 0,50%, tendo aumentado 0,09 pp face a 2018, devido a um aumento das imparidades para crédito superior ao crescimento da carteira de empréstimos a clientes.

Essas características criam o contexto para que, em termos de Solvabilidade, no final de 2019, o rácio de fundos próprios totais e o rácio de fundos próprios principais de nível I (CET I) se situem em 16,7% e 14,1%, respetivamente, aumentando ambos em 0,3 pp. Para esta evolução contribuiu essencialmente a diminuição dos ativos ponderados pelo risco (-1,8%).

O rácio de alavancagem manteve-se significativamente acima do mínimo de referência definido pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia (3%), o qual se tornará um requisito de cumprimento obrigatório a partir da data de início de aplicação do novo CRR (28 de junho de 2021).

Regional e idiossincrático

No ano de 2019, de acordo com o Boletim Trimestral de Estatística para o 4.º trimestre⁴, a economia regional deverá ter tido uma evolução positiva, a avaliar pela criação líquida de emprego verificada (1,7%), refletindo o valor anual mais elevado estimado para a população empregada (113.665).

O comportamento do comércio internacional, com um crescimento das exportações (+25,4%) e uma diminuição das importações (-26,4%), também contribuiu, significativamente, para essa evolução positiva, assim como o desempenho dos diversos indicadores disponíveis, nomeadamente, a média anual (1,8%) do Indicador de Atividade Económica. Também a evolução no 4.º trimestre se apresenta favorável como indicia o crescimento do IAE em dezembro, o aumento do emprego homólogo e o desempenho dos diferentes indicadores sectoriais.

Assim, no sector primário, o leite entregue nas fábricas (+2,6%), a pesca descarregada (+32,9%) e o abate de animais registam taxas positivas no final de ano, por contrapeso à saída de gado vivo que apresenta evolução desfavorável (-20,9%). Enquanto que, no sector secundário há a registar positivamente a produção de queijo (+11,9%), a saída de carne de bovino (+8,0%) e o licenciamento de edifícios (+18,9%), por contrapartida do comportamento desfavorável da produção de leite para consumo (-13,3%), da venda de cimento (-11,1%) e do consumo de energia industrial (-0,1%). No sector terciário, por sua vez, os indicadores relacionados com o turismo continuam com comportamento bastante positivo, com crescimento de significativo nas dormidas (+12%) e nos passageiros desembarcados (+4%). Para além destes indicadores, verifica-se também a continuação em terreno positivo da venda de produtos alimentares (+2,6%), do consumo de energia do comércio e serviços (+0,5%) e da venda de automóveis ligeiros (+5,6%).

A taxa de desemprego regional no 4.º trimestre foi de 7,6%, novamente acima da média nacional (6,7%) correspondendo a uma diminuição homóloga de 0,9 p.p. A taxa de desemprego anual fixou-se nos 7,9%, uma redução de 0,7 p. p. face ao ano anterior (8,6%) sendo a menor taxa anual da atual série do Inquérito ao Emprego, iniciada em 2011. A taxa de desemprego nacional foi de 6,5%. Contudo, o emprego homólogo apenas apresenta um comportamento desfavorável no setor primário (-15,0%), com os restantes setores a apresentar aumentos (+4,6% e 2,3%, respetivamente).

A taxa média de inflação foi de 0,5% em dezembro (a média nacional foi 0,3%), registando um aumento de 0,3 p. p. relativamente a setembro; a taxa homóloga ascendeu a 1,0%, enquanto que a taxa correspondente a nível nacional se ficou pelos 0,4%.

⁴ Publicação trimestral do Serviço Regional de Estatística da Região Autónoma dos Açores, com referência ao 4.º trimestre de 2019; publicado a 14 de fevereiro de 2020

Esta página foi propositadamente deixada em branco

A black and white photograph of a coastal town. The foreground shows traditional multi-story buildings with tiled roofs and balconies. In the background, a modern building with large windows and a balcony has the letters 'CEM' mounted on its facade. The scene is set against a backdrop of a coastline with a bay and hills. A large, white, outlined hexagon is superimposed over the center of the image, containing the word 'Estratégia' in a bold, sans-serif font.

Estratégia

Estratégia

Apesar de a definição da estratégia representar uma das ferramentas mais elementares da gestão de alto nível de qualquer sociedade – enraizado de tal forma nas práticas comumente aceites, que até a legislação faz refletir essa importância com a atribuição de um carácter mandatório, por via do Código das Sociedades Comerciais –, 2019 foi um ano estruturante na Instituição desse ponto de vista.

Portanto, após recondução integral do Conselho de Administração, com um 2018 já exigente de provas de resiliência, em final de mandato num contexto setorial desafiante, com forte pressão regulamentar e prudencial (o que, incluiu, já no final do ano, a alteração das regras prudenciais implícitas na classificação das exposições ao setor público do ponto de vista de risco e consumo de fundos próprios, e consequente redefinição da abordagem e estratégia definidas nesse âmbito para redução de exposições significativas e rentáveis), com investimentos significativos em tecnologias de informação e formação para suporte qualitativo e quantitativo ao negócio, porém alcançando o melhor Resultado Líquido da história da CEMAH, e com a transformação em Sociedade Anónima e consequente alteração estatutária, de carácter absolutamente crucial, parecia ser o momento de uma reflexão estratégica profunda pela/sobre a Instituição.

Parecia também necessária a alteração de métodos e metodologias e encetar um processo participativo, com reflexão coletiva, colaborativo, no sentido de se alcançar um alinhamento tanto *top-down* como *bottom-up*, transversal à Instituição, beneficiando da fricção positivo criada entre as visões mais estratégicas e as mais operacionais.

O produto resultante desse processo foi a clarificação da própria visão da Instituição para o futuro, mantendo muitos dos seus princípios estratégicos fundamentais, apesar da reinvenção de algumas abordagens e redesenho de algumas práticas internas.

A CEMAH pretende assumir-se como um exemplo de sucesso e resiliência na Região Autónoma dos Açores, destacando-se pela sua reputação histórica e por uma representação de confiança, em atuação regional com foco na banca de proximidade, incidente em competências distintas, ainda que suportada em produtos e ferramentas que permitam uma relação contemporânea com os seus Clientes, e assumindo um papel relevante na economia social (de raiz no assistencialismo da sua Acionista).

Os valores de rigor, prudência e, no global, de uma gestão são, permanecem, naturalmente.

*“Assegurar a definição e
persecução de uma
estratégia alicerçada no
desenvolvimento sustentado,
para o presente e para o
futuro, contribuindo para a
dignificação e fortalecimento
do sistema financeiro, e do
espaço económico em que
nos situamos, em particular
– a Região Autónoma dos
Açores.”*

*António Maio,
Presidente do Conselho de
Administração*

Plano estratégico 2020-2022

Como enquadramento das idiossincrasias da Instituição, jamais será possível negligenciar a sua natureza e dimensão, o elevado conservadorismo na sua gestão – por fatores históricos de missão e por limitações ao desenvolvimento de algumas atividade até muito recentemente (aquando da sua transformação em Caixa Económica Bancária) –, a concentração regional do seu negócio, por um lado, e a sua função motriz na economia real regional, por outro, foram fatores decisivos na definição da sua estratégia ao longo dos anos, fazendo com que o seu percurso se distanciasse, em muitos vetores, do restante setor (e.g. internacionalização, volume de investimento em Tecnologias de Informação, etc.), porém mantendo grande parte dos desafios subjacentes advindos do contexto de mercado e da política monetária.

No que concerne à definição de uma resposta para fazer face ao esmagamento de margem de intermediação, num ambiente de taxas de juro *lower-for-longer*, e apesar dos incentivos à tomada de risco excessivo, em *search-for-yield*, com reflexos geralmente ao nível da deterioração dos critérios de concessão de crédito em detrimento do volume, com potencial aumento do endividamento para níveis não sustentáveis, a CEMAH também veio a assumir opções diferentes, nomeadamente pela dinamização da sua carteira própria, consolidando uma linha de negócio alternativa, a de Mercados e Investimentos.

Pode ainda afirmar-se que a CEMAH não é claramente uma das instituições que mais beneficia de esquemas de comissionamento, apesar de esses representarem, naturalmente, algum contributo para a sua margem financeira e produto bancário.

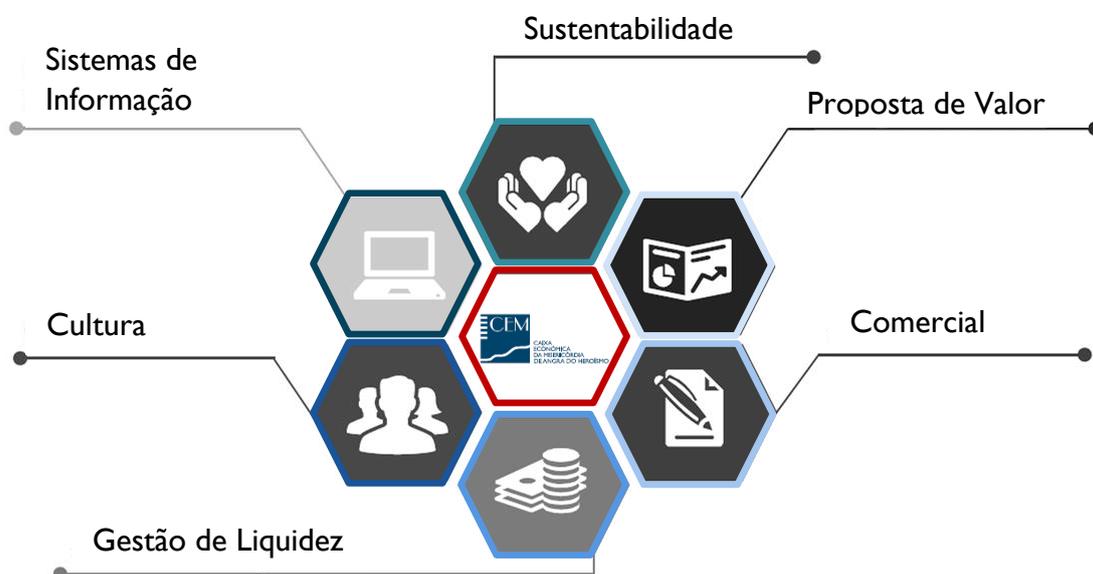
Assim sendo, e em concreto, do processo de planeamento estratégico, orgânico, desenvolvido em 2019, resultou a seguinte visão:

CEMAH, o Banco dos Açores – um exemplo de sucesso e resiliência

- Estratégia de diferenciação assente numa imagem de reputação e confiança de atuação regional com foco na banca de proximidade e rapidez de resposta ao cliente;
- Proposta de valor orientada para os segmentos de particulares, PME e institucionais, com manutenção da aposta nos mercados já consolidados e reforço da presença nos mercados em penetração, nomeadamente através da criação de um centro de empresas;
- Foco no negócio de intermediação financeira com reorientação para produtos *light capital*, meios de pagamento e parcerias comerciais, de forma a complementar a oferta e permitir o desenvolvimento de ofertas setoriais;
- Utilização de ferramentas digitais para melhoria da experiência de relacionamento com a Instituição, considerando a maturidade tecnológica dos clientes atuais e dos clientes-alvo.

Da qual vieram a derivar os objetivos e eixos estratégicos para o triénio, conforme se ilustra de seguida:

ROE 7%	CETI 14%	Cost-to-income 78%	Margem Financeira > 75%	RAI ↑ EUR 1,5 M
-----------	-------------	-----------------------	----------------------------	--------------------



Segmentação de clientes e conhecimento das suas necessidades/preferências a nível financeiro, associada a uma proposta de valor diferenciadora de atuação regional, vão permitir a captura de clientes com rentabilidade



Promoção do crescimento sustentado do Produto Bancário, tendo uma atuação comercial proativa com base nos seus valores estruturantes, o que implica a consolidação e crescimento do negócio nos clientes atuais e o alargamento da oferta



Gestão criteriosa da carteira própria, pelo peso que as receitas daí provenientes têm vindo a aportar ao Produto Bancário, aliado às exigências crescentes em termos de capital, tornando-se num dos focos da Instituição



Disseminação de uma cultura comum à organização como alicerce para a implementação da estratégia preconizada, com foco na capacitação das suas pessoas, trabalho de equipa e meritocracia, e garantindo a gestão prudente do risco



Sistemas de informação como catalisadores da eficiência interna, permitindo à Instituição, com recurso a diversas ferramentas, automatizar os seus processos, potenciando a produtividade

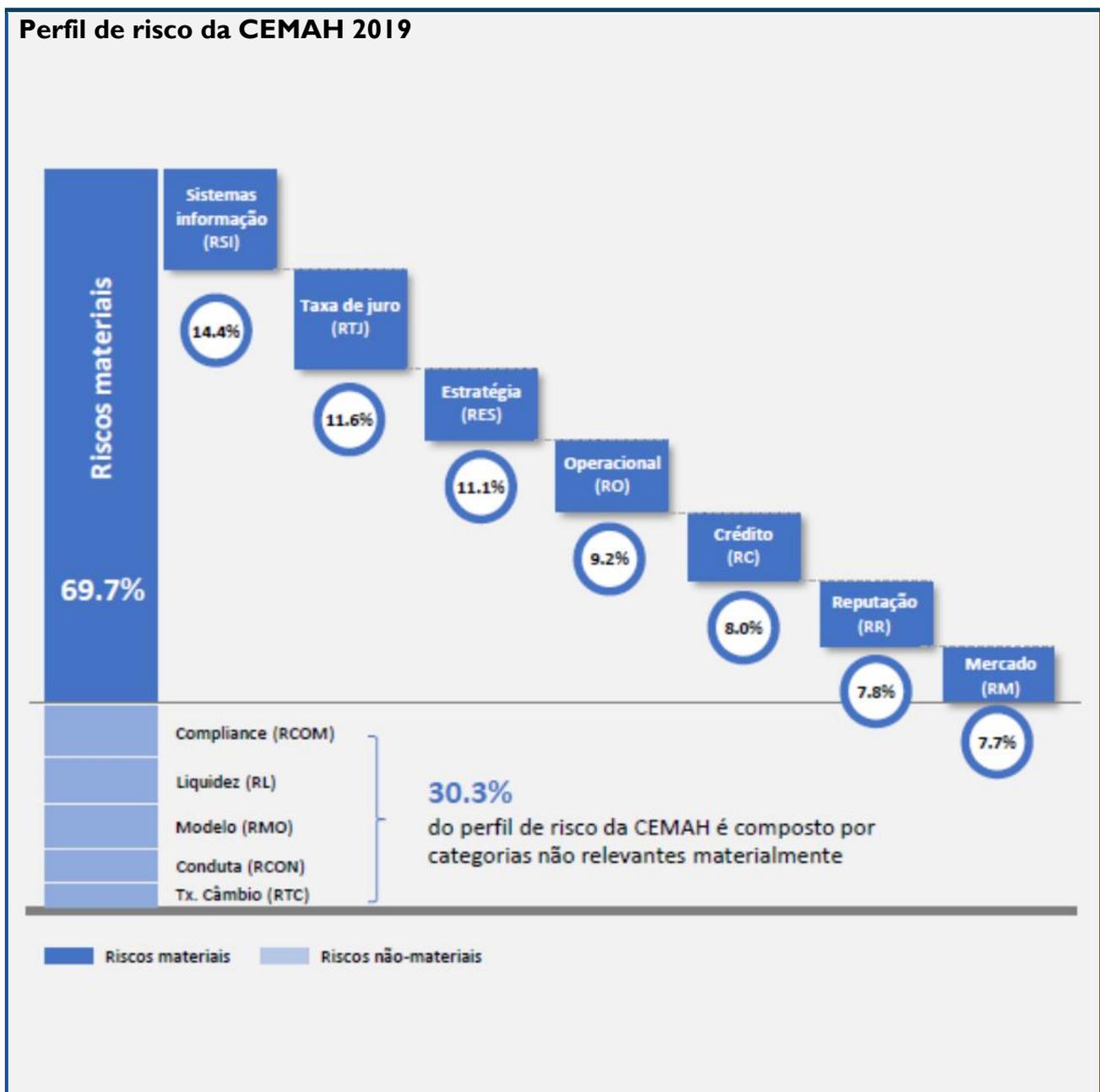


Elevada preocupação com a economia social, dada a visão preconizada aliada à génese da missão da CEMAH, com um compromisso inequívoco para com as exigências regulatórias/financeiras e sociais (EUR 30.000 entre 2020-2022)

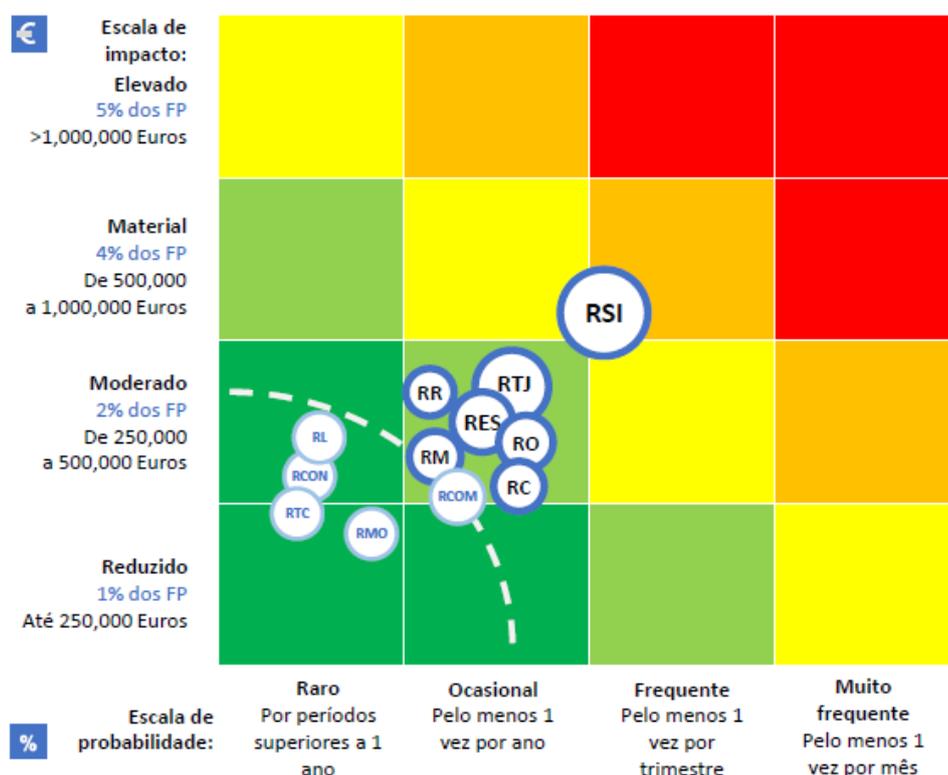
Framework de risco

Em maio de 2019 foi realizado o exercício de identificação e avaliação de riscos, que, contando com a participação de toda a gestão de topo, teve o propósito de confirmar o mapeamento de processos e a respectiva validação e confirmação por cada uma das unidades de estrutura desses, criando a base para a identificação dos fatores de risco, por categoria de risco, de forma sistemática. Nesse exercício, sem prejuízo da avaliação dos fatores de risco, considerou-se relevante a obtenção também de uma visão global sobre as principais categorias de risco a que a CEMAH se encontra exposta.

Todos os riscos foram avaliados, de forma sistematizada, quanto à sua probabilidade de ocorrência e impacto, sendo que, daí, resultou o seguinte mapeamento do perfil de risco da Instituição:



Distribuição das categorias de risco da CEMAH 2019



Quanto aos riscos significativos (ou classificados como materiais), importa elaborar um pouco mais, por forma a traçar o panorama geral:

– Risco de Sistemas de Informação

Não negligenciando alguns fatores mais idiossincráticos, todavia não diferentemente da norma do setor, esta categoria continua a representar alguns dos desafios mais materiais, prementes e de difícil resolução por parte das instituições de crédito/financeiras, até pela velocidade com que os sistemas e tecnologias se tornam tão rapidamente obsoletos na sociedade, bem como pelas alterações de paradigma em forma e oferta criadas pelas *fintech* e *big tech*.

Mais, a própria definição de uma arquitetura de sistemas de informação condizente com a estratégia e modelo de negócio da Instituição, reveste-se de cada vez mais e maiores pressões, tanto do ponto de vista legal e regulamentar como operacionais, dada a integração de todos os requisitos informacionais, que deixa de ser apenas desejável para passar a ser requerida, e as características de qualidade, integridade e tempestividade consideradas como suficientes/mínimas para todos os *stakeholders*, e em particular para a Gestão.

– Risco de Taxa de Juro

No que concerne a esta categoria, desta feita numa visão baseada no risco, importa salientar fatores não apenas relacionados com a pressão sobre a margem financeira (atual ou previsível) decorrente de limitações ao nível da compensação, natural, entre os ativos e os passivos, sujeitos a indexantes já amplamente abordados.

Os riscos de taxa de juro na carteira bancária, pelas características/perfil de remuneração, rendimento/*cashflow* e maturidade das diversas posições, trazem efeitos que têm de ser acompanhados de forma muito intensiva e preventiva, dado que muitas vezes são ainda vulneráveis a comportamentos de agentes exógenos à Instituição.

– Risco de Estratégia

Uma das maiores desafios das instituições atualmente, e não apenas da CEMAH, passa por uma essencial integração entre a gestão financeira, de riscos e de capital, quer por via da crescente complexidade do enquadramento legal/regulamentar, quer pela necessidade de se tomarem decisões de forma cada vez mais célere, um contexto macroeconómico e de mercado de rápida evolução. Nesse sentido, a disponibilidade de informação de qualidade sobre os riscos e capital torna-se fator crítico de sucesso na definição, persecução e acompanhamento da estratégia da Instituição, podendo mesmo colocar restrições significativas à sua execução.

– Risco Operacional

Totalmente relacionado com o risco anterior, são de considerar as restrições ao nível da estrutura de informação e dados, que podem apresentar limitações ao desenvolvimento e das atividades de negócio, suporte e controlo da Instituição.

Por outro lado, a Instituição terá de assegurar um adequado planeamento de recursos e sucessão, dadas as limitações em número e competências, sobretudo a considerarem-se princípios de redundância, dadas as suas características de dimensão e implantação geográfica.

– Risco de Crédito

Sendo materializando-se, por excelência, como o risco de negócio e postos os objetivos estratégicos de crescimento da carteira de crédito, e apesar dos esforços já envidados, existe margem para melhoramento no que concerne ao modelo de acompanhamento e recuperação de crédito, nomeadamente no que concerne ao robustecimento dos controlos subjacentes aos processos correspondentes, bem como à gestão de avaliações de colaterais, em regime de subcontratação.

– Risco de Reputação

A comunicação apresenta-se como um fator crítico na implementação da estratégia, tanto a nível institucional como comercial. Aliás, a Instituição tem vindo a desenvolver as suas práticas de marketing e publicidade, sendo, contudo, necessário, que o plano de marketing seja concebido como ferramenta de gestão estratégica.

Por outro lado, e praticando a banca de proximidade, em que a chave é a dinâmica de correspondência em tempo útil às necessidades do cliente, que a Instituição conhece ou pretende conhecer profundamente, reconhece-se a pressão constante para otimização dos níveis de serviço e prazos de resposta.

– Risco de Mercado

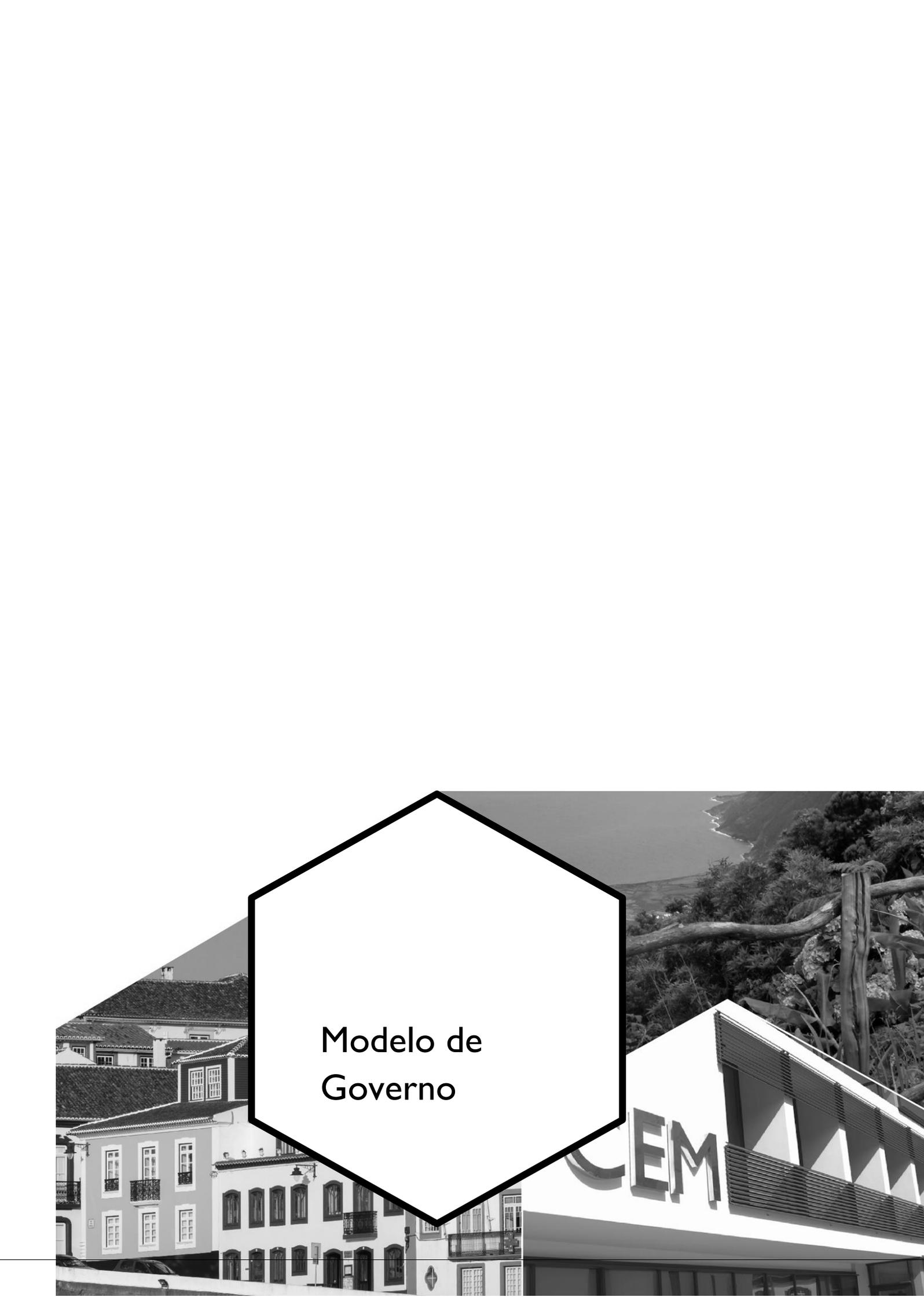
O ganho de protagonismo da carteira própria como linha de negócio, num contexto de mercados financeiros de elevada volatilidade, vêm enfatizar os fatores de risco típicos, pelo que a qualidade, resiliência e rentabilidade da carteira configurada, e a capacidade para proceder ao acompanhamento intensivo e diligente da mesma, trazem à gestão desta categoria de risco uma perspetiva de mitigação. Reforça-se, contudo, que a gestão da carteira própria da CEMAH é assegurada, quase na totalidade, por contrapartes gestoras, cabendo à Instituição o seu acompanhamento agregado e respetivo tratamento financeiro/contabilístico e prudencial.

Uma vez concluído o exercício, tornou-se natural a revisão e desenvolvimento do quadro de apetência pelo risco, concretizando-se esse na (re)definição e sistematização dos indicadores e limites de risco que a posição de capital e liquidez da CEMAH tem capacidade de absorver, de acordo com a visão da sua Administração, e resultando na revisão da Política Global de Gestão do Risco:

Indicadores de apetência (exemplos)	Nível de alerta	Limite de risco
Rácio de Fundos Próprios	≥ 13.50%	< 13.75%
RWA / Ativo total	≤ 50.00%	> 45.00%
RWA Empresas / Ativo total	≤ 12.50%	> 11.50%
RWA Elementos vencidos / Ativo total	≤ 7.50%	> 6.50%
Taxa de intermediação do balanço	≤ 2.50%	> 2.75%
Crédito a taxa variável/ Total crédito	≥ 85.00%	< 90.00%
<i>Investment grade</i> (carteira própria)	≥ 95.00%	< 90.00%
RAI carteira própria	≥ 500,000 Euros	< 350,000 Euros
<i>Stop-loss</i> da carteira própria	4%	5%
Rácio de NPE	> 8.5%	≤ 10.00%
Rácio de cobertura de NPE	< 55.00%	≥ 50.00%
Rácio de cobertura de liquidez	< 155.00%	≥ 120.00%
Rácio de financiamento estável	< 155.00%	≥ 120.00%

Esses encontram-se concretizados na dita política e na respetiva *Risk Assessment Statement (RAS)*, em cujos princípios estratégicos de apetência ao risco preconizam o seguinte:

- Ao nível da solvabilidade, o cumprimento dos rácios regulamentares e a obtenção/manutenção de almofada mínima de 0,5 p.p.;
- No que respeita à liquidez, o cumprimento dos rácios regulamentares e manutenção de excedente confortável, contudo, otimizando a sua gestão;
- Relativamente à rentabilidade, manter a médio/longo prazo um retorno positivo e crescente do capital, ao nível da média do setor e alinhado com a missão de apoiar o desenvolvimento da RAA e cofinanciar a economia social.

A black and white photograph of a coastal town. The foreground shows traditional multi-story buildings with tiled roofs and balconies. In the background, a modern building with large windows and the letters 'CEM' is visible. The scene is set against a backdrop of a coastline and hills. A large white hexagon with a black border is superimposed over the center of the image.

Modelo de
Governo

Modelo de Governo

Sem prejuízo do contributo que a CEMAH presta para a função económico-social que a SCMAH desempenha, é indiscutível que a alteração da sua forma legal foi fundamental na adequação ao risco e à complexidade da sua atividade, acautelando-se, assim, numa lógica prudencial, a tutela dos interesses de todos os *stakeholders*, designadamente dos seus depositantes, bem como a preservação da estabilidade do sistema financeiro.

Contudo, após a sua transformação, e apesar de a Instituição já antes poder exercer atividade como se de um banco se tratasse, e de lhe é exigido o cumprimento dos mesmos rácios prudenciais, a nova configuração jurídico-societária, veio precipitar algumas iniciativas de robustecimento e consolidação adicionais às suas práticas societárias, estatutárias e governo, tanto a nível de *corporate governance* como do governo interno, ainda para mais, considerando a alavancagem da inspeção dedicada aos temas de governo e controlo interno realizada pelo Banco de Portugal ainda no final do ano de 2017 e o aumento substancial dos requisitos legais e regulamentares, em geral, bem como a concretização de um processo de análise e avaliação do supervisor (SREP) de alargada abrangência e profundidade, e com resultado numa decisão de capital baseada no risco.

Por conseguinte, 2019 também foi, portanto, um ano crucial no que diz respeito ao desenvolvimento do sistema de governo e controlo interno da CEMAH, através de uma abordagem estrutural de melhoria, com abrangência, profundidade e exigência significativas, com recurso à parceria com uma entidade externa, e que, em suma, teve os seguintes resultados:

Pilares de transformação (PT)	
01	Funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização
02	Planeamento e gestão estratégica
03	Capital humano
04	Gestão de conflitos de interesse e partes relacionadas
05	Funções de controlo interno
06	Concessão de crédito

Das iniciativas desenvolvidas, há que salientar, por pilar de transformação:

PT.01 – Funcionamento dos órgãos de administração e fiscalização

- Revisão do modelo de funcionamento do órgão de administração e fiscalização;
- Estabelecimento de um controlo centralizado sobre a prestação de informação;
- Estabelecimento de mecanismos de decisão e controlo operacional dos órgãos de administração e fiscalização;
- Preparação dos Regulamentos dos órgãos de administração e fiscalização;
- Revisão dos procedimentos de documentação das reuniões.

PT.02 – Planeamento e gestão estratégica

- Preparação de um Plano Estratégico 2020-2022, o qual pudesse constituir as bases para a definição da estratégia e objetivos de negócio;
- Realização de um exercício de identificação e avaliação de riscos – sujeito a atualização anual – para descrever e avaliar quais as circunstâncias (internas/ externas) que podem impactar o cumprimento dos objetivos;
- Preparação da Política Global de Gestão dos Riscos e o desenvolvimento de um Quadro de Apetência pelo Risco, com a definição dos indicadores e tolerâncias (v.g. limites) de risco;
- Reforço da informação prestada aos órgãos de administração (e fiscalização) – Caderno de Gestão;
- Revisão dos procedimentos de controlo interno, nomeadamente a nível do acompanhamento das deficiências;
- Reforço da política e práticas de gestão documental, melhorando o controlo do normativo interno.

PT.03 – Capital humano

- Desenvolvimento de uma política de seleção e avaliação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos titulares de funções essenciais, que permitisse estabelecer os requisitos mínimos em termos de perfil e competências;
- Preparação de políticas de remuneração, que estabelecessem as orientações para os processos de avaliação e remuneração ajustados ao desempenho;
- Reforço do sistema de avaliação de desempenho e incentivos;
- Preparação de programa de formação, baseado no levantamento de necessidades formativas de todos os colaboradores;
- Estruturação de programa de formação para os membros dos órgãos de administração e fiscalização;
- Definição de uma política de sucessão dos membros dos órgãos de administração e fiscalização.

PT.04 – Gestão de conflitos de interesse e partes relacionadas

- Elaboração da política de gestão de conflitos de interesse, a qual estabeleça todos os procedimentos a adotar em matéria de prevenção e gestão de conflitos de interesse;
- Realização de sessões de formação – anuais – sobre a política de gestão de conflitos de interesse e os seus principais mecanismos;
- Definição de procedimentos especiais, nomeadamente ao nível da análise de risco, a adotar em caso de realização de operações/ negócio com partes relacionadas à CEMAH;
- Implementação de controlo, ao nível dos preços de transferência – matriz de preços de transferência – o qual permita a revisão e o enquadramento das condições praticadas nas operações realizadas com partes relacionadas.

PT.05 – Funções de controlo interno

- Preparação do plano de atividades da Função de Gestão de Riscos, garantindo o seu acompanhamento e participação nas principais matérias sobre o risco;
- Revisão e melhoria dos relatórios sobre os riscos;
- Atualização das políticas e manuais de gestão de cada um dos riscos, incluindo compliance;
- Desenvolvimento de uma matriz de riscos de compliance, que permita conhecer cada um dos temas de compliance e definir a sua abordagem de acompanhamento;
- Preparação de um programa de gestão do risco de compliance, que inclua as atividades necessárias ao seu controlo e melhoria do relatório sobre temas de compliance;
- Preparação de um modelo de planeamento de auditoria ajustado ao risco;
- Desenvolvimento de procedimentos de reporte funcional ao Conselho Fiscal;
- Reforço dos procedimentos de acompanhamento das deficiências de controlo interno.

PT.06 – Concessão de crédito

- Revisão das responsabilidades e da organização da Gestão de Crédito, permitindo o reforço do seu “foco” em matérias relacionadas com a análise de risco de crédito e preparação de pareceres;
- Formalização de um Regulamento de Crédito, incluindo a revisão completa do desenho do processo e das responsabilidades desenvolvidas ao longo da concessão e acompanhamento de crédito;
- Revisão das metodologias de análise de risco de crédito, evoluindo no sentido de uma maior objetivação das mesmas;
- Revisão do modelo de pareceres de risco que suportam cada decisão de crédito;
- Desenvolvimento de uma metodologia de análise à rentabilidade das operações de crédito e das operações passivas – modelo de *pricing*.

Posto isto, e sem prejuízo da importância da monitorização contínua e permanente do sistema de governo e controlo interno e da sua melhoria contínua, considera-se que a CEMAH está apta a garantir uma adequada organização, controlos internos e acompanhamento dos seus riscos e da sustentabilidade da sua estratégia e modelo de negócio.

Missão, visão e valores

A missão da CEMAH continua a ser a criação de valor para cofinanciamento da obra assistencialista e promoção dos nobres fins de solidariedade social da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), a sua Instituição Titular e única acionista. É, também, no âmbito da economia social que a CEMAH reforça a sua missão de solidariedade, ao garantir o acesso ao sistema financeiro de clientes considerados como “não rentáveis” pelos critérios utilizados pela generalidade da banca, contribuindo, deste modo, para a dignificação do próprio sistema financeiro regional.

A visão do órgão de administração da Instituição vem materializar-se, então, de forma cada vez mais tangível, num modelo de negócio que privilegia a “banca de proximidade”, pretendendo demonstrar que a sua missão tem de ser entendida não como um fator limitador, mas antes como um elemento que distingue a estratégia da CEMAH das demais no mercado, quer numa perspetiva de relevância da oferta desse serviço no sistema financeiro, quer pela certeza e conservadorismo na tomada de decisão que advêm do conhecimento de cada cliente – particular ou empresa – e de cada contexto.

A solidez, a confiança, o rigor e a solidariedade são os valores que melhor caracterizam a abordagem pela qual se pauta a atuação a Instituição, que se pretende posicionar como o o Banco dos Açores – um exemplo de sucesso e resiliência.

Corporate Governance

A relação secular entre a CEMAH e a sua Acionista, a SCMAH, não veio a sofrer alterações do ponto de vista de missão ou objetivos pela transformação da Instituição em sociedade anónima.

Aliás, esta situação não invalida que a SCMAH possa, no imediato e futuramente, permanecer como única acionista, na medida em que o RJCE possibilita que as caixas económicas bancárias tenham somente uma entidade titular, desde que seja uma associação mutualista, misericórdia ou outra instituição de beneficência (cf. n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º). Contudo, e por esta via, possibilitou-se que a Instituição pudesse beneficiar de alternativas e instrumentos de reforço de fundos próprios idênticos aos dos bancos, mitigando a pressão subjacente à capacidade e à disponibilidade da SCMAH para realizar aumentos de capital.

A transformação em sociedade anónima veio requerer que o capital institucional fosse representado por ações nominativas, sendo a maioria deste ou dos direitos de votos detida pela SCMAH enquanto instituição

titular, de acordo com o disposto no artigo 6.º, n.º 2, alínea b) do RJCE, bem como criou a base para uma alteração estatutária de convergência com as práticas comumente aceites do ponto de vista de *corporate governance*.

Governo Interno

O modelo de governo da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo incide numa Assembleia Geral, num Conselho de Administração, num Conselho Fiscal e num Revisor Oficial de Contas, num modelo monista (v.g. modelo “latino reforçado”), sendo estes eleitos para cada mandato de triénio, conforme as composições abaixo apresentadas.

Mesa da Assembleia Geral

Álvaro Pereira Silva Leal Monjardino – Presidente

Duarte Rego Pinheiro – 1.ª Secretário

Letícia Borges Silveira – 2.ª Secretária

É da competência da Mesa da Assembleia Geral dirigir, orientar e disciplinar os trabalhos da Assembleia Geral, representá-la e, designadamente, deliberar sobre os protestos e reclamações respeitantes aos atos eleitorais, sem prejuízo de recurso nos termos legais, assim como dar posse aos membros dos Corpos Gerentes eleitos.

Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio – Presidente

Eduardo Barbosa do Couto – Vice-presidente

Maria Laurentina Nunes Mendes – Vogal

Compete ao Conselho de Administração assegurar que a CEMAH concretiza toda a sua atividade de negócio em conformidade com o plano estratégico desenvolvido, materializando a visão e missão da Instituição em objetivos concretos e exequíveis, tendo em conta a gestão dos riscos inerentes à sua atividade e a observância de todos os requisitos legais. É também da sua competência garantir que a atividade da CEMAH é devidamente comunicada a todos os órgãos societários competentes e a todas as entidades externas reguladoras.

Conselho Fiscal

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso – Presidente

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira – Vogal

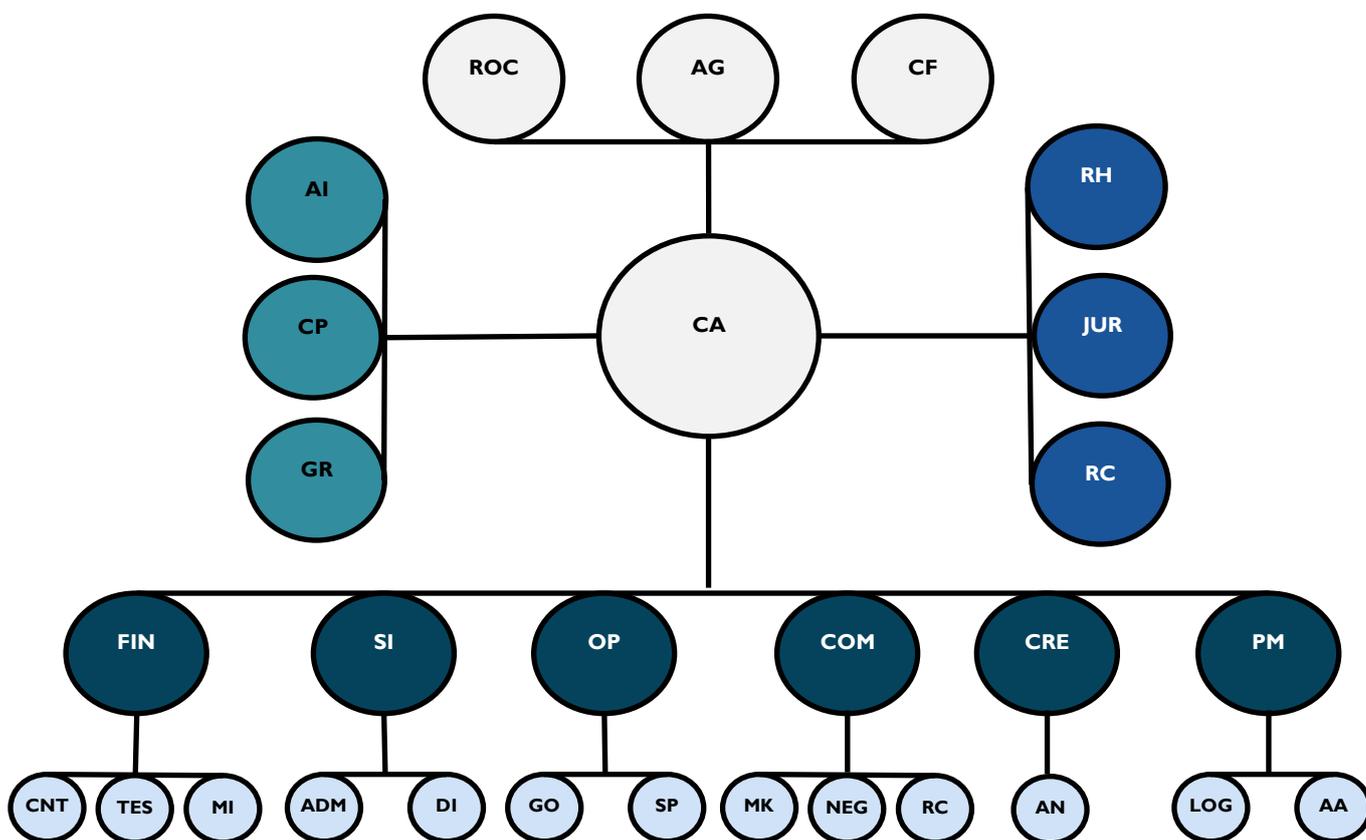
Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins – Vogal

Compete ao Conselho Fiscal a supervisão interna das atividades da CEMAH, em particular a fiscalização da tomada de decisão ao mais alto nível e a verificação do nível de confiança numa gestão sã e prudente da Instituição. Cabe-lhe ainda, nesse âmbito, a pronúncia sobre os atos de gestão mais relevantes, entre outras que tenha por convenientes no âmbito dos poderes e competências instituídos por via legal e estatutária.

Revisor Oficial de Contas

Na Assembleia Geral de 15 de março de 2019, foi decidida a nomeação para o cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo para os exercícios de 2019, 2020 e 2021, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Deloitte & Associados, SROC, S.A., a qual é representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes; Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro encontra-se nomeado como Revisor Oficial de Contas Suplente.

Modelo Orgânico e Funcional



Legenda: AG – Assembleia Geral; ROC – Revisor Oficial de Contas; CF – Conselho Fiscal; CA – Conselho de Administração; AI – Auditoria Interna; CP – Compliance; GR – Gestão do Risco; RH – Recursos Humanos; JUR – Jurídico; RC – Recuperação de Crédito; FIN – Financeiros; SI – Sistemas de Informação; OP – Operações; COM – Comercial; CRE – Crédito; PM – Património e Meios; CNT – Contabilidade; TES – Tesouraria; MI – Mercados e Investimento; ADM – Administração de Sistemas e Comunicações; DI – Desenvolvimento e Inovação; GO – Gestão de Operações; SP – Sistemas de Pagamento; MKT – Marketing; NEG – Gestão do Negócio; RC – Rede Comercial; AN – Análise de Crédito; LOG – Logística; AA – Apoio Administrativo

Recursos Humanos

Conforme referido anteriormente, 2019 foi um ano de grande evolução qualitativa das práticas internas, não tendo a área de Recursos Humanos sido exceção.

Essa evolução veio implicar também a manutenção de uma tendência crescente no número de colaboradores, passando de um total de 127 para 140 colaboradores; veja-se a decomposição dessas variações em função do cargo, do género e do serviço/balcão:

Evolução do Quadro de Colaboradores Ativos

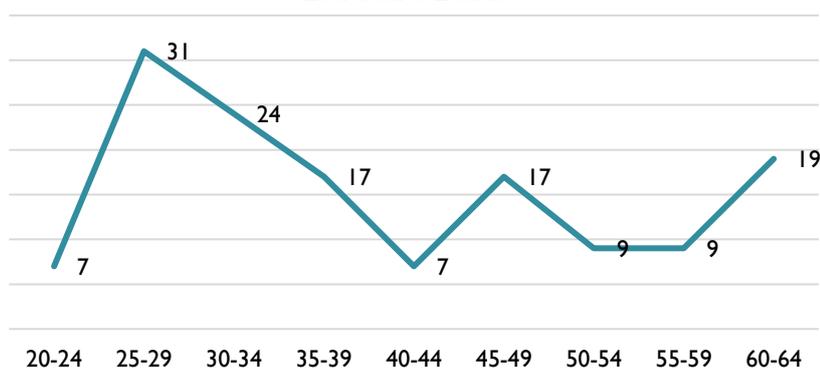
		2018	2019	Var %
Balcões/ Serviços	Angra do Heroísmo	17	18	5,88%
	São Mateus	4	4	0,00%
	Biscoitos	2	2	0,00%
	Guarita	2	2	0,00%
	Praia da Vitória	6	6	0,00%
	Calheta	5	5	0,00%
	Velas	5	4	-20,00%
	Horta	6	6	0,00%
	Graciosa	6	6	0,00%
	Madalena	6	9 ⁵	50,00%
	Ponta Delgada	5	4	-20,00%
	Ribeira Grande	4	4	0,00%
	Centro de Clientes	3	4	33,33%
	Serviços Centrais	53	66	24,53%
Género	Feminino	48	58	20,83%
	Masculino	79	82	3,80%
Cargo	Assistente	19	20	5,26%
	Chefe setor/secção	8	8	0,00%
	Diretor	5	5	0,00%
	Assistente Comercial	60	60	0,00%
	Gerente	10	12	20,00%
	Técnico	25	35	40,00%
Total		127	140	10,24%

Os estágios continuam a ser uma das principais origens do recrutamento para a CEMAH, também pela relação que essa fonte tem com a sua missão e valores, concretizando-se através da consolidação do emprego jovem, em particular. É de salientar o sucesso dos Programas Estagiar L, T e U, PIIE, ELP e INTEGRA Jovem, nomeadamente pelo elevado nível de retenção, que em 2019 alcançou os quase 70%.

Atendendo às habilitações das novas contratações, a percentagem de colaboradores da CEMAH com formação superior continuou a aumentar, ascendendo aos 60% (mais 4% que no ano anterior).

Quanto à diversidade de género, a tendência de aproximação é também crescente, diminuindo a diferença de proporção em 6% (38%/62% em 2018, 41%/59% em 2019).

Estrutura Etária



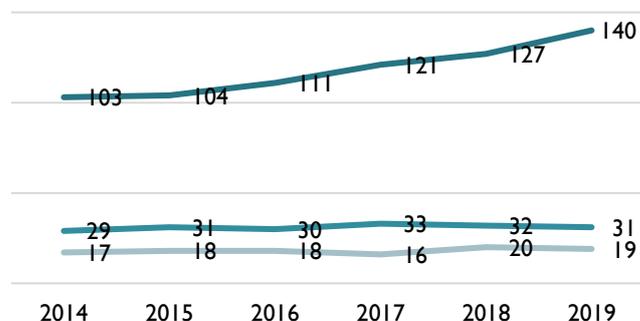
No entanto, apesar do saldo muito positivo entre admissões (19) e saídas (6), as médias de idade e antiguidade, face a 2018, não sofreram alterações significativas mantendo-se nos 41 anos e 13 anos, respetivamente, o que se encontra bastante alinhado com os dados de referência do setor.

Os colaboradores admitidos tiveram uma distribuição bastante transversal, salientando-se o reforço dos Sistemas de Informação e da Gestão Comercial (i.e. balcões da Ilha Terceira), porém com admissões também ao nível das funções de controlo – Compliance, Gestão do Risco e Auditoria Interna –, financeira e de suporte – Património e Meios, Recursos Humanos, Gestão do Crédito, Operações e Apoio Jurídico.

Em relação a 2018, verificou-se uma redução tanto no número de reformados como de pensionistas.

Histórico

- Ativos
- Reformados
- Pensionistas



Paralelamente, o Sistema de Avaliação de Desempenho implementado em 2018 veio contar com o seu segundo ciclo, que contou ainda com alguma revisão, com vista à sua consolidação e alargamento a toda a Instituição, e com o devido enfoque nos colaboradores identificados. Esse sistema manter-se-á vivo e sujeito a eventuais ajustamentos, tanto ao nível processual como de conteúdo, quando aplicável.

Por outro lado, mantendo a relevância da formação contínua e desenvolvimento continuado de competências, para além das obrigações decorrentes da regulamentação, foi possível, contudo, a redução de custos para 21 milhares de Euros, alcançada por via da customização das formações (de acordo com as características da CEMAH), aposta na formação com recursos internos e formação à distância; o número de horas de formação, e implicando uma redução ligeira no volume global de *circa* 500 horas, sem prejuízo dos ótimos resultados obtidos.

Portanto, e em retrospectiva geral, num contexto de assinalável redução do número de trabalhadores no setor bancário, nos anos mais recentes, com predominância de colaboradores com muitos anos de experiência e de idade e forte aumento dos níveis médios de escolaridade, a CEMAH vem diferenciar-se um pouco.

Sistema de Controlo Interno

Atualmente, o Aviso n.º 5/2008 regulamenta as matérias relacionadas com o sistema de controlo interno das instituições, enquanto o Aviso n.º 10/2011 regulamenta as matérias relacionadas com as políticas e práticas remuneratórias.

Desde a entrada em vigor dos referidos avisos, tem havido uma relevante evolução, no domínio bancário, quanto à regulação, a nível Europeu e nacional, das matérias relacionadas com cultura organizacional, governo interno, avaliação da adequação de membros dos órgãos de administração e fiscalização, sistema de gestão de riscos e controlo interno, avaliação dos titulares de funções essenciais, partes relacionadas e dos conflitos de interesses, subcontratação, participação de irregularidades, políticas e práticas remuneratórias, e divulgação de informação ao público. Esta evolução é visível ao nível da legislação Europeia e nacional, bem como das orientações da Autoridade Bancária Europeia.

Portanto, são inequívocos:

- A atenção cada vez maior do supervisor para as matérias relativas ao governo e controlo interno;
- O aumento substancial dos requisitos legais e regulamentares associados à atividade bancária; e
- O reconhecimento da importância de as instituições financeiras garantirem uma adequada organização, controlos internos e acompanhamento dos seus riscos e da sustentabilidade dos seus modelos de negócio, por todos os seus *stakeholders*.

Foi precisamente neste contexto que, conforme explanado anteriormente, a CEMAH encetou a iniciativa elementar de rever o seu modelo de negócio, o seu modelo de governação, as suas práticas de governo, a sua estratégia e cultura de risco, a sua estrutura organizativa e os seus processos de tomada de decisão na iniciativa designada por Projeto de Reforço do Governo Interno.

Compliance

O início do ano de 2019, na CEMAH, foi marcado pelo processo de avaliação da adequação dos candidatos a membros do Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pelo Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações. Neste âmbito, o Compliance promoveu, desde logo, a verificação da Política de Seleção e Avaliação de Órgãos de Administração e de Fiscalização, aprovada em Assembleia Geral, a 11 de janeiro de 2019. Paralelamente, cumpriu ao Compliance assegurar todo o apoio técnico e administrativo na preparação e centralização da documentação necessária, quer institucional, quer dos candidatos, tendo também garantido a atempada formalização do pedido de autorização ao exercício de funções, a apresentar ao Banco de Portugal, após a aprovação da lista de candidatos, em Assembleia Geral, a 15 de março de 2019.

Procedeu-se a uma reestruturação da Unidade de Compliance, tendo as atividades a seu cargo sido sistematizadas em três núcleos de trabalho distintos: Apoio Legal e Regulamentar; Gestão e Controlo de Conformidade; e Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo.

No que respeita à Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo (PBCFT), o Compliance promoveu as alterações necessárias aos documentos internos e procedimentos instituídos, bem como às respetivas ferramentas informáticas, na sequência das alterações legais e regulamentares que tiveram impacto relevante na sua atividade:

- Instrução do Banco de Portugal n.º 5/2019, que aprova o novo modelo de reporte anual único em matéria de PBCFT;
- Carta Circular do Banco de Portugal n.º CC/2019/53, que divulga medidas preventivas/mitigadoras consideradas como boas práticas na resposta aos riscos e vulnerabilidades identificados, especificamente no que respeita ao impacto dos *Panama Papers* no sistema financeiro português;

- Regulamento do IMPIC, I.P n.º 276/2019, que estabelece as condições de exercício e define os procedimentos, instrumentos, mecanismos e formalidades inerentes ao cumprimento dos deveres estabelecidos na Lei, no âmbito de PBCFT, por parte das entidades que exerçam atividades imobiliárias, no território nacional.

Foram ainda revistas e melhoradas as funcionalidades da ferramenta de branqueamento de capitais, de modo a assegurar a sua adequação à dimensão e perfil de risco da Instituição, garantindo a observância de todos os normativos em vigor aplicáveis, destacando-se, neste âmbito: a implementação de um mecanismo de apuramento e exibição do perfil transacional de cada cliente ou tipo de entidade e da natureza e finalidade da relação de negócio; a incorporação da análise de situações potencialmente suspeitas ao nível de grupos de clientes relacionados entre si; a identificação automática de membros próximos da família e pessoas estreitamente associadas a Pessoas Politicamente Expostas; e a otimização de dados que permitam extrapolar informações pertinentes ao nível do cumprimento dos procedimentos de PBCFT que possam robustecer o modelo de avaliação de desempenho dos colaboradores da CEMAH.

Foi revisto o Código de Conduta da CEMAH, de modo a sistematizar e centralizar princípios e diretrizes sobre o funcionamento da Instituição e o comportamento dos seus colaboradores. Nesta sequência e com o objetivo de fomentar os melhores padrões de ética e conduta entre os colaboradores, foi preparada uma formação *e-learning* e um teste de conhecimentos sobre estas matérias.

Procedeu-se à reestruturação dos processos que formalizam a atividade da Instituição, com o objetivo de assegurar uma organização geral dos procedimentos mais intuitiva e mais adequada à realidade efetiva da Instituição.

Promoveu-se a revisão do programa de gestão do normativo interno da CEMAH, definindo-se uma hierarquia de documentos, em função da qual se determinam os requisitos de revisão, validação e aprovação, materializada na revisão da Política de Gestão Documental e do procedimento dela decorrente.

Foi ministrada formação externa sobre a proteção de dados, no âmbito do projeto de implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados.

Foi elaborada a Matriz de Risco de Compliance, que centraliza o grau de risco de *compliance* associado a cada processo da instituição, cujas conclusões permitem determinar as áreas prioritárias no que respeita à realização de ações de verificação de cumprimento.

O Compliance procedeu à alteração da sua metodologia de reporte aos órgãos de administração e de fiscalização, implementando a elaboração de um relatório sumário da atividade desenvolvida pela Unidade, em base trimestral, com o respetivo reporte ao Conselho de Administração e Fiscal.

Procedeu-se à revisão da Política de Governo e Controlo Interno, tendo sido nesta formalizado o modo como se encontra estruturado o sistema de controlo de interno da CEMAH.

Foi promovida a revisão das Condições Gerais Institucionais, com vista a assegurar a permanente observância dos requisitos legais aplicáveis, nomeadamente no que concerne à proteção de dados e ao âmbito da PSD2.

Foi assegurado pelo Compliance o levantamento de todos os requisitos a cumprir no âmbito da comercialização de seguros, por forma a assegurar a conformidade da CEMAH, na prossecução desta atividade.

Na sequência da divulgação das Orientações EBA/GL/2019/02, relativas à Subcontratação, o Compliance analisou o impacto destas na atividade da Instituição, tendo iniciado o processo de revisão da política interna e procedimentos de gestão da contratação.

Foi assegurada a interlocução com o Banco de Portugal, na sequência das inspeções regulares a que a Instituição foi sujeita, bem como dos vários pedidos de informação recebidos, pautando-se esta pela

transparência e cooperação com a entidade supervisora, com o objetivo comum de garantir uma atitude saudável, prudente e responsável perante o risco.

Auditoria Interna

Prosseguindo o seu compromisso para com o exame e a avaliação da adequação e da eficácia das diversas componentes do sistema de controlo interno da Instituição, bem como do sistema de controlo interno como um todo, a função de auditoria interna (adiante designada por AUI) efetuou, em 2019, uma revisão geral da sua metodologia de planeamento, visando, sobretudo: (i) a refinação do modelo de avaliação e ajustamento pelo risco (extensível às técnicas de auditoria empregues); (ii) o alargamento do âmbito de auditoria; e (iii) a consideração de horizonte máximo de planeamento dilatado, em função da avaliação de risco realizada.

Como ponto de partida para a referida revisão metodológica, a Auditoria Interna procedeu à definição, identificação e levantamento dos objetos auditáveis (contando para tal com o envolvimento de toda a estrutura de gestão), bem como à sua classificação de acordo com 4 tipologias - processo, transação, função e sistema de informação. Foi, neste seguimento, desenvolvido um novo modelo de risco de auditoria, assente na avaliação de riscos conduzidos pela 2.ª linha de defesa e na avaliação da vulnerabilidade de cada objeto, levado a cabo pela AUI, com o duplo propósito de: (a) servir o planeamento estratégico da Função, através da definição da ordem e da frequência das ações de auditoria; e (b) calibrar as técnicas de auditoria em função do nível de risco obtido.

O Grau de Risco de Auditoria (GRA) é, desta feita, obtido através da conjugação, matricial, das avaliações de exposição ao risco e da vulnerabilidade e baseado numa estrutura de ponderadores, mantidos pela AUI, os quais valorizam de forma consistente cada uma das dimensões e fatores de risco considerados, sendo, em função do mesmo, posicionados os objetos ao longo do ciclo de auditoria e extraídos os resultados que suportam o planeamento (e abordagem) de cada ação de auditoria.

As técnicas em que se baseiam as ações de auditoria definem os procedimentos de amostragem, de verificação/ validação e de obtenção/ extrapolação de resultados, sendo as mesmas (e respetiva graduação, extensão e profundidade) ajustadas em função do nível de risco de cada objeto, num modelo integrado de auditoria baseada no risco, que beneficiará com o lançamento, em 2020, da modalidade de acompanhamento dos indicadores de monitorização de auditoria (IMA) enquanto instrumento de avaliação preventiva da qualidade / deterioração do controlo interno de cada um dos balcões.

Muito embora a atividade da Função, em 2019, não tenha ainda beneficiado das novidades metodológicas acima descritas, realça-se a sua incidência sobre 10/17 macroprocessos (18/64 processos) - ao nível da comercialização de produtos e serviços, da gestão de ativos e passivos, da gestão de risco, da verificação do cumprimento, entre outros -, em 2019, e sobre 13/17 macroprocessos (38/64 processos), no último triénio, o que atesta abrangência e relevância do trabalho desenvolvido, resultado da consolidação da equipa de auditoria interna, quer em termos de número, quer em termos de competências dos recursos.

O exercício de 2019 fica, assim, marcado pela conclusão da implementação das iniciativas previstas no Plano de Ação institucional diretamente relacionadas com a Auditoria Interna, designadamente, pelo reporte funcional da Função ao Conselho Fiscal, pela comunicação, acompanhamento e fixação de prazos máximos de resolução de insuficiências de controlo interno e pela autoavaliação da Função, para além do já referido planeamento de auditoria ajustado ao risco.

Gestão do Risco

A prioridade absoluta da função de Gestão do Risco, tanto na ótica de apoio do Conselho de Administração na tomada de decisão como de reporte prudencial, é a garantia de verificação do cumprimento dos requisitos

prudenciais informativos e regulamentares decorrentes do Processo de Análise e Avaliação pelo Supervisor (v.g. SREP).

Nesse seguimento, em 2019, há que salientar a importância da Auditoria Especial realizada ao processo de apuramento e reporte de requisitos de fundos próprios da CEMAH. Na sequência da mesma foram melhorados procedimentos internos, nomeadamente, através da criação de documentação de suporte ao processo de cálculo de requisitos de fundos próprios e implementação de um processo de *change management* às configurações da ferramenta de suporte.

Esta iniciativa do Supervisor, a par do projeto de reforço do governo interno já amplamente mencionado vieram motivar a revisão e sistematização das práticas de gestão do risco na Instituição.

Veja-se então, o novo programa global de gestão de riscos, de acordo com a nova organização da unidade:



Já no final do ano, procedeu-se ainda à elaboração do Plano Estratégico de Redução de Exposições Não Performantes (v.g. NPL, do inglês *Non-Performing Loans*), com horizonte temporal de 3 anos, plano esse entregue ao Supervisor a 31 de dezembro de 2019; além desse plano e da sua monitorização semestral, foi criado um novo reporte sobre o tema (*NPL Granular Information*).

Por fim, mas não menos importante, foi ainda encetado o projeto de alteração da definição de *default*, na sequência das orientações EBA/GL/2016/07, cuja entrada em vigor está prevista para dezembro de 2020.

Sistemas de Informação

No intuito de melhorar a produtividade dos colaboradores, a competitividade e os níveis de serviço prestados aos clientes, e simultaneamente responder a novos desafios decorrentes da globalização e da Transformação Digital, a CEMAH, através da sua Direção de Sistemas de Informação (DSI), definiu um conjunto de linhas orientadoras estratégicas para a Instituição, onde as Tecnologias de Informação (TI) desempenharam um papel fundamental para os objetivos.

A planificação estratégica da DSI é influenciada por um conjunto de tendências e desafios que são induzidos por práticas sociais e pelo aperfeiçoamento dos referenciais de base das políticas de regulação e supervisão. A nova abordagem da supervisão orientada para o risco e para a segurança da informação requer a identificação dos riscos a que os Sistema de Informação estão expostos, a modelação e a avaliação dos

mesmos segundo pressupostos técnicos e financeiros objetivos, compatíveis com a realidade económica e geográfica da CEMAH e pressupondo um conjunto de medidas que visam a proteção dos ativos de informação e do conhecimento em geral.

Esta nova abordagem constituiu um desafio para todos os intervenientes, pela necessidade de especialização dos recursos humanos e pela necessidade de aplicações que garantissem a qualidade e a gestão eficiente da informação produzida.

Tendo na mira a materialização dos objetivos do Plano Estratégico da CEMAH, no que respeita ao Desenvolvimento dos Sistemas de Informação, a DSI propôs-se executar um conjunto de ações que conservam os princípios base da planificação estratégica, traduzindo-se nas atividades sumarizadas de seguida:

a) Flow Credit

Implementação de novas funcionalidades, no fluxo de aprovação de crédito, como os produtos de empresas, as alterações contratuais e os limites de crédito, incluindo o redesenho de um novo fluxo de aprovação com vista à otimização do processo de decisão.

b) Collections

Implementação de uma aplicação para Recuperação de Crédito com vista a gerir os contactos estabelecidos com os clientes para controlo e recuperação de crédito vencido e cobrança de dívidas.

c) PSD2/OBA

Desenvolvimento do canal de *Open Banking API* para cumprimento da Diretiva Europeia para os Sistemas de Pagamento, que permite que um *Third Party Provider* (v.g. TPP) possa invocar um conjunto de informação financeira de contas, saldos e movimentos de um cliente e iniciar os mesmos pagamentos que os oferecidos nos canais em linha pela CEMAH.

d) Aplicação Bancária

Procedeu-se a um conjunto de desenvolvimentos com vista a corrigir ineficiências na informação e a alterações nos Sistemas e Meios de Pagamento decorrentes de atualizações da SIBS, incluindo MBWAY e MBNET, e ao desenvolvimento de requisitos de negócio para a otimização de procedimentos.

e) Infraestrutura

A nível de infraestrutura procedeu-se à aquisição e instalação de novos PC nos balcões com vista a aumentar o desempenho das aplicações e consequentemente a produtividade dos colaboradores, nomeadamente no atendimento.

f) Segurança

A cibersegurança tem sido uma das principais preocupações das instituições e das autoridades de supervisão devido ao crescente aumento de ataques e índices de fraude a nível mundial; nesse sentido, a CEMAH implementou um conjunto de medidas de segurança incluindo a publicação de uma nova política de segurança de informação e de consciencialização interna para as questões de segurança de informação, a par de outras medidas e práticas de segurança.

Declaração sobre as Políticas de Remuneração

No âmbito do disposto na Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, nos Artigos 115.º-B a I do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro (v.g. Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras ou RGICSF) e dos Artigos 14.º a 18.º do Aviso n.º 10/2011, de 29 de dezembro, do Banco de Portugal, nos Artigos 374.º-A, 422.º-Ado Decreto-Lei n.º 262/86 (v.g. Código das Sociedades Comerciais), aplicáveis por força do disposto estatutariamente, a CEMAH tem instituído um processo de avaliação independente da sua Política de Remuneração, em linha com os princípios preconizados nas Orientações da Autoridade Bancária Europeia relativas a políticas de remuneração sãs (v.g. EBA GL/2015/22), sendo as funções de avaliação independente desempenhadas, pelas funções de controlo, Conselho Fiscal e pelo Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações, doravante designado por Comité.

O Comité, constituído em 11 de janeiro de 2019, tem seguinte composição, coincidindo o seu mandato com o do Conselho de Administração (2019/2021):

- António Bento Fraga Barcelos (Presidente);
- João Pedro Mendes de Menezes Cardoso;
- Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira;
- Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins.

Em 2019, a Assembleia Geral efetuou uma reunião em que deliberou sobre matérias remuneratórias, tendo sido efetuadas pelo Comité duas reuniões e pelo Conselho Fiscal quatro reuniões sobre temas de natureza remuneratória.

Para efeitos desta declaração, de acordo com a alínea e) do Artigo 2.º do Aviso n.º 10/2011, entende-se por «Política de Remuneração» o “conjunto de princípios, regras e procedimentos destinados a fixar os critérios, a periodicidade e os responsáveis pela avaliação do desempenho dos membros dos órgãos de administração e fiscalização e dos colaboradores da instituição, bem como a forma, a estrutura e as condições de pagamento da remuneração devida aos mesmos, incluindo a decorrente do processo de avaliação de desempenho”, pelo que, para fins desta declaração, será tomado o pacote documental (doravante designado por Política de Remuneração ou Política, exceto nos casos em que a menção seja explícita e especificamente de uma das componentes, de forma individual) composto por:

- Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização de 2019; e
- Política de Remunerações dos Colaboradores de 2019.

Sobre essa Política, nomeadamente sobre a adequação da sua definição ao contexto e características da CEMAH e eficácia da sua implementação e operacionalização, sob a supervisão do Conselho Fiscal e Comité, foram emitidos pareceres por parte das ditas funções de controlo na aceção do Aviso n.º 5/2008 – Compliance, Gestão do Risco e Auditoria Interna, considerados na avaliação desenvolvida e cujas conclusões derivaram na verificação de cumprimento dos seguintes princípios:

- a) Avaliação e revisão desta Política, numa base anual, para além da revisão *event-based* despoletada pela ocorrência de alterações idiossincráticas significativas ou alterações relevantes do seu contexto e envolvente externa, e que possam colocar em causa a adequação dos princípios e práticas estabelecidos;
- b) (Re)submissão anual da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização à aprovação da Assembleia Geral, e aprovação em Conselho de Administração da Política de Remunerações dos Colaboradores, a par das respetivas propostas de determinação e atribuição de remunerações específicas para o ciclo/exercício;

- c) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas por membro dos órgãos de administração e fiscalização, desde que devidamente justificada e aprovada, e em consonância com o nível de persecução da estratégia, mas sem atribuição de qualquer componente variável, estando essa componente completamente vedada aos membros do Conselho Fiscal (nos termos da Lei e dos Estatutos da Instituição), não havendo, portanto, lugar a qualquer diferimento de remuneração nem pagamento por via de outros instrumentos nos termos do Artigo 115.º-E do RGICSF;
- d) Não recebimento de qualquer remuneração por parte dos membros não efetivos dos órgãos de administração e fiscalização;
- e) Não direito a qualquer compensação ou indemnização por parte dos membros do Conselho de Administração no caso de destituição sem justa causa, se a destituição ou cessação por acordo resultar de um inadequado desempenho das suas funções;
- f) Identificação e adequado solucionamento em processo próprio, com base no sistema interno de informação, em controlos adequados e no princípio dos «quatro olhos», dos conflitos de interesses relativos à Política de Remuneração e à remuneração atribuída;
- g) Diferenciação, quando aplicável, das remunerações atribuídas a cada colaborador (não se verificando a necessidade de implementar práticas específicas aos Colaboradores Identificados, salvo no que diz respeito especificidades do Modelo de Avaliação de Desempenho) de acordo com fundamentos e princípios de desempenho sustentável e ajustado ao risco, quer na definição dos objetivos estratégicos – e respetiva transposição por função e por senioridade/responsabilidade de cada colaborador –, quer na atribuição da componente variável, estipulada com base no nível de cumprimento dos critérios e objetivos definidos e de acordo com o modelo de avaliação e desempenho da CEMAH, o que no caso das funções de controlo, dependerá da avaliação do desempenho individual dos colaboradores que as exercem e nunca da avaliação do desempenho financeiro da área de negócio em que estes desenvolvem as suas funções de controlo (em convergência com a aprovação da Política de Remunerações dos Colaboradores, os resultados finais da avaliação de desempenho efetuada pela hierarquia direta dos colaboradores são validados pelo Conselho de Administração, e a atribuição de qualquer componente variável, a título de prémio de desempenho sob a forma pecuniária, não será superior a 5% da remuneração total);
- h) Os objetivos da Instituição são definidos no Plano Estratégico, com os quais os restantes objetivos (individuais - objetivos e indicadores sobre os quais o colaborador tenha alguma influência direta, e de unidade de estrutura) são alinhados. Estes decorrem da estratégia empresarial e de risco, dos valores empresariais, da apetência pelo risco e dos interesses a longo prazo e têm em conta o custo do capital e a liquidez da Instituição.
- i) Na definição dos critérios e objetivos da avaliação de desempenho, são identificados parâmetros predeterminados e mensuráveis (incluindo de natureza não financeira), tendo como premissas o não incentivo à assunção excessiva de riscos, a defesa do interesse dos clientes e o cumprimento dos procedimentos e demais normativos internos.
- j) Dada a insignificância da proporção da remuneração variável atribuída, o facto desta estar condicionada ao desempenho da CEMAH e às características da Instituição, em termos de dimensão e complexidade – que derivam na sua classificação pelo Supervisor como de pouco significância, a CEMAH, suportada pela *Opinion of the European Banking Authority on the application of the principle of proportionality to the remuneration provisions* sobre a Diretiva 2013/36/EU, não difere quaisquer remunerações nem atribui remunerações sob a forma de instrumentos.
- k) Recebimento por parte dos colaboradores de uma remuneração fixa, materializada em 14 pagamentos por ano, de acordo com as condições dispostas no Acordo de Empresa da CEMAH.

- l) Em 2019, não houve necessidade de serem feitos pagamentos a colaboradores em virtude de rescisões antecipadas do contrato de trabalho, para além de acertos relativos a subsídio de férias e de natal.
- m) As remunerações auferidas, em 2019, pelos colaboradores identificados fixaram-se nos 1 171 585 Euros, com a seguinte distribuição:
- i. Das quais, por direção de topo e por outros membros do pessoal cujas ações tenham um impacto significativo no perfil de risco da instituição

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável ⁶	Total	Percentagem Fixa	Percentagem Variável	N.º Colabs.
Conselho de Administração	270 522	0	270 522	100,00%	0,00%	3
Conselho Fiscal	46 438	0	46 438	100,00%	0,00%	3
Funções de Controlo ⁷	125 770	3 218	128 988	97,51%	2,49%	3
Outros Colaboradores da Gestão de Topo	311 122	7 429	318 551	97,67%	2,33%	7
Restantes Colaboradores Identificados	398 003	9 083	407 086	97,77%	2,23%	11
Subtotal	1 151 855	19 730	1 171 585	98,32%	1,68%	27
Comité de Nomeações, Avaliação e Remunerações ⁸	10 000	0	10 000	100,00%	0,00%	3
Colaboradores não identificados	2 127 492	41 233	2 168 725	98,10%	1,90%	119
Total	3 289 347	60 963	3 350 310	98,18%	1,82%	149

- ii. Das quais, por área de negócio ou atividade

	Remuneração Fixa	Remuneração Variável*	Total	Percentagem Fixa	Percentagem Variável	N.º Colabs.
Conselho de Administração	270 522	0	270 522	100,00%	0,00%	3
Conselho Fiscal	46 438	0	46 438	100,00%	0,00%	3
Funções de Controlo	125 770	3 218	128 988	97,51%	2,49%	3
Funções de Suporte ⁹	281 075	6 706	287 781	97,67%	2,33%	7
Financeiro	65 143	1 386	66 529	97,92%	2,08%	1
Comercial	362 908	8 420	371 327	97,73%	2,27%	10
Total	1 151 855	19 730	1 171 585			27

Face a 2018 e tendo por suporte o modelo de autoavaliação aprovado, em 2019 foram identificados mais colaboradores, não só por via do cumprimento dos critérios previstos no Regulamento Delegado (UE) n.º 604/2014 da Comissão, alterado pelo Regulamento Delegado (UE) n.º 861/2016 da Comissão, mas também

⁶ Inclui valor associado ao prémio de desempenho

⁷ Inclui ausência por maternidade

⁸ Inclui as remunerações pagas até à extinção da Comissão de Avaliação em janeiro de 2019

⁹ Inclui Sistemas de Informação, Gestão de Crédito, Património e Meios, Recursos Humanos, Apoio Jurídico e Operações

por equiparação de remunerações e responsabilidades, sendo significativo o impacto da inclusão de colaboradores com função de gerente.

- iii. Por membro do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, em funções durante o exercício de 2019

Conselho de Administração	Cargo	Remuneração
António Gabriel Fraga Martins Maio	Presidente do Conselho de Administração	120 245
Eduardo Barbosa do Couto	Vice-Presidente do Conselho de Administração	60 000
Maria Laurentina Nunes Mendes	Vogal do Conselho de Administração	90 277
Total		270 522

Conselho Fiscal	Cargo	Remuneração
João Pedro Mendes de Menezes Cardoso	Presidente do Conselho Fiscal	17 479
Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira	Vogal do Conselho Fiscal	14 479
Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins	Vogal do Conselho de Fiscal	14 479
Total		46 438

Em cumprimento da análise prevista no n.º I do artigo 14.º do Aviso n.º 10/2011 foram estudados os impactos da política de remuneração implementada em 2019 e disponibilizada para avaliação, tendo-se concluído que a política implementada está alinhada com o perfil e a política de risco institucionais, bem como com a persecução da estratégia definida não apresentando incentivos à assunção excessiva de risco, dada a reduzida expressão da componente variável no total de remunerações pagas e a que, do ponto de vista de princípio, se verifica que os titulares de funções essenciais não veem o seu desempenho sofrer perda de independência e isenção por pressões comerciais ou de negócio nem os membros dos órgãos de administração e de fiscalização auferem qualquer remuneração variável, vendo as suas remunerações ser propostas pelo Comité de Nomeações, Avaliações e Remunerações e aprovadas em Assembleia Geral.

Mais se acrescenta que, num contexto de pressão para o robustecimento dos rácios de capital e dado os fins assistencialistas da SCMAH e os princípios de distribuição de resultados instituídos estatutariamente na CEMAH (e na própria SCMAH), é intenção manter os princípios estratégicos estabelecidos e ora em vigor, bem como o patamar de remunerações totais substancialmente inferior a contrapartes/congéneres (e no todo do sistema financeiro), a par de uma componente variável simbólica e imaterial.

Devido à sua não aplicabilidade, não é feita, nesta Declaração, referência explícita aos restantes requisitos previstos nos Artigos 16.º e 17.º do Aviso n.º 10/2011, nem às subalíneas iv) a j) da alínea h), do Artigo 450.º do Regulamento (UE) n.º 575/2013.

Posto o supra explanado, conclui-se que a Política é compatível com os interesses a longo prazo da Instituição e da sua Instituição Titular.

Esta página foi propositadamente deixada em branco



Do Negócio

Do Negócio

A CEMAH desenvolve um conjunto de atividades financeiras e serviços bancários em Portugal, mais concretamente na Região Autónoma dos Açores (RAA), tendo alcançado relacionamento também com a diáspora açoriana, apesar da ausência de presença internacional através de sucursais ou escritórios de representação.

A Instituição oferece um vasto leque de produtos e serviços financeiros, desde as mais básicas contas à ordem, incluindo as contas de serviços mínimos bancários, meios de pagamento e produtos de poupança, passando ainda pela banca comercial, pelo crédito imobiliário, pelo crédito ao consumo, pelo *factoring* e, mais recentemente, pelos seguros, entre outros, encontrando-se a sua operação focada – porém não restringida – no mercado de retalho e empresas, com destaque para o efeito de dinamismo da economia local e regional, nomeadamente junto dos setores público administrativo e empresarial regionais, mas sobretudo pela cobertura significativa de micro e pequenas empresas e de Empresários em Nome Individual (ENI), que constituem, de facto, a grande malha do tecido empresarial da RAA.

Não obstante, e apesar do distanciamento das estratégias mais comuns de *search-for-yield*, dado o contexto de esmagamento das margens de intermediação financeira e de redução expressiva das taxas de juro num ambiente *lower-for-longer*, conforme referido anteriormente, a CEMAH vem reagir através de uma forte aposta na linha de negócio de Mercados e Investimento, conseguindo um aporte significativo dessa para o Produto Bancário.

Core business

Acompanhamento constante da carteira de produtos, com a preocupação de adaptar a nossa oferta a todos os tipos de clientes, com uma visão integradora e inclusiva.

Ao mesmo tempo pretende-se acompanhar as tendências e evolução do mercado, sempre no sentido de procurar a otimização da rentabilidade da mesma.

Carteira de produtos e soluções centrados no Cliente, focando a atenção na segmentação de mercado, imprescindível na definição de novos produtos e serviços, assim como, na qualidade do serviço prestado.

A carteira de produtos da CEMAH é composta por soluções de crédito, sob a forma de empréstimos à habitação, crédito ao consumo, produtos de gestão de tesouraria (incluindo descobertos, *factoring*, contas correntes), financiamentos de médio/longo prazo e de produtos de crédito no apoio ao investimento, disponibilizando ainda soluções de poupança sob a forma de depósitos à ordem e serviços associados, depósitos a prazo e poupança, bem como meios de pagamento.

Em 2019, a carteira de crédito representava *circa* 52% do total do ativo líquido, sendo que as necessidades de financiamento da CEMAH são asseguradas integralmente por depósitos de clientes (que dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes, são considerados estáveis e mantém a tendência de crescimento nos últimos anos), pelo que o seu modelo de negócio permanece sem recurso a alavancagem (99% do passivo da CEMAH é composto por depósitos de clientes). O rácio de transformação alcançado no período, por sua vez, corresponde a 55,01%, tendo-se deteriorado ligeiramente (< 4%) em relação ao período homólogo.

A Instituição iniciou ainda a comercialização de seguros em junho de 2019, com base no desenvolvimento de uma parceria com a Companhia de Seguros Açoreana, S.A..

A rede de balcões da CEMAH continua a deter um papel distintivo e preponderante na entrega de promessas da marca e aproximação com o seu público-alvo. É o ponto onde há um maior contacto direto com os clientes e é o canal de excelência para a apresentação de soluções, registando um desempenho de elevada qualidade ao nível da promoção de uma relação de confiança e fidelização com os clientes.

Carteira de clientes (snapshot)



2,26% de aumento da carteira de clientes



44.644 Total de Clientes CEMAH



40.390 / 90% Pessoas Singulares



2.167 / 5% Pessoas Coletivas



2.087 / 5% ENI

Depósitos de Clientes

No que concerne a carteira de depósitos, e como se verifica na tabela abaixo, regista-se um aumento de 2,46% em comparação com o período homólogo. Esta variação consubstancia-se num aumento de cerca de 9 milhões de Euros.

	31-12-2017	31-12-2018	Var. 2017/2018		31-12-2019	Var. 2018/2019	
Depósitos à Ordem	99 886 354	107 500 756	7 614 402	7,62%	125 685 420	18 184 664	16,92%
Depósitos a Prazo	204 572 226	219 927 115	15 354 889	7,51%	208 233 145	-11 693 970	-5,32%
Poupanças	66 465 733	65 286 693	-1 179 041	-1,77%	68 463 708	3 177 016	4,87%
Total	370 924 313	392 714 563	21 790 250	5,87%	402 382 273	9 667 710	2,46%

Foi mantido o esforço de ajustamento das taxas oferecidas às taxas praticadas no mercado, tendo reflexo em termos financeiros numa diminuição dos juros e encargos similares na ordem dos 33,05%, o que, não

isoladamente, veio resultar na redução da carteira de DP e DPP, compensada pelo aumento significativo da carteira de DO.

Importa salientar que apesar do ajustamento realizado a CEMAH conseguiu aumentar a carteira de depósitos, o que se revela como um sinal da confiança depositada pelos nossos clientes e que as taxas praticadas continuam a ser competitivas e preferíveis.

Crédito comercial efetivo

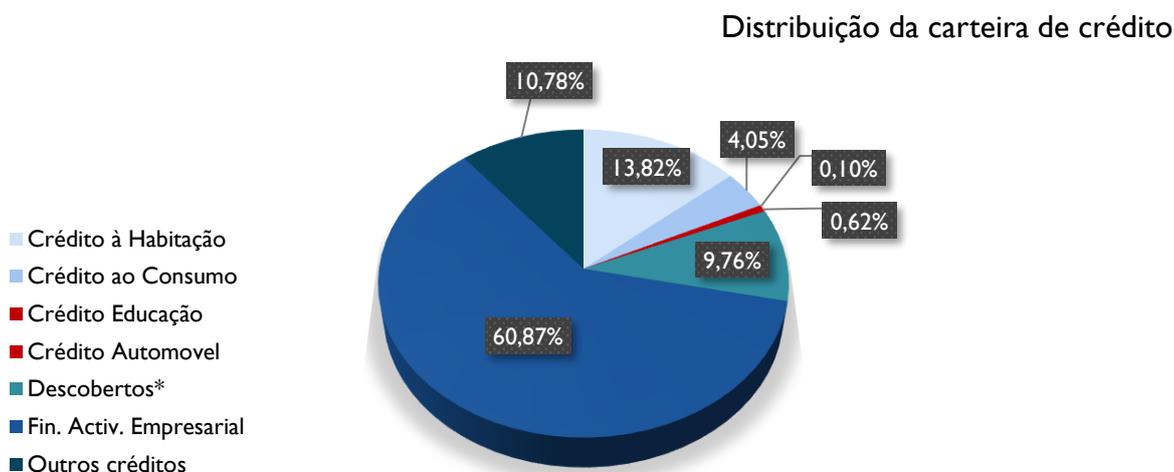
Relativamente à concessão de crédito, a Instituição mantém uma postura conservadora e cautelosa, privilegiando-se o crédito estruturado com Garantias Reais, assegurando sempre medidas de acompanhamento e análise criteriosa a todo o tipo de clientes (particulares, ENI, empresas e setor público), dando especial atenção à economia social.

No que diz respeito ao crédito concedido regista-se uma diminuição de 1,06% no volume total de crédito, registando um total de 227.057 milhares de Euros concedidos a dezembro de 2019, conforme se sistematiza de seguida:

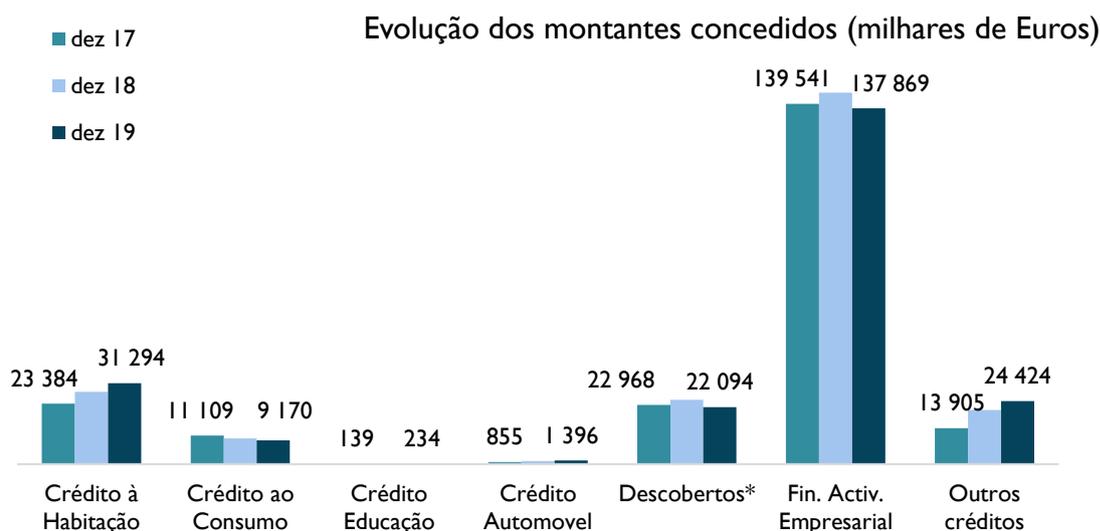
	31-12-2017	31-12-2018	Var. 2017/2018		31-12-2019	Var. 2018/2019	
Limites de Crédito	23 164 285	25 192 768	2 028 483	8,76%	22 670 283	-2 522 485	-10,01%
Letras/Livranças	2 115 008	6 184 043	4 069 035	192,39%	3 068 869	-3 115 174	-50,37%
Crédito a Prestações	186 817 003	198 103 696	11 286 693	6,04%	201 317 895	3 214 198	1,62%
Total	212 096 296	229 480 507	17 384 211	8,20%	227 057 046	-2 423 461	-1,06%

De notar que a expansão da carteira de crédito foi condicionada pelo rácio de capital da instituição.

No que concerne a distribuição do total de crédito concedido por categoria, podemos verificar que o mais expressivo na carteira da Instituição é o financiamento à atividade empresarial, que corresponde a 60,87% da carteira, seguindo-se o crédito à habitação (que, em comparação com o período homólogo, tem um crescimento de 11,6%) e os descobertos autorizados, por ordem decrescente.



A carteira de crédito a particulares, por sua vez, já representa 22,2% do total, ao se considerarem todos os produtos abrangidos, o que, ainda assim, mesmo considerando ENI, não foi suficiente para compensar a diminuição da carteira de crédito a pessoas coletivas, superior a 11 milhões de Euros.



Paralelamente, é de reiterar a preocupação na concessão de crédito com garantia real aumentando o grau de cobertura das operações. Aliás, continuam a ser concentrados esforços no sentido da contínua atualização das avaliações dos colaterais reais de crédito, o que, na prática, resulta da interpretação da obrigatoriedade legal como uma informação de gestão relevante, permitindo uma gestão mais informada e proativa desses ativos (nomeadamente imóveis), quer do ponto de vista estritamente financeiro, quer do ponto de vista de gestão do risco e impacto em fundos próprios.

Recuperação de Crédito

Ao longo do ano de 2019 a CEMAH continuou a desenvolver a sua política de recuperação do crédito vencido, tendo em consideração as vantagens para o cliente e para a instituição na regularização do crédito vencido pela via extrajudicial. Nesse sentido, a CEMAH numa ótica de proximidade ao cliente, procurou sempre tomar em consideração os motivos de incumprimento junto do cliente, sendo que só em *ultima ratio* fora deliberada a passagem dos contratos para contencioso. O número de processos judiciais em curso decresceu comparativamente aos anos transatos, em particular as ações executivas intentadas pela CEMAH. Foram intentados 15 novos processos, judiciais de execução, tendo 3 destes sido logo encerrados no mesmo ano. Foram ainda sendo reportados processos judiciais cuja irrecuperabilidade do crédito fora reconhecida pelos advogados externos, tendo muitos deles sido abatidos ao contencioso na totalidade após consulta da Gestão do Risco e da Contabilidade.

Um maior acompanhamento interno dos processos permitiu o aumento da celeridade na recuperação do crédito, mas, ainda assim, ao longo de 2019 verificaram-se processos especiais de revitalização e processos de insolvência os quais se irão prolongar no ano de 2020. Atendendo à melhoria da qualidade do crédito, nomeadamente ao nível das garantias especiais prestadas, quer sejam elas a hipotecária ou o aval e a fiança, prevê-se uma continuidade da recuperação de crédito mais eficaz. Atendendo ao ciclo económico corrente, conclui-se que não se está perante uma fase de incumprimento de crédito bancário relevante, havendo, no entanto, sempre uma necessidade de prevenção para eventuais ciclos recessivos, onde o impacto no crédito vencido poderá vir a ser certamente visível.

Com a aprovação do Regulamento de Crédito em 2019 - e subsequente implementação já em 2020 - a recuperação de crédito foi funcional e formalmente assumida pela área de Recuperação de Crédito, contando esta atualmente com um recurso humano.

A criação desta área, permite um maior acompanhamento dos clientes em risco de incumprimento, em conjunto com a Rede Comercial, assegurando que são tomadas atempadamente as diligências necessárias à prevenção do incumprimento.

Quando se verificarem situações de incumprimento a Recuperação de Crédito, com o apoio da Rede Comercial, assegura que são desenvolvidas todas as ações necessárias à regularização do incumprimento efetivo.

Cabe à Recuperação de Crédito, definir estratégias de recuperação de crédito adequadas e eficientes e promover a sua implementação, consultando e colaborando com as unidades de estrutura consideradas relevantes para o efeito.

Verificando-se que as tentativas de recuperação dos montantes em incumprimento pela via extrajudicial não se concretizam, e passando os contratos para contencioso, a Recuperação de Crédito assegura no âmbito das ações judiciais o acompanhamento dos clientes, em articulação com o Apoio Jurídico e o Gabinete Jurídico Externo.

Atualmente, a gestão dos clientes em incumprimento e em risco de incumprimento, continua, em primeira linha, a ser levada a cabo pela Rede Comercial, sendo intenção da CEMAH, num futuro, que os clientes que reúnam critérios para tal transitem da área comercial para a área de recuperação de crédito, deixando de ter contacto com o balcão e tendo assim um tratamento diferenciado face à restante carteira.

Mercados e Investimento

A linha de negócio de Mercados e Investimento tem alcançado um aporte significativo para o Produto Bancário e Margem Financeira.

Essa aposta veio, contudo, implicar algum robustecimento operacional na dinamização da carteira própria, o que se concretizou no desenvolvimento das competências e práticas internas de acompanhamento dos mercados financeiros e da própria carteira, a par da consolidação das relações com as contrapartes gestoras.

Veja-se, então, o contributo dos juros, rendimentos e resultados, bem como dos encargos e imparidades respetivas, referentes a esta linha de negócio para a construção dos resultados do exercício:

	31-12-2019
Contributo para a Margem Financeira	680 242
Contributo para o Produto Bancário	2 370 622
Contributo para o RAI	2 386 044

Meios de Pagamento

Durante o ano de 2019 registou-se um aumento de 5,94% de cartões de débito Visa Electron Contactless contratualizados, face a 2018. Assim, a dezembro de 2019 a CEMAH contava com 24.113 cartões emitidos.

Nos últimos anos temos vindo a verificar um constante aumento do número de TPA contratualizados, e a tendência manteve-se. No 4º trimestre de 2018 registavam-se 383 TPA contratualizados, sendo que no final de dezembro de 2019 temos 425 TPA contratualizados, o que se traduz numa variação de 10,97%.

Relativamente às Caixas Automáticas (ATM) procedeu-se à aquisição e instalação de 4 novas máquinas, fixando-se assim o número de Caixas Automáticas instaladas em 60, o que representa 16,7% de quota de

mercado da RAA. Dando cumprimento às diretrizes internacionais procedeu-se à substituição de 3 equipamentos em fim de vida, tendo sido substituído 1 outro por avaria permanente.

Ao longo do ano manteve-se uma política de otimização da rede, analisando a rentabilidade de cada unidade de modo a ter a perceção se as localizações das mesmas são as mais adequadas. Nesse seguimento foi realocizada 1 ATM para uma zona que se estima potenciadora da sua utilização e rentabilidade.

No que concerne a utilização da plataforma de *homebanking* netCEM regista-se um aumento de 20,46% ao nível dos contratos de empresas e de 40,76% nos de pessoas singulares, face a 2018; o número de operações realizadas nesta plataforma cresceu 7,61%.

O que é facto é que, dado o incremento na proporção/volume e complexidade destas matérias, bem como pela necessidade de aprofundar e especializar os recursos, a autonomização dessas funções foi naturalmente ganhando lugar. A unidade orgânica é criada formalmente em 01-08-2019, justificada pelo crescimento e complexidade dos temas tratados, e pela necessidade de aprofundar e especializar conhecimento nos sistemas de pagamento. Organizacionalmente fica dividida em Tratamento de Dados (atual Gestão de Operações) e Sistemas de Pagamento. Em 2019 era composta por 1 responsável Coordenador e 5 técnicos (+1 estagiário L).

Em termos macro, essa unidade reúne em si o *ownership* pelos seguintes processos:

- Gestão dos Sistemas e Meios de Pagamento;
- Processamento central de crédito;
- Gestão da atualização da informação de clientes;
- *Call Center* de apoio ao cliente NetCEM;
- *Back-office* operacional do *core* bancário (a Aplicação Bancária, ou AB).

No âmbito da execução do plano estratégico e no cumprimento da implementação de medidas de controlo interno:

- Elaboração de estudo de rentabilidade do parque de ATM com proposta de ação para melhoria da rentabilidade;
- Elaboração de estudo de rentabilidade de TPA;
- Implementação de automatismo nos processamentos de fecho da AB;
- Centralização do processo de monitorização e notificação aos clientes, no âmbito da atualização de dados.

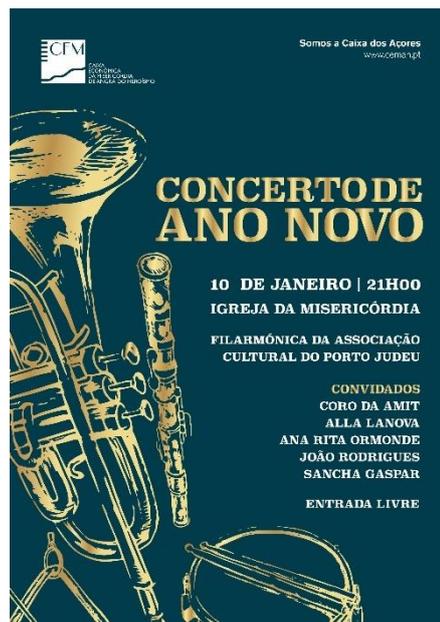
Encontram-se ainda no âmbito das competências e responsabilidades das Operações:

- Implementação de nova versão da ferramenta de compensação de cheques – Cliente Global;
- Atualização regulamentar do parque físico de TPA, promovendo a substituição dos equipamentos em fim de vida;
- Implementação das alterações técnicas dos subsistemas SEPA CT e SEPA DD;
- Apoio à implementação da PSD2, nomeadamente da obrigatoriedade da SCA entrada em vigor a 14 de setembro.

Concerto de Ano Novo

No dia 5 de janeiro teve lugar o Concerto de Ano Novo organizado pela CEMAH, com a atuação da Filarmónica da Associação Cultural do Porto Judeu e Convidados – Coro da AMIT (ou Coro Padre Tomás de Borba da Academia Musical da Ilha Terceira), Alla Lanova, Ana Rita Ormonde, João Rodrigues e Sancha Gaspar.

Esta terceira edição do Concerto de Ano Novo pretendeu assinalar o início do novo ano e promover os artistas e músicos locais.



Campanha de angariação de clientes e reforço da marca

CONTA JOVEM

A CEMAH ESTÁ CONTIGO EM TODAS AS FASES DA TUA VIDA.



netCEM

FÁCIL E SEGURO!
TEN IA O SEU BANCO SEMPRE CONTIGO.



CRÉDITO EASY

O SEU CRÉDITO DE BAIXO MONTANTE
COM RESPOSTA RÁPIDA!



Foi desenvolvida uma campanha para angariação de clientes, com foco na divulgação de abertura de conta sem comissões. A isenção desta comissão afigura-se como uma mais-valia para a CEMAH e elemento diferenciador em relação à concorrência.

Essa campanha contou ainda com uma estratégia de captação de novos clientes, clientes mais jovens, através de publicidade e comunicação mais agressivas, melhorando a notoriedade da Instituição e afirmando a presença na Região enquanto “Banco dos Açores”.

A campanha realizou-se através dos meios de publicidade tradicionais (rádios, jornais e outdoors, estes últimos apenas em S. Miguel) e divulgação nas redes sociais, entre maio e setembro de 2019.

Encerramento Balcão de São Roque

Numa ótica de otimização da rede de balcões e tendo por base a rentabilidade da rede comercial, foi encerrado o balcão de São Roque no dia 30 de agosto de 2019.

O encerramento do balcão de São Roque prendeu-se ainda com questões de segurança das pessoas e valores bem como as características do espaço que não se encontravam de acordo com os normativos e políticas definidas, o que também colocava em causa a qualidade do serviço prestado ao cliente, para além da mencionada segurança.

CEMAH

"PORQUE SOU UMA INSTITUIÇÃO REGIONAL
O CONHEÇO COMO A VÓS."



SOLUÇÕES EMPRESARIAIS

"DAMOS CRÉDITO ÀS BOAS IDEIAS!"



APOIO AO INVESTIMENTO TURÍSTICO

"NA CEMAH ENCONTRA UM PARCEIRO QUE
CONHECE A REGIÃO E QUE VALORIZA
O SEU NEGÓCIO."



APOIO À ATIVIDADE AGRICOLA

"A AGRICULTURA PÁZ PAR E DA IDENTIDADE DOS
AÇORES E SO UMA INSTITUIÇÃO CEMAH REGIONAL
PODEÁ VALORIZAR O SEU NEGÓCIO."



Lançamento de novos conteúdos de comunicação

A publicidade institucional visa criar, manter e melhorar a imagem da CEMAH, cimentando a sua atividade na região, produzindo e alterando perceções junto do público-alvo, que contribuam para o reforço da marca no seu mercado de atuação e criação de valor distintivo da demais concorrência.

Neste seguimento foi lançado, em setembro de 2019, um conjunto de cartazes institucionais e de comunicação de produto com uma nova imagem e um novo conceito.

Esta linha de comunicação teve como objetivo destacar a CEMAH enquanto instituição regional, procurando em cada cartaz destacar elementos visuais que caracterizam os Açores, simultaneamente procurou-se divulgar produtos chave para o desenvolvimento do nosso negócio, destacando a principal vantagem de cada um deles.

Remodelação Balcão da Graciosa

Numa ótica de modernização da Rede Comercial da CEMAH o balcão da Graciosa foi alvo de obras de beneficiação, no segundo semestre de 2019.

Aberto ao público desde 1991, esta remodelação teve como objetivo beneficiar o espaço de atendimento ao cliente, privilegiando o acesso e privacidade do atendimento, ao mesmo tempo, que se apostou numa imagem moderna e profissional.

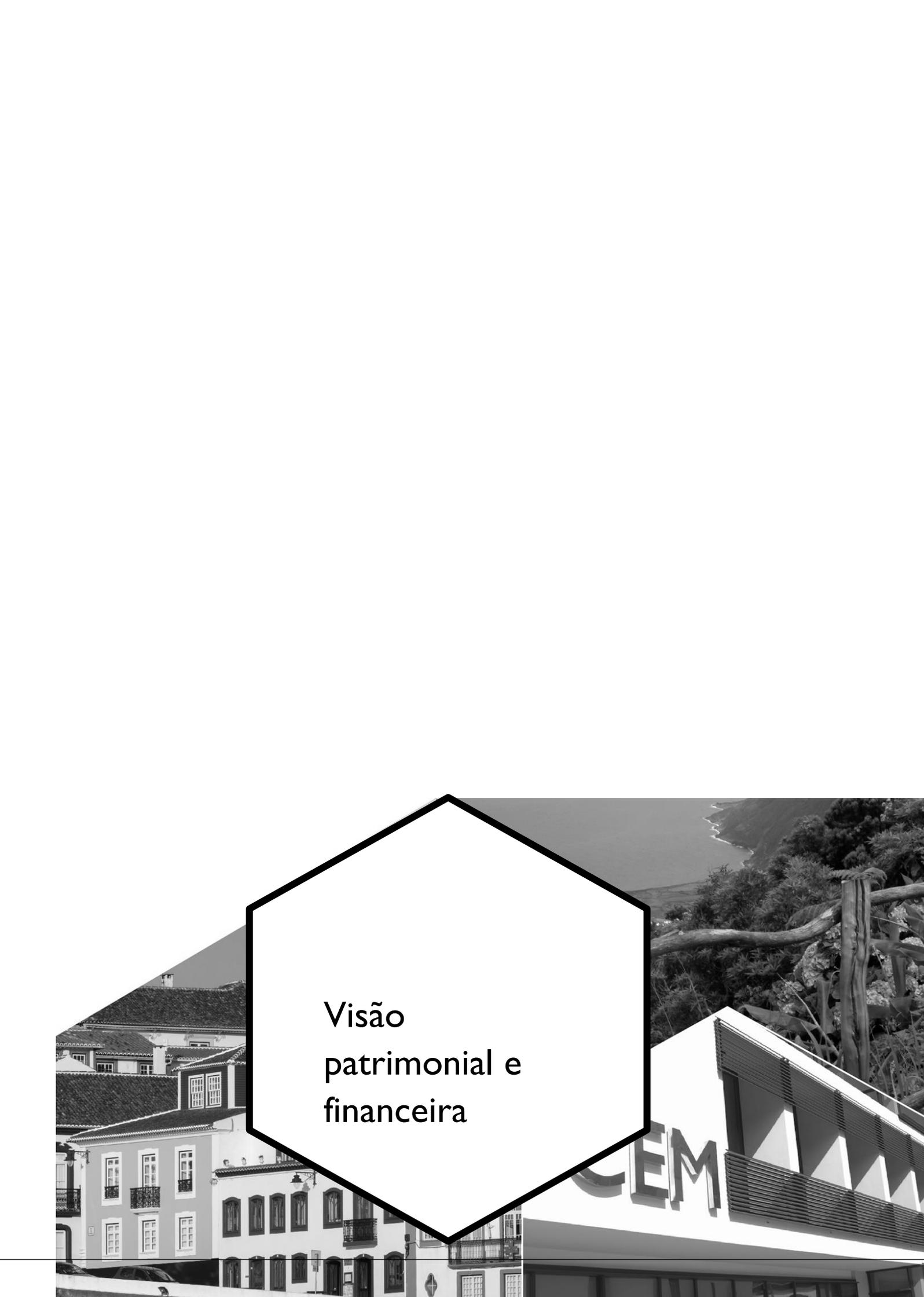


40.º aniversário do balcão da Calheta

De forma simbólica, assinalou-se o 40.º aniversário do Balcão da Calheta.

A inauguração deste balcão, a 8 de novembro de 1979, marca a expansão da CEMAH fora da ilha Terceira.

O Balcão da Calheta é uma referência na ilha de São Jorge e um ponto de negócio importante e histórico para a Instituição.



Visão
patrimonial e
financeira

Visão patrimonial e financeira

Análise às Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras analisadas de seguida reportam-se ao período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2019 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 21 de abril de 2020.

Balanço

(milhares de Euros)

	2019-12-31		2018-12-31	
Ativo				
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	105 691	24,14%	82 701	19,38%
Ativos financeiros detidos para negociação	2	0,00%	4	0,00%
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	-	0,00%	100	0,02%
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	51 227	11,70%	79 807	18,70%
Ativos financeiros pelo custo amortizado	266 867	60,95%	248 002	58,11%
Ativos fixos tangíveis	6 789	1,55%	6 713	1,57%
Outros ativos intangíveis	1 137	0,26%	1 373	0,32%
Ativos por impostos correntes	713	0,16%	-	0,00%
Ativos por impostos diferidos	1 386	0,32%	1 349	0,32%
Outros ativos	1 800	0,41%	3 224	0,76%
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	2 215	0,51%	3 531	0,83%
Total de Ativo	437 827	100,00%	426 806	100,00%
Passivo				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	405 236	92,56%	396 147	92,82%
Outras provisões	151	0,03%	0	0,00%
Passivos por impostos correntes	25	0,01%	561	0,13%
Passivos por impostos diferidos	137	0,03%	0	0,00%
Outros passivos	4 935	1,13%	4 561	1,07%
Total de Passivo	410 484	93,76%	401 268	94,02%
Capital				
Capital realizado	19 932	4,55%	18 932	4,44%
Lucros retidos	39	0,01%	(739)	-0,17%
Reservas de reavaliação	573	0,13%	(222)	-0,05%
Outras reservas	6 147	1,40%	4 727	1,11%
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	652	0,15%	2 839	0,67%
(-) Dividendos provisórios				
Total de Capital	27 343	6,24%	25 537	5,98%
Total de Passivo e Capital	437 827	100,00%	426 806	100,00%

A 31 de dezembro de 2019, o ativo líquido da CEMAH situava-se nos 437.827 milhares de Euros, representando um crescimento de 2,58% em relação ao período idêntico do ano anterior. Da análise das suas componentes com peso mais significativo tem-se:

- a) A rubrica de Ativos financeiros pelo custo amortizado apresenta em 2019 um crescimento de 18.864 milhares de Euros face ao ano anterior. Esta compreende os seguintes ativos:
 - Crédito a clientes líquido, no montante de 221.526 milhares de Euros, que compreende todo o crédito efetivo, vincendo e vencido, concedido pela Instituição e respetivos proveitos a receber deduzido das imparidades, assim como as aplicações em papel comercial e respetivos juros a receber. Este representa 50,60% do ativo líquido e regista uma diminuição de 1,64% face ao ano anterior.
 - Aplicações a prazo em instituições de crédito deduzidas da respetiva imparidade e acrescidas dos correspondentes juros a receber, num montante de 12.188 milhares de Euros a 31 de dezembro de 2019, face aos 11.953 milhares de Euros registados a 31 de dezembro do exercício anterior. Estas correspondiam a depósitos a prazo noutras instituições financeiras de sólida reputação. No seu conjunto, estas aplicações proporcionaram um rendimento anual de 30 milhares de Euros (46 milhares de Euros em 2018). As aplicações em instituições de crédito encontram-se sujeitas a um limite de exposição a uma só entidade imposto pelo Banco de Portugal, que no caso da CEMAH corresponde a 25% do valor dos Fundos Próprios.
 - Títulos de dívida classificados ao custo amortizado, num montante de 32.152 milhares de Euros. Durante o exercício de 2019 foram adquiridos 22.392 milhares de Euros de dívida pública nacional e estrangeira, como reinvestimento de valores realizados com a alienações de títulos de dívida pública classificada ao justo valor através do outro rendimento integral. Relativamente a estes títulos, a CEMAH fez a opção de os manter no seu ativo até à respetiva maturidade, rentabilizando o investimento por via do recebimento dos respetivos fluxos de caixa contratuais e protegendo assim esta componente da sua carteira da volatilidade do mercado.
- b) A rubrica de Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem apresentava a 31 de dezembro de 2019 um saldo de 105.691 milhares de Euros. Este montante representa um crescimento de 27,80% face ao final do exercício de 2018, e resulta quer do acréscimo registado nos depósitos de clientes na instituição, quer da falta de alternativas de investimento para o excesso de liquidez da CEMAH, uma vez que a política de investimentos da Caixa se encontra condicionada por uma rigorosa gestão do consumo de capital dos ativos.
- c) Os Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral registaram no final de 2019 um decréscimo de 35,81% face ao ano anterior, essencialmente em consequência da opção da substituição deste tipo de investimento por ativos financeiros pelo custo amortizado.
- d) Os Ativos tangíveis e intangíveis, no valor líquido de 7.926 milhares de Euros, incluem todo o património de imóveis de serviço próprio, equipamento e aplicações informáticas necessários ao funcionamento da Instituição, assim como, e na sequência da implementação da IFRS 16, 201 milhares de Euros de direito de uso de imóveis e viaturas.
- e) Os Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda incluem os ativos recebidos em reembolso de crédito próprio em condições de serem alienados. A 31 de dezembro de 2019 estes apresentavam um valor líquido de 2.215 milhares de Euros, inferior em 1.316 milhares de Euros face ao registado em 2018, fruto do esforço desenvolvido no sentido da alienação de tais ativos.

A estrutura do Ativo do Balanço da Caixa não sofreu, portanto, alterações significativas durante o exercício de 2019, mantendo-se relativamente semelhante o peso relativo das grandes rubricas que o constituem. Ainda assim, destacam-se as seguintes variações:

- Aumento do peso relativo das rubricas de Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, em consequência do aumento dos recursos de clientes (registado na rubrica de passivos financeiro mensurados pelo custo amortizado) a par da gestão criteriosa dos rácios de capital

da instituição, que, por via do consumo de capital, e do limite de exposição a uma só entidade estreitam as alternativas de investimento para aplicação do excedente de liquidez que caracteriza CEMAH.

- Decréscimo do peso relativo da rubrica de Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, em consequência da substituição destes por Ativos financeiros pelo custo amortizado, por via da alienação em 2019 de títulos aqui classificados (e permitindo a realização de mais-valias líquidas na ordem dos 2 milhões de Euros) e do reinvestimento em ativos financeiros que o Conselho de Administração manterá em carteira até à respetiva data de vencimento e serão rentabilizados pela via dos juros, protegendo-se desta forma o balanço da instituição do impacto de flutuações dos mercados.
- Aumento do peso dos Ativos financeiros pelo custo amortizado, nomeadamente dos títulos de dívida, na sequência do crescimento dos depósitos de clientes e do desinvestimento em títulos classificados ao justo valor através do outro rendimento integral.

Quanto ao Passivo da CEMAH, a 31 de dezembro de 2019 este registava um valor de 410.484 milhares de Euros, mais 9.216 milhares de Euros do que no final de 2018. Este crescimento de 2,3% resultou essencialmente do crescimento dos depósitos de clientes. No âmbito do passivo salientam-se então os valores das seguintes rubricas:

- a) Passivos financeiros pelo custo amortizado, no montante de 405.236 milhares de Euros. Esta rubrica inclui a carteira de depósitos da Instituição, sendo que os recursos de Clientes e respetivos custos a pagar, assumem o montante de 402.756 milhares de Euros; os depósitos captados apresentaram em 2019 um crescimento superior a 9,4 milhões de Euros (2,39% face ao ano anterior).
- b) Outros Passivos, com um valor de 4.935 milhares de Euros e que representam 1,2% do passivo da instituição; aqui encontram-se registadas as responsabilidades Fundo de Pensões líquidas dos respetivos ativos, a mensualização de outros encargos a pagar e outras operações a regularizar. Na sequência da avaliação atuarial de 31 de dezembro de 2019, o valor registado das responsabilidades por serviços passados associados ao Fundo de Pensões CEMAH era de 21.775 milhares de Euros, representando um acréscimo de 1.497 milhares de Euros face ao mesmo valor de 2018, e que resultou essencialmente do decréscimo na taxa de desconto utilizada para efeitos de pressupostos atuariais, que passou de 2,1% em 2018 para 1,2% no final de 2019. O Fundo encerrou o exercício de 2019 com um valor patrimonial de 20.133 milhares de Euros e uma taxa de rentabilidade de 6,25%. Por forma a garantir o financiamento mínimo exigido pelo Banco de Portugal (21.208 milhares de Euros), em janeiro de 2020 a CEMAH efetuou uma contribuição para o Fundo no valor de 1.075 milhares de Euros, o que garante o financiamento de 95% das responsabilidades com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas.

A 31 de dezembro de 2019, o Capital da CEMAH era de 27.342 milhares de Euros, apresentando um crescimento de 7,07% (1.805 milhares de Euros) em relação ao período idêntico do ano anterior. Da análise das suas componentes salienta-se:

- a) O aumento de 1.000 milhares de Euros registado na rubrica de Capital da CEMAH, na sequência do aumento de capital realizado em novembro de 2019, por parte da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo, único acionista da instituição;
- b) O acréscimo de 777 milhares de Euros da rubrica Lucros retidos. No saldo desta componente do Capital encontra-se refletidos os impactos das remensurações do Fundo de Pensões e os dividendos não distribuídos;
- c) A melhoria das reservas de reavaliação, líquidas de impostos, associadas à carteira títulos da CEMAH (mais 795 milhares de Euros face a 2018); e
- d) O aumento registado na rubrica de Outras reservas, no montante de 1.420 milhares de Euros, em resultado da aplicação dos resultados do exercício de 2018.

Demonstração do Rendimento Integral

(milhares de Euros)

	2019-12-31	2018-12-31
Juros e rendimentos similares	7 826	8 746
Juros e encargos similares	(1 266)	(1 885)
Margem financeira	6 560	6 861
Rendimentos de instrumentos de capital	75	128
Rendimentos de serviços e comissões	2 323	2 530
Encargos com serviços e comissões	(824)	(834)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	(13)	(27)
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	2 004	2 878
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	(0)	(9)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	209	224
Resultados de alienação de ativos não financeiros não classificados como detidos para venda (líquido)	-	-
Outros rendimentos de exploração	377	433
Outros encargos de exploração	(658)	(494)
Produto bancário	10 053	11 688
Custos com pessoal	(4 381)	(4 144)
Gastos gerais administrativos	(2 865)	(2 807)
Amortizações do exercício	(976)	(749)
Provisões líquidas de reposições e anulações	(151)	-
Imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral líquida de reversões e recuperações	44	61
Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado líquida de reversões e recuperações	(566)	(355)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	(354)	(123)
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	(109)	(193)
Resultado antes de impostos	695	3 378
Impostos	(43)	(539)
Resultado líquido do período	652	2 839
Elementos que não serão reclassificados em resultados	(604)	(1 031)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(1 005)	(764)
Variação do justo valor de instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através do outro	38	13
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	363	(280)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados	757	(3 127)
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	757	(3 127)
Outras reclassificações	757	(3 127)
Rendimento integral total do exercício	805	(1 319)
Atribuível aos proprietários da empresa-mãe	805	(1 319)

A margem financeira apresentou um decréscimo de 4,39% face a 2018, passando de 6.861 milhares de Euros em 2018 para 6.559 milhares de Euros em 2019, o que se ficou a dever ao facto do efeito da redução da rubrica de juros e proveitos similares ser superior à redução verificada na rubrica de juros e encargos similares. Para a redução verificada nos primeiros contribuíram as variações negativas de 478 milhares de Euros nos juros de crédito a clientes e de 472 milhares de Euros nos juros da carteira própria. Apesar do esforço desenvolvido pela CEMAH no sentido da aproximação do seu preçário das operações passivas às taxas do mercado, continua a pesar aqui o volume significativo dos recursos de clientes, difíceis de rentabilizar num contexto de reduzidas taxas de juros e de limitações impostas pela gestão do capital regulatório.

O produto bancário registou em 2019 uma redução 13,99% face aos 11.688 milhares de Euros contabilizados em 2018. Para esta diminuição contribuíram principalmente os efeitos da redução dos resultados dos ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral, em 2019 inferiores em 873 milhares de Euros ao valor registado em 2018, e do decréscimo de 207 milhares de Euros dos rendimentos de serviços e comissões verificado de 2018 para 2019.

No que concerne aos custos operacionais, a rubrica de custos com o pessoal registou um aumento de 5,7% face ao ano anterior, sendo que os gastos gerais administrativos sofreram um acréscimo de apenas 2,06% face a 2018. Do acréscimo de 227 milhares de Euros verificado nas amortizações do exercício constam 85 milhares de Euros resultantes da aplicação em 2019 da norma IFRS 16.

As provisões e imparidades líquidas para ativos financeiros foram registadas de acordo com princípios gerais definidos na IFRS 9. O movimento da imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, apresentou um contributo positivo para o resultado líquido de 2019 no valor de 44 milhares de Euros. O reforço e a reversão de imparidades de ativos financeiros pelo custo amortizado apresentaram um contributo negativo de 566 milhares de Euros, para o referido resultado. As provisões líquidas são relativas a responsabilidades extrapatrimoniais.

A Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações compreende essencialmente o saldo entre imparidades registadas e revertidas nos ativos não correntes detidos para venda. O seu saldo a 31 de dezembro de 2019 era de -354 milhares de Euros, face aos -123 milhares de Euros registados em 2018. Este acréscimo é resultado não só das avaliações periódicas efetuadas aos referidos ativos e dos preços de venda praticados pela instituição, como reflete ainda a consideração de eventuais perdas estimadas com base no histórico das vendas realizadas.

Os Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido) compreendem o saldo entre as mais e as menos valias realizadas com a alienação de imóveis adquiridos em reembolso de crédito próprio. Em 2019 este valor foi de -109 milhares de Euros.

No que concerne à rubrica de Impostos, os resultados fiscais apurados pela CEMAH são, em 2019, tributados em sede de IRC à taxa nominal de 21% e representam um custo de 43 milhares de Euros. Relativamente ao imposto corrente, a CEMAH estimou um prejuízo fiscal em 2019, sendo a estimativa de imposto a pagar resultado de 25 milhares de Euros de tributação autónoma de 2019 e de 121 milhares de Euros de regularização da estimativa do imposto de 2018. No que concerne aos impostos diferidos, estes ascenderam em termos líquidos a 103 milhares de Euros, a acrescer ao resultado antes de impostos.

O Resultado Líquido do Exercício de 2019 ascendeu a 652 milhares de Euros.

No âmbito do rendimento integral do período, tem-se que a 31 de dezembro de 2019 os elementos que não serão reclassificados em resultados se situaram nos -604 milhares de Euros, e os que poderão vir a ser reclassificados em resultados representaram 757 milhares de Euros, ficando-se este indicador no final período em 805 milhares de Euros.

A black and white photograph of a coastal town. On the left, there are traditional multi-story buildings with tiled roofs and balconies. On the right, a modern building with a large, stylized 'CEM' sign is visible. The background shows a coastline with a beach and a hillside with trees. A large white hexagon with a black border is overlaid on the center of the image, containing text.

Proposta de
aplicação de
resultados
e considerações finais

Esta página foi propositadamente deixada em branco

Proposta de aplicação de resultados

e considerações finais

O resultado líquido alcançado pela CEMAH no exercício de 2019, não ascendendo aos valores sem precedentes de 2018, apresenta-se, ainda assim, como positivo, sobretudo ao considerar-se o contexto de reinvenção orgânica e de sofisticação nas ferramentas de conceção e desenho do modelo de negócio por que a Instituição passou e que vem, com convicção de sucesso, concluir.

Mais, mantendo-se o espírito de conservadorismo relativo à capitalização bancária, em geral, reiterado pela Recomendação do Banco Central Europeu de 27 de março passado (v.g. ECB/2020/19), reforçado pelo comunicado público da EBA, a 31 de março, com entendimento semelhante, e divulgada às instituições de crédito menos significativas pela Carta-circular n.º 21/2020, de 1 de abril, do Banco de Portugal, é recomendada a não distribuição de dividendos relativamente ao exercício de 2019, bem como a não distribuição de dividendos intercalares relativamente ao exercício de 2020 (ou a assunção de compromissos irrevogáveis de pagamento dos mesmos).

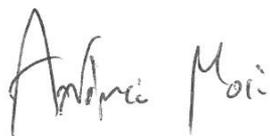
Deste modo, e de acordo com os objetivos estratégicos e prudenciais assumidos pelo Conselho de Administração da Instituição e pela própria Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo (SCMAH), sua Acionista única e Instituição Titular, não haverá lugar a distribuição de dividendos. Aos Órgãos Sociais dessa só se poderão reiterar os louvores por diligente compreensão de contexto e defesa dos interesses globais de ambas e da sua relação secular.

Posto isto, e em conformidade com o Artigo 30.º dos Estatutos da CEMAH, propõe-se a seguinte afetação do resultado líquido de 2019, em montante que ascende a 651.701,25 Euros:

- 25% para Reserva Geral, no montante de 162.925,31 Euros;
- 25% para Reserva Estatutária, no montante de 162.925,31 Euros;
- 50% para Lucros Retidos, no montante de 325.850,63 Euros.

Angra do Heroísmo, 15 de maio de 2020

O Conselho de Administração,



António Maio

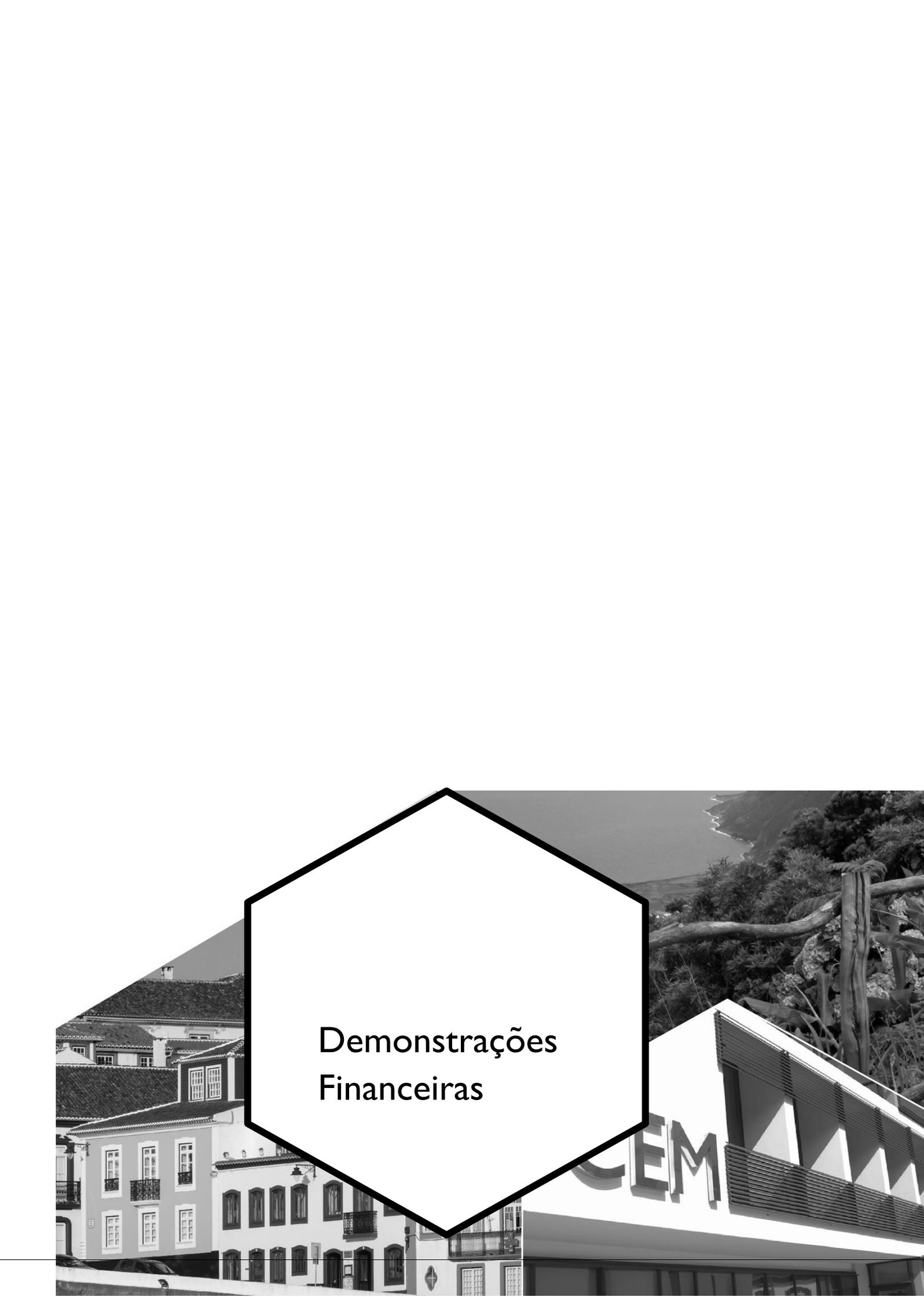


Eduardo Couto



Maria Laurentina Mendes

Esta página foi propositadamente deixada em branco



Demonstrações
Financeiras

Esta página foi propositadamente deixada em branco

Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Balanços em 31 de dezembro de 2019 e 2018

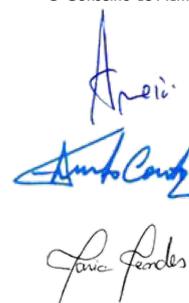
Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2019-12-31	2018-12-31
Ativo			
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem	6.1	105 692	82 701
Dinheiro em caixa		12 365	11 109
Saldos de caixa em bancos centrais		65 803	60 233
Disponibilidades em outras instituições de crédito		27 524	11 360
Ativos financeiros detidos para negociação	6.2	2	4
Derivados		2	4
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através dos resultados	6.3	-	100
Títulos de dívida		-	100
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	6.4	51 227	79 807
Instrumentos de capital próprio		4 429	11 245
Títulos de dívida		46 798	68 562
Ativos financeiros pelo custo amortizado	6.5	266 867	248 002
Títulos de dívida		33 152	10 818
Empréstimos e adiantamentos		233 714	237 184
Ativos fixos tangíveis	6.6	6 789	6 713
Outros ativos intangíveis	6.7	1 137	1 373
Ativos por impostos correntes	6.8	713	-
Ativos por impostos diferidos	6.8	1 386	1 349
Outros ativos	6.9	1 800	3 224
Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	6.10	2 215	3 531
Total de Ativo		437 827	426 806
Passivo			
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	6.13	405 236	396 147
Depósitos		402 756	393 338
Outros passivos financeiros		2 479	2 808
Outras provisões	6.11	151	-
Passivos por impostos correntes	6.8	25	561
Passivos por impostos diferidos	6.8	137	-
Outros passivos	6.14 e 6.16	4 936	4 561
Passivos incluídos em grupos para alienação classificados como detidos para venda			
Total de Passivo		410 484	401 268
Capital			
Capital realizado	6.17	19 932	18 932
Lucros retidos	6.18	39	(739)
Reservas de reavaliação	6.19	573	(222)
Outras reservas	6.20	6 147	4 727
Resultados atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe		652	2 839
Total de Capital		27 342	25 537
Total de Passivo e Capital		437 827	426 806

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Demonstrações dos Resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2019-12-31	2018-12-31
Juros e rendimentos similares		7 826	8 746
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados		1	2
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral		369	1 079
Ativos financeiros pelo custo amortizado		7 415	7 654
Outros ativos		41	11
Juros e encargos similares		(1 266)	(1 885)
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		(1 266)	(1 885)
Margem financeira	6.22	6 559	6 861
Rendimentos de instrumentos de capital	6.23	75	128
Rendimentos de serviços e comissões	6.24	2 323	2 530
Encargos com serviços e comissões	6.24	(824)	(834)
Resultados de ativos financeiros detidos para negociação	6.25	(13)	(27)
Resultados de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	6.25	2 004	2 878
Resultados de ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	6.25	(0)	(9)
Resultados de reavaliação cambial (líquido)	6.25	209	224
Outros rendimentos de exploração	6.26	377	433
Outros encargos de exploração	6.26	(658)	(494)
Produto bancário		10 053	11 688
Custos com pessoal	6.27	(4 381)	(4 144)
Gastos gerais administrativos	6.28	(2 865)	(2 807)
Amortizações do exercício	6.6 e 6.7	(976)	(749)
Ativos fixos tangíveis		(476)	(374)
Ativos fixos intangíveis		(500)	(376)
Provisões líquidas de reposições e anulações	6.11	(151)	-
Imparidade de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral líquida de reversões e recupera	6.11	44	61
Imparidade de ativos financeiros pelo custo amortizado líquida de reversões e recuperações	6.11	(566)	(355)
Imparidade de ativos não financeiros líquida de reversões e recuperações	6.11	(354)	(123)
Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)	6.29	(109)	(193)
Resultado antes de impostos		695	3 378
Impostos	6.8 e 6.30	(43)	(539)
Resultado após impostos		652	2 839

Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Demonstrações dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Unidade: Milhares de Euro

	Notas	2019-12-31	2018-12-31
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Juros recebidos		7 155	7 154
Juros pagos		(1 522)	(2 063)
Comissões recebidas		2 536	2 749
Comissões pagas		(824)	(834)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores		(7 509)	(7 218)
Impostos pagos		(899)	(172)
(Aumentos)/diminuições dos ativos operacionais (líquido)			
Créditos e adiantamentos a instituições de crédito		(2 056)	(183)
Créditos e adiantamentos a clientes		4 393	(11 830)
Outros activos		1 462	(1 124)
Aumentos/(diminuições) dos passivos operacionais (líquido)			
Débitos para com instituições de crédito - à vista		12	(41)
Débitos para com clientes - à vista		17 853	8 034
Débitos para com clientes - a prazo		(8 517)	14 176
Outros passivos		145	(106)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		12 229	8 542
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Dividendos recebidos		67	128
Juros recebidos de ativos financeiros		1 046	1 655
Venda de ativos financeiros		97 494	84 226
Compra de ativos financeiros		(88 227)	(83 587)
Compra de outros ativos tangíveis		(366)	(208)
Compra de ativos intangíveis		(263)	(258)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		9 750	1 956
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		1 000	-
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		1 000	-
Aumento líquido em caixa e seus equivalentes		22 979	10 498
Caixa e seus equivalentes no início do período	6.15	94 717	83 995
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		209	224
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.15	117 905	94 717

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Demonstrações de alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Unidade: Milhares de Euro

	Notas	Capital	Lucros retidos	Reservas de reavaliação	Outras reservas	Lucros ou prejuízos (-) atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2017		18 615	(11)	2 893	4 094	1 266	26 857
Emissão de ações ordinárias	6.17						
Transferências entre componentes do capital próprio	6.17, 6.20	316	316		633	(1 266)	-
Rendimento integral total do exercício			(1 044)	(3 114)		2 839	(1 319)
Saldos em 31 de Dezembro de 2018		18 932	(739)	(222)	4 727	2 839	25 537
Emissão de ações ordinárias	6.17	1 000					1 000
Transferências entre componentes do capital próprio	6.17, 6.20		1 420		1 420	(2 839)	-
Rendimento integral total do exercício			(642)	795		652	805
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (período corrente)		19 932	39	573	6 147	652	27 342

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração




Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo

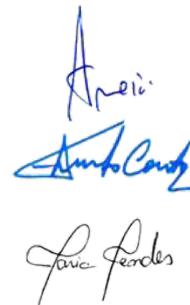
Demonstrações dos rendimentos integrais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	Unidade: Milhares de Euro	
	2019-12-31	2018-12-31
Lucros ou prejuízos (-) do exercício	652	2 839
Outro rendimento integral	153	(4 158)
Elementos que não serão reclassificados em resultados	(604)	(1 031)
Ganhos ou perdas (-) atuariais com planos de pensões de benefício definido	(1 005)	(764)
Variação do justo valor dos instrumentos de capital próprio mensurados pelo justo valor através de outro rendimento integral	38	13
Outros elementos que não serão reclassificados em resultados	363	(280)
Elementos que podem ser reclassificados em resultados	757	(3 127)
Instrumentos de dívida pelo justo valor através de outro rendimento integral	757	(3 127)
Ganhos ou perdas (-) de avaliação imputados ao capital próprio	757	(3 127)
Rendimento integral total do exercício	805	(1 319)
Atribuíveis a interesses minoritários [interesses que não controlam]		
Atribuíveis aos proprietários da empresa-mãe	805	(1 319)

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



Esta página foi propositadamente deixada em branco



Anexo às
Demonstrações
Financeiras

Esta página foi propositadamente deixada em branco

Anexo às Demonstrações Financeiras

I. Introdução

A Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (“CEMAH” ou “Caixa”) é uma instituição de crédito, tendo sido fundada em 26 de abril de 1896, sob a forma de sociedade anónima de responsabilidade limitada.

Por força da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 190/2015, de 10 de setembro, que revogou o Decreto-Lei n.º 136/79, de 18 de maio e aprovou o Regime Jurídico das Caixas Económicas, a CEMAH foi transformada *ope legis* em caixa económica bancária podendo, enquanto tal, praticar as mesmas operações que aos bancos são permitidas, nomeadamente as elencadas no artigo 4.º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

Assim, em face do regime legal atualmente em vigor e do quadro estatutário pela qual se rege, a CEMAH está habilitada a exercer as mesmas atividades que os bancos comerciais, as quais, em face da evolução dos mercados financeiros, se têm vindo a revestir de acrescida complexidade.

Da mesma forma, a CEMAH está, em regra, sujeita ao cumprimento das mesmas regras legais e regulamentares que são aplicadas aos bancos, designadamente, o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras e o Capital Requirements Regulation.

Presentemente, opera através da sede, na cidade de Angra do Heroísmo, e de uma rede de 13 balcões dispersa pelas ilhas da Terceira, Pico, S. Jorge, Faial, Graciosa e S. Miguel.

A Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo é detentora da totalidade do capital da Caixa.

2. Bases de apresentação, comparabilidade da informação e principais políticas contabilísticas

2.1 Bases de apresentação

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, na sua transposição para a legislação Portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro e do Aviso n.º 5/2015 de 20 de dezembro, do Banco de Portugal, as demonstrações financeiras da Caixa são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“NIC”), tal como adotadas na União Europeia.

As Normas Internacionais de Contabilidade traduzem-se na aplicação às demonstrações financeiras individuais das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia e respeitando a estrutura conceptual para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que enquadra aquelas normas.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da CEMAH apresentadas reportam-se ao período findo em 31 de dezembro de 2019 e foram preparadas de acordo com as NIC, as quais incluem os IFRS em vigor tal como adotados na União Europeia até 31 de dezembro de 2019.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 21 de abril de 2020. Estas demonstrações financeiras estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas. No entanto, o Conselho de Administração da Caixa admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Euros e foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade e do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao seu justo valor. Os somatórios apresentados nas demonstrações financeiras e respetivas notas poderão apresentar pequenas divergências resultantes de arredondamento à unidade.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a CEMAH operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a CEMAH dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as NIC requer que a CEMAH efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impacto sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas na nota 2.3.12.

IFRS Divulgações - Novas normas a 31 de dezembro de 2019:

I- Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória ao exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 16 – Locações	1-jan-19	Esta norma vem introduzir os princípios de reconhecimento e mensuração de locações, substituindo a IAS 17 – Locações. A norma define um único modelo de contabilização de contratos de locação que resulta no reconhecimento pelo locatário de ativos e passivos para todos os contratos de locação, exceto para as locações com um período inferior a 12 meses ou para as locações que incidam sobre ativos de valor reduzido. Os locadores continuarão a classificar as locações entre operacionais ou financeiras, sendo que a IFRS 16 não implica alterações substanciais para tais entidades face ao definido na IAS 17.
Emenda à IFRS 9: características de pagamentos antecipados com compensação negativa	1-jan-19	Esta emenda vem permitir que ativos financeiros com condições contratuais que preveem, na sua amortização antecipada, o pagamento de um montante considerável por parte do credor, possam ser mensurados ao custo amortizado ou a justo valor por reservas (consoante o modelo de negócio), desde que: (i) na data do

		<p>reconhecimento inicial do ativo, o justo valor da componente da amortização antecipada seja insignificante; e (ii) a possibilidade de compensação negativa na amortização antecipada seja única razão para o ativo em causa não ser considerado um instrumento que contempla apenas pagamentos de capital e juros.</p>
<p>IFRIC 23 - Incertezas no tratamento de imposto sobre o rendimento</p>	<p>1-jan-19</p>	<p>Esta interpretação vem dar orientações sobre a determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento.</p>
<p>Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2015-2017)</p>	<p>1-jan-19</p>	<p>Estes melhoramentos envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com: IFRS 3 – Concentração de atividades empresariais: requer remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo sobre uma participada sobre a qual anteriormente tinha controlo conjunto; IFRS 11 – Empreendimentos conjuntos: clarifica que não deve haver remensuração de interesses anteriormente detidos quando uma entidade obtém controlo conjunto sobre uma operação conjunta; IAS 12 – Impostos sobre o rendimento: clarifica que todas as consequências fiscais de dividendos devem ser registadas em resultados, independentemente de como surge o imposto; IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos: clarifica que a parte do empréstimo diretamente relacionado com a aquisição/construção de um ativo, em dívida após o correspondente ativo ter ficado pronto para o uso pretendido, é, para efeitos de determinação da taxa de capitalização, considerada parte integrante dos financiamentos genéricos da entidade.</p>
<p>Emendas à IAS 19: Alteração do Plano, Restrição ou Liquidação</p>	<p>1-jan-19</p>	<p>Se uma emenda, corte ou liquidação do plano ocorrer, agora é obrigatório que o custo do serviço corrente e os juros líquidos do período após a remensuração sejam determinados usando os pressupostos usados para a remensuração. Além disso, foram incluídas alterações para esclarecer o efeito de uma alteração, redução ou liquidação do plano sobre os requisitos relativos ao limite máximo do ativo.</p>

<p>Emenda à IAS 28: 1-jan-19 Investimentos de longo prazo em associadas e acordos conjuntos</p>	<p>Esta emenda vem clarificar que a IFRS 9 deve ser aplicada (incluindo os respectivos requisitos relacionados com imparidade) a investimentos em associadas e acordos conjuntos quando o método da equivalência patrimonial não é aplicado na mensuração dos mesmos.</p>
---	---

A partir de 1 de janeiro de 2019, a Caixa adotou a IFRS 16 tendo por base a abordagem retrospectiva modificada. A abordagem adotada permitiu a não reexpressão das contas para o período comparativo de 2018, sendo as reclassificações e ajustamentos resultantes dos novos princípios introduzidos pela norma reconhecidos, na data de transição, em balanço ou resultados transitados (quando aplicável).

No âmbito do processo de adoção da IFRS 16, na data de transição, a Caixa analisou a totalidade dos contratos relevantes de forma a reavaliar se os mesmos constituem, ou contêm, uma locação, não aplicando o expediente prático de definição de locação definido na norma, isto é, considerar apenas os contratos que cumprem com os requisitos de *leasing* definidos na IAS 17.

A partir das operações consideradas como locações segundo a norma IFRS 16, o passivo de locação foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos remanescentes da locação, descontados com base na taxa incremental de financiamento do locatário, com referência a 1 de janeiro de 2019.

Na data de transição, e para o apuramento do passivo de locação, a Caixa apurou uma taxa incremental de financiamento relativamente aos contratos de locação em vigor, tendo em consideração a maturidade definida, e a moeda do contrato. A metodologia subjacente ao cálculo da mesma pode ser vista na nota 2.3.12 – Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas – Locações.

Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de locação, ajustado por montantes pagos antecipadamente, entre outros.

Tal como previsto na IFRS 16, a Caixa adotou os seguintes expedientes práticos previstos na norma:

- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o contrato de locação tenha uma maturidade não superior a 12 meses – locações de curto-prazo;

- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o valor do ativo subjacente ao contrato de locação, no seu estado em novo, tenha um valor inferior a 5.000 USD - locações de baixo-valor;
- Não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo direito de uso associado à locação;
- Recurso a uma taxa de juro incremental, para todas as tipologias de ativos subjacentes.

A reconciliação do passivo de locação apresenta-se abaixo:

	(milhares de euros)
Compromissos de locação operacional divulgados a 31 de dezembro de 2018	0
(-) compromissos de locação não reconhecidos com IFRS 16	0
(+) compromissos de locação operacional não reconhecidos com IAS 17	0
Passivo de Locação reconhecido a 1 de janeiro de 2019	309
Dos quais:	
Passivos de locação correntes	0
Passivos de locação não-correntes	309

A distribuição dos ativos do direito de uso por tipologia é a seguinte:

	(milhares de euros)	
	2019-12-31	2019-01-01
Edifícios	123	193
Veículos	78	116
Total Direito de Uso	202	309

A alteração da política contabilística afetou os seguintes itens em balanço a 1 de janeiro de 2019:

	(milhares de euros)	
	2019-12-31	2019-01-01
Ativo Fixo Tangível (PPE)	6.789	7.022
Dos quais: Ativo de Direito de Uso	202	309
Passivos de Locação	203	309

A adoção IFRS 16 não teve impacto em Resultados Transitados a 1 de janeiro de 2019.

A adoção das restantes normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas não produziu efeitos significativos nas demonstrações financeiras da CEMAH.

2- Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas contabilísticas e interpretações, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
Emendas a referências à Estrutura Conceptual nas Normas IFRS	1-jan-20	Corresponde a emendas em diversas normas (IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22 e SIC 32) em relação a referências à Estrutura Conceptual revista em março de 2018. A Estrutura Conceptual revista inclui definições revistas de um ativo e de um passivo e novas orientações sobre mensuração, desreconhecimento, apresentação e divulgação.
Emenda à IAS 1 e IAS 8 – Definição de material	1-jan-20	Corresponde a emendas para clarificar a definição de material na IAS 1. A definição de material na IAS 8 passa a remeter para a IAS 1. A emenda altera a definição de material em outras normas para garantir consistência. A informação é material se pela sua omissão, distorção ou ocultação seja razoavelmente esperado que influencie as decisões dos utilizadores primários das demonstrações financeiras tendo por base as demonstrações financeiras.

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela CEMAH em 2019, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

3- Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram emitidas pelo IASB e não se encontram ainda aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-21	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à IFRS 3 – Definição de negócio	1-jan-20	Corresponde a emendas à definição de negócio, pretendendo clarificar a identificação de aquisição de negócio ou de aquisição de um grupo de ativos. A definição revista clarifica ainda a definição de output de um negócio como fornecimento de bens ou serviços a clientes. As alterações incluem exemplos para identificação de aquisição de um negócio.
Emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 – reforma das taxas de juro benchmark (IBOR Reform)	1-jan-20	Corresponde a emendas às normas IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 relacionadas com o projeto de reforma das taxas de juro de <i>benchmark</i> (conhecido como “IBOR reform”), no sentido de diminuir o impacto potencial da alteração de taxas de juro de referência no relato financeiro, nomeadamente na contabilidade de cobertura.

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela CEMAH no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que da futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

2.2 Comparabilidade da informação

A 1 de janeiro de 2019 a CEMAH procedeu à adoção da IFRS 16, conforme já referido, com base na abordagem retrospectiva modificada. Esta abordagem permitiu a não reexpressão das contas para o período comparativo de 2018, tendo as reclassificações e ajustamentos resultantes dos novos princípios introduzidos pela norma sido reconhecidos, na data de transição, no balanço da Caixa. Neste contexto, exceto quanto aos efeitos decorrentes da adoção da IFRS 16 descritos na nota 2.1, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2018.

2.3. Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

2.3.1 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, salvo se decorrer de expressa estipulação contratual ou de regime legal ou regulamentar aplicável, que os direitos e obrigações inerentes aos valores transacionados se transferem em data diferente, casos em que será esta última a data relevante.

No momento inicial, os ativos e passivos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Entende-se por justo valor o montante pelo qual um determinado ativo ou passivo pode ser transferido ou liquidado entre contrapartes de igual forma conhecedoras e interessadas em efetuar essa transação. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transação.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, o justo valor dos ativos financeiros é determinado com base em:

- Preços de um mercado ativo,
- Técnicas de valorização, incluindo modelos de desconto de fluxos de caixa conforme seja apropriado; ou
- Obtenção de preços junto de contraparte independente.

Um mercado é considerado ativo, e portanto líquido, se transaciona de uma forma regular.

No momento do seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- i. Ativos financeiros ao custo amortizado;
- ii. Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- iii. Ativos financeiros ao justo valor através de resultados.

A classificação é efetuada tendo em consideração os seguintes aspetos:

- o modelo de negócio da Caixa para a gestão do ativo financeiro; e
- as características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Caixa ao recebimento dos seus fluxos financeiros ou tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

2.3.1.1 Crédito e outros valores a receber

Os créditos e outros valores a receber compreendem os créditos concedidos a clientes (excluindo as operações com instituições de crédito) e créditos titulados (obrigações emitidas por empresas ou instituições financeiras) que não sejam transacionados num mercado ativo e para os quais não haja intenção de venda.

Os créditos e outros valores a receber são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, que em geral corresponde ao valor da transação e inclui comissões, taxas ou outros custos e proveitos associados às operações de crédito.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos que sejam considerados incrementais (associados à operação de crédito) são periodificados ao longo da vida das operações de acordo com o método da taxa de juro efetiva, quando se tratem de operações que produzam fluxos de rédito ao longo de um período superior a um mês, independentemente do momento em que são cobradas ou pagas.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis ou revogáveis são registados em contas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de comissões, juros ou outros proveitos registados em contas de resultados ao longo da vida das operações.

Os créditos e outros valores a receber só são desreconhecidos do balanço quando expiram os direitos contratuais da Caixa à sua recuperação ou forem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção.

A CEMAH procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) das operações que considera irrecuperáveis e cujas imparidades estejam constituídas pelo valor total do crédito momento do abate. Estes créditos são registados em rubricas extrapatrimoniais até ao momento da extinção definitiva das responsabilidades de cada operação de crédito, por liquidação ou por cessação formal do direito a receber nos termos legais aplicáveis.

2.3.1.1.1 Imparidade para crédito

As Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS) emitidas pelo IASB – “*International Accounting Standards Board*” têm como propósito: (i) desenvolver normas contabilísticas com elevada qualidade, compreensíveis e suscetíveis de serem impostas, que exijam informação transparente e comparável nas Demonstrações Financeiras, para ajudar os participantes nos mercados de capitais e outros utilizadores na tomada de decisões económicas; (ii) promover a utilização rigorosa das normas; e (iii) fazer convergir as normas locais com as IAS/IFRS.

O normativo referente à IAS 39 – “Reconhecimento e Mensuração de Ativos Financeiros” foi revogado, tendo esta sido substituída pela Norma IFRS 9 (Regulamento (EU) 2016/2067), publicada em julho de 2014 e que entrou em vigor a 1 de janeiro de 2018.

O processo de cálculo de imparidade de crédito descrito de seguida reflete os princípios gerais definidos pela IFRS 9, e, complementarmente, pelas orientações dispostas pelo Banco de Portugal na Carta circular CC/2018/00000062, tendo a metodologia adotada pela Caixa, na definição do modelo de imparidade para a carteira de crédito, por base as seguintes etapas:

1. Segmentação da carteira de crédito;
2. Análise de evidência de imparidade (e alocação aos diferentes *stages* de imparidade);
3. Cálculo da perda por imparidade.

A Caixa avalia mensalmente a existência de evidência objetiva de imparidade na sua carteira de crédito. A metodologia e os pressupostos utilizados para o cálculo da perda por imparidade são objeto de apreciação semestral por parte do Conselho de Administração, sendo os resultados posteriormente reportados ao Banco de Portugal.

A Norma IFRS 9 estabelece a necessidade de reconhecer perdas esperadas de crédito (*Expected Credit Losses – ECL*) como imparidade, considerando a perda esperada de crédito a um ano, ou a perda esperada de crédito até à maturidade do instrumento financeiro (*ECL lifetime*).

O reconhecimento da imparidade a um ano ou até à maturidade do contrato é feito de acordo com a alocação do contrato a um dos três *stages* contemplados no “*three stage model*” [IFRS 9 5.5.3-5]: No momento em que o contrato é reconhecido, este é automaticamente alocado na *stage* 1 [IFRS 9 5.5.5.], exceto para instrumentos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired (POCI)*. Para cada data de reporte subsequente, é feita uma avaliação de cada contrato em termos de alterações do risco de entrar em incumprimento até à respetiva maturidade [IFRS9 5.5.9].

A identificação de alterações no risco de incumprimento ao longo da vida do ativo pode resultar em transferências entre *stages*, isto é, um contrato que no momento inicial estava alocado na *stage* 1 pode ser transferido para *stage* 2 ou 3. No caso de não existir uma alteração significativa da probabilidade de incumprimento (*Probability of Default – PD*) desde o reconhecimento inicial, o ativo mantém-se em *stage* 1 e a perda esperada de crédito continua a ser calculada para o período de 1 ano após cada data de reporte. Caso contrário, se a PD registar um aumento significativo face à PD observada no momento inicial, o ativo é alocado na *stage* 2 e deverá ser reconhecida a perda esperada para a maturidade residual do contrato (*ECL lifetime*). De acordo com o modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, está definido que um contrato que apresente pelo menos um dos seguintes indícios de imparidade é alocado ao *stage* 2:

- a. Crédito com atraso entre 30 e 90 dias;
- b. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias;
- c. Crédito vencido ou abatido na Central de Responsabilidades de Crédito (CRC) do Banco de Portugal >30 dias nos últimos 3 meses;
- d. Crédito vencido > 30 dias nos últimos 3 meses;
- e. Entrega de ativos em dação em pagamento;
- f. Ativação de níveis internos de alerta;
- g. Interpelação de garantias bancárias;
- h. Informação financeira desfavorável;
- i. Cliente com crédito reestruturado por dificuldades financeiras;
- j. Cliente presente na Lista de Utilizadores de Risco (LUR);

- k. Cliente com 3 cheques devolvidos no último ano (pelo motivo de falta ou insuficiência de provisão);
- l. Cliente que tenha sido objeto de procedimento de reclamação de créditos;
- m. Cliente com dívidas ao Fisco ou à Segurança Social em situação de incumprimento ou de penhora executada pelo Estado;
- n. Expectativa de Insolvência

Adicionalmente:

- i. A existência de um contrato com pelo menos 1 indício de imparidade irá implicar uma contaminação dos restantes contratos do mesmo cliente e do grupo, sendo estes classificados com indícios de imparidade (particulares e empresas); e
- ii. A existência de um contrato de uma entidade de um grupo classificada em stage 3 implica a contaminação das restantes entidades do grupo com indícios de imparidade.

A alocação na *stage 3* é feita para todos os ativos que se encontrem em *default* tendo em conta a definição interna de *default* da Instituição. Caso os critérios de aumento significativo de risco (ou da probabilidade de incumprimento) deixem de ser verificados é possível que um ativo financeiro seja transferido de volta para um *stage* “menos gravoso” [IFRS 9 5.5.7].

Posteriormente, o apuramento da imparidade segue duas metodologias de cálculo: imparidade individual e imparidade coletiva.

A carteira de crédito foi ainda dividida entre clientes significativos (sujeitos a análise individual) e clientes não significativos. Os critérios de seleção de clientes/grupos económicos para a amostra de análise individual de imparidade são aplicáveis tanto à carteira de crédito como à carteira de papel comercial da Caixa.

A análise individual estende-se a todas as entidades do grupo com exposição patrimonial, desde que pelo menos uma delas cumpra com um dos critérios 1 a 3:

- 1. Entidades em stage 3 com exposição patrimonial igual ou superior a 300 milhares de euros;
- 2. Entidade em stage 2 ou 3 que foi alvo de análise individual no semestre anterior e apresentou uma percentagem de imparidade superior a 15%;
- 3. Entidades com potencial de serem consideradas de risco elevado de incumprimento pela CEMAH em função, por exemplo, da antiguidade do incumprimento, do histórico de relacionamento com o cliente, entre outros;

4. Entidades com exposição patrimonial igual ou superior a 1.000 milhares de euros.

Os clientes não significativos são incluídos em segmentos homogêneos com risco de crédito semelhante, tendo em conta o modelo de gestão da Caixa, e sujeitos à determinação de imparidade em base coletiva. Para esse efeito são definidos como fatores relevantes de segmentação algumas características das operações de crédito, nomeadamente o tipo de cliente, o tipo de produto e o tipo de garantia associada.

De modo a clarificar a metodologia de alocação da carteira de crédito ao *stage 3*, e atendendo a que a IFRS 9 não apresenta uma definição de incumprimento (*default*), a CEMAH considera os seguintes critérios como evidência de *default*:

- *Stage 3* – Critérios de entrada em *default*

Para efeitos do modelo de imparidade de crédito de IFRS 9, define-se que um contrato é classificado em *stage 3* se cumprir com pelo menos um dos seguintes critérios:

- 1) Atraso superior a 90 dias (crédito vencido há mais de 90 dias), cumprindo os seguintes critérios de materialidade nos últimos 3 meses:
 - a) Exposições de Particulares (ao nível da operação): limite absoluto de 100 euros e limite relativo de 1% do crédito direto (montante em balanço);
 - b) Exposições de Não Particulares (ao nível do devedor): limite absoluto de 500 euros e limite relativo de 1% do crédito direto (montante em balanço).
- 2) Devedor insolvente;
- 3) Crédito em contencioso;
- 4) Contratos reestruturados por dificuldades financeiras mais do que 1 vez no prazo de 24 meses (múltiplos CRDF);
- 5) Contratos classificados como *Purchased or Originated Credit Impaired* (POCI);
- 6) Clientes em situação de PER/PEAP;
- 7) Clientes cujo juro já não é reconhecido na DR;
- 8) Reestruturação urgente quando resulta numa obrigação financeira menor;
- 9) O cliente apresenta incumprimentos superiores a 30 dias em créditos reestruturados por dificuldades financeiras durante o período de cura (24 meses);
- 10) Clientes que tenham créditos reestruturados por dificuldades financeiras com carência de capital superior a 2 anos;

- I1) Crédito reestruturado cujo contrato original estivesse em *stage 3* na data da reestruturação;
- I2) Fraude de crédito;
- I3) Outro indicador de *default*;
- I4) Contaminação de eventos de *default* – são considerados os seguintes critérios ao nível dos contratos:
 - a) Para as empresas, a existência de uma exposição em *default* implica a contaminação dos restantes contratos da entidade, sendo estes classificados como em *default*;
 - b) Para os particulares, a existência de uma exposição em *default* superior a 20% do total da exposição do cliente implica, igualmente, a contaminação dos restantes contratos, sendo estes classificados como em *default*. Se essa exposição for inferior a 20%, os restantes contratos são classificados com indícios de imparidade.

De referir que os *triggers* 6 a 13 passaram a ser considerados com referência a 31.12.2019, sendo *triggers* adicionais face aos que existiam em 2018.

O modelo de imparidade de crédito da CEMAH, e de acordo com o preconizado pela IFRS 9, incorpora também a inclusão de informação prospetiva (“*forward looking information*”) com inclusão de tendências e cenários futuros. No caso da CEMAH, a componente do *forward looking* é calculada com base no resultado de regressões lineares entre séries de *default rates* com séries de indicadores macroeconómicos (disponibilizados pelo Banco de Portugal), e com base na projeção destes indicadores. Isto dada a dificuldade em se obter regressões significativas entre a série de *default rates* interna e os indicadores macroeconómicos publicados pelo Banco de Portugal. Assim, o modelo da CEMAH incorpora as seguintes variáveis macroeconómicas no cálculo do fator do *forward looking*:

- Empresas: IHPC – taxa de variação homóloga e Exportações – taxa de variação homóloga;
- Particulares – Outros: IHPC – taxa de variação homóloga e PIB – taxa de variação homóloga;
- Particulares – Crédito à Habitação: Taxa de desemprego – taxa de variação homóloga e Importações (volume) – taxa de variação homóloga

2.3.1.2 Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral

A rubrica Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral inclui:

- Instrumento de dívida que a CEMAH mantém num modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo de forma a receber os seus fluxos de caixa e, eventualmente, gerar mais-valias com a sua venda e que cumprem com o critério SPPI, isto é, os termos contratuais dos títulos de dívida originam, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante de capital em dívida.

- Instrumentos de capital relativamente aos quais a CEMAH, no momento do seu reconhecimento inicial designou irrevogavelmente, e numa base de instrumento a instrumento, a classificação ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os ativos classificados como Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral são valorizados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor destes ativos reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica Reservas de Reavaliação de Justo Valor. Os títulos de dívida encontram-se sujeitos a testes de imparidade, que é registada em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais são também registados em capitais próprios, até que o ativo seja desreconhecido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados. Os juros corridos de obrigações e outros títulos de rendimento fixo são registados em resultados, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) em capitais próprios.

Os rendimentos de títulos de rendimento variável (dividendos no caso das ações) são registados em resultados, na data em que são atribuídos ou recebidos. De acordo com este critério, os dividendos antecipados são registados como proveitos no exercício em que é deliberada a sua distribuição.

2.3.1.3 Ativos financeiros pelo custo amortizado

A rubrica de ativos financeiros pelo custo amortizado inclui ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que possuam uma maturidade fixa, que cumpram os critérios dos testes SPPI e relativamente aos quais seja intenção do Concelho de Administração a sua manutenção até à respetiva data de vencimento.

Os juros corridos dos ativos registados ao custo amortizado, e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto), são registados em resultados.

Estes ativos estão sujeitos a testes de imparidade, sendo a perda registada em resultados.

2.3.1.4 Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inicial inferior a três meses, onde se incluem a caixa, as disponibilidades e as aplicações em instituições de crédito.

2.3.1.5 Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os Outros passivos financeiros incluem essencialmente recursos de instituições de crédito e de clientes. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado.

2.3.2 Ativos fixos tangíveis

Os outros ativos tangíveis são valorizados ao custo de aquisição, exceto quando se verificarem reavaliações extraordinárias autorizadas. Ao valor de custo em balanço são deduzidas as respetivas amortizações acumuladas. O custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos bens.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultem benefícios económicos futuros para a Caixa. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações dos outros ativos tangíveis são calculadas segundo o método das quotas constantes a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, para a generalidade dos bens às seguintes taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens (período em que se espera que o ativo esteja disponível para uso):

	Número de anos	%
Máquinas e mobiliário	8	12,50
Viaturas	4	25,00
Equipamento informático	3	33,33
Instalações interiores	8	12,50
Imóveis	50	2,00

Estes ativos são sujeitos a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor de balanço excede o seu valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor realizável é o maior de entre o valor de mercado do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso.

2.3.3 Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido das respetivas amortizações acumuladas. Este custo inclui despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos.

As amortizações são calculadas em base anual segundo o método das quotas constantes, aplicando ao custo histórico taxas anuais que refletem uma vida útil estimada entre os 3 e 10 anos (investimentos em software).

2.3.4 Aplicações por recuperação de créditos

Os ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos são registados na rubrica de Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda. Estes ativos são registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do imóvel, à data da dação em cumprimento do crédito. A política da Caixa para ativos recebidos por recuperação de crédito é proceder à sua alienação, no prazo mais curto em que tal seja praticável.

Estes imóveis são objeto de avaliações periódicas, e caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício. É ainda reconhecida como imparidade a diferença, quando negativa, entre o valor de venda e o valor de balanço destes ativos. As mais-valias potenciais em outros ativos não são reconhecidas no balanço.

Em exceção ao enquadramento acima efetuado, os imóveis que apresentem a existência de "ónus" impeditivo de venda são contabilizados em "Outros Ativos" e não como "Ativos não correntes e

grupo para alienação classificados como detidos para venda", de acordo com o mencionado no parágrafo 7 da IFRS 5 "Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas".

"Para que este seja o caso, o ativo (ou grupo para alienação) deve estar disponível para venda imediata na sua condição presente sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para vendas de tais ativos (ou grupo para alienação) e a sua venda deve ser altamente provável".

2.3.5. Reconhecimento de juros

Os resultados decorrentes de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares.

Os juros de ativos financeiros classificados em Stage 3 são calculados sobre o montante nominal líquido de imparidade.

2.3.6 Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos em geral, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, da seguinte forma:

- rendimentos de serviços e comissões obtidos na execução de um ato significativo são reconhecidos em resultados quando o ato significativo tiver sido concluído;
- rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- rendimentos de serviços e comissões que são reconhecidos em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.3.7 Benefícios a empregados

Pensões de reforma e outros benefícios

Em conformidade com as convenções coletivas de trabalho em vigor no setor bancário, a Caixa assumiu até 31 de dezembro de 2010 o compromisso de conceder aos seus empregados, ou às suas famílias, prestações pecuniárias a título de pensões de reforma por velhice, invalidez e pensões de sobrevivência (Plano de benefícios definido).

Os membros do Conselho de Administração que não sejam funcionários da instituição não são abrangidos pelo Plano de benefícios definido.

Na sequência da publicação do Decreto-lei n.º I-A/2011 de 3 de janeiro, a partir de 1 de janeiro de 2011, os trabalhadores da CEMAH no ativo, inscritos na Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) e abrangidos pelo atual fundo de pensões da CEMAH, passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social (RGSS) para efeitos de proteção nas eventualidades de parentalidade e velhice.

Mantém-se, no entanto, como responsabilidade do Fundo de Pensões a cobertura das responsabilidades por morte e invalidez, sobrevivência, bem como o complemento referente ao diferencial entre os benefícios calculados ao abrigo do RGSS e o benefício definido no respetivo Plano de benefícios definidos, o qual tem por base as convenções coletivas aplicáveis ao setor bancário.

O valor das responsabilidades inclui, para além dos benefícios com pensões de reforma, os benefícios com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) e subsídio de morte na reforma.

As responsabilidades da Caixa com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho das contas por entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante à da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo destas responsabilidades são apresentados na Nota 6.16.

Nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 4/2005 e n.º 12/2005, o acréscimo de responsabilidades resultante da aplicação do IAS 19 em 31 de dezembro de 2005 (no valor de €4.703 milhares) foi reconhecido na rubrica Outros ativos – despesas com custo diferido. O reconhecimento em resultados transitados do impacto ao nível das responsabilidades com pensões seria efetuado através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes por um prazo de 5 anos, prazo este alargado para 8 anos, a partir da data de transição, com exceção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego e a alterações de pressupostos relativos à tábua de mortalidade, que teria inicialmente a duração de 7 anos e posteriormente de 10 anos. Este período de transição terminou a 31 de dezembro de 2015, pelo que, àquela data, o acréscimo de responsabilidades se encontra totalmente reconhecido em resultados transitados.

Até 31 de dezembro de 2012, o valor dos ganhos e perdas atuariais resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e financeiros e de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados eram reconhecidos de acordo com o método do

corredor e registados na rubrica Outros ativos ou Outros passivos – Desvios atuariais. Eram enquadráveis no corredor, os ganhos ou perdas atuariais acumulados que não excedessem 10% do valor das responsabilidades com serviços passados ou 10% do valor do Fundo de Pensões, dos dois o maior. Os valores que excediam o corredor eram amortizados em resultados pelo período de tempo médio até à idade esperada de reforma dos Colaboradores abrangidos pelo plano.

Após 1 de janeiro de 2013, e decorrente da aplicação do IAS 19R, estas diferenças atuariais, agora denominadas remensurações, passaram a ser imediatamente reconhecidas como Outro rendimento Integral.

O acréscimo de responsabilidades por serviços passados decorrente da passagem de Colaboradores à situação de reforma antecipada é integralmente reconhecido como custo nos resultados do exercício.

Com referência a 31 de dezembro de 2006, a CEMAH constituiu um fundo de pensões para assegurar a cobertura das responsabilidades com serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios pós-emprego. A 31 de dezembro de 2007 a cobertura das responsabilidades com serviços passados relativas a SAMS e subsídio de morte, passou também a ser assegurada pelo fundo de pensões. O valor do fundo de pensões corresponde ao justo valor dos seus ativos à data do balanço.

A 16 de Março de 2016 a CEMAH contratou também um plano de pensões complementar para assegurar o pagamento de um complemento de pensão a trabalhadores que, quando no ativo, auferiam um complemento mensal fixo superior a 35% do salário mensal total (salário base, diuturnidades, IHT, abono para falhas e complemento fixo).

O valor das responsabilidades com serviços passados por pensões de reforma líquido do valor do fundo de pensões está registado na rubrica Outros Passivos.

Para além dos custos decorrentes da passagem de colaboradores à situação de reforma antecipada, anualmente a Caixa reconhece como custos com pessoal na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros, o qual corresponde ao montante dos juros sobre a responsabilidade líquida dos ativos do fundo.

Para além da contribuição inicial, as contribuições para o fundo são efetuadas anualmente de forma a assegurar a solvência do mesmo, sendo que o financiamento mínimo das responsabilidades por pensões em pagamento é de 100% e o das responsabilidades por serviços passados de pessoal no ativo é de 95%.

Decorrente das regras do novo Acordo de Empresa, passou a verificar-se a inclusão de novos participantes no fundo de pensões da CEMAH no que concerne ao direito aos benefícios do SAMS na reforma.

Prêmios de final de carreira

No âmbito do acordo de adesão celebrado com as estruturas sindicais do setor bancário, a CEMAH havia assumido o compromisso de pagar aos seus colaboradores prémios de antiguidade, quando estes completassem 15, 25 e 30 anos de serviço, correspondente a uma, duas e três vezes, respetivamente do salário mensal recebido à data de pagamento dos prémios. No final de 2016, e publicado em fevereiro de 2017, a CEMAH subscreveu um Acordo Empresa, que veio substituir o prémio de antiguidade por um prémio de permanência, correspondente ao recebimento no fim de carreira de um montante correspondente a 1,5 vezes a retribuição mensal efetiva auferida àquela data. Após a publicação do referido Acordo, a CEMAH procedeu ao pagamento das responsabilidades vencidas relativas ao prémio de antiguidade aos seus colaboradores.

O valor atual dos benefícios com o prémio de permanência é determinado anualmente por uma entidade independente, com base no método “Projected Unit Credit Cost”. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, com maturidade semelhante ao da liquidação das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais (financeiros e demográficos) utilizados no cálculo do valor atual destes benefícios são idênticos aos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, os quais são apresentados na Nota 6.16.

As responsabilidades por prémios de permanência são registadas na rubrica Outros passivos. Anualmente, a CEMAH reconhece como custo na sua demonstração de resultados o custo do serviço corrente e o custo dos juros líquidos dos ganhos e perdas resultantes de remensurações, resultantes de alterações de pressupostos ou da alteração das condições dos benefícios.

2.3.8 Provisões, ativos e passivos contingentes

Provisões

Esta rubrica inclui provisões constituídas para fazer face a riscos específicos, nomeadamente contingências fiscais, processos judiciais e outras perdas estimadas decorrentes da atividade da CEMAH.

São reconhecidas provisões quando (i) a Caixa tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido, e (iii) possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das ações em curso e considerando os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Em 2019 a CEMAH regista ainda nesta rubrica a imparidade apurada para garantias bancárias prestadas e linhas de crédito contratadas.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo enquadrados na IAS 37 e divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

2.3.9 Imposto sobre lucros

Até 31 de dezembro de 2011, a CEMAH encontrava-se isenta de IRC ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

Porém, de acordo com as alterações introduzidas pela Lei de Orçamento de Estado para 2012, que alterou o artigo 10.º do Código do IRC, a partir de 1 de janeiro de 2012 a CEMAH passou a estar sujeita ao regime geral estabelecido no Código do IRC.

Desta forma, e tendo por base a legislação aplicável, as diferenças temporárias, entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos poderão dar origem ao reconhecimento de impostos diferidos.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de ativos financeiros classificados ao justo valor através do outro rendimento integral são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são calculados com base nas taxas de imposto em vigor em Portugal. Para 2019, a taxa geral de IRC em vigor é de 21%, enquanto a taxa de derrama municipal poderá ir até 1,5%.

Adicionalmente, a Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro veio alterar os escalões da derrama estadual, vigorando em 2019, conforme a Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro as seguintes taxas: (i) 3% sobre os lucros tributáveis superiores a €1.500 milhares e até €7.500 milhares, (ii) 5% sobre os lucros tributáveis superiores a €7.500 milhares e até €35.000 milhares, e (iii) 9% sobre os lucros tributáveis superiores a €35.000 milhares.

Os impostos diferidos são calculados, sobre as diferenças temporárias entre as bases contabilísticas dos ativos e passivos e as suas bases fiscais, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem. Neste sentido, a 31 de dezembro de 2019, o apuramento de imposto diferidos foi efetuado a uma taxa de 21% (2018: 21%).

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

2.3.10. Capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Todos os custos diretamente atribuíveis à emissão de capital são registados por contrapartida da rubrica de capital como uma dedução ao valor da emissão.

2.3.11 Locações

A 1 de janeiro de 2019, a Caixa adotou a norma IFRS 16 – “Locações”, substituindo a IAS 17 – “Locações”, que vigorou até 31 de dezembro de 2018. Tal como previsto na IFRS 16 as entidades podem optar por adotar a referida norma seguindo uma abordagem (i) retrospectiva total ou (ii) retrospectiva modificada, sendo que a segunda não implica a divulgação dos impactos à data do período de reporte anterior (2018), reconhecendo o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma como ajustamento no balanço à data de transição (2019). Em sintonia com o divulgado na nota da transição (Nota 2.1) a Caixa adotou a abordagem retrospectiva modificada na transição para IFRS 16.

Contratos de locação – identificação dos ativos

Aquando do início de um contrato, a Caixa avalia se este é, ou contém, uma locação. Para que o referido contrato seja considerado como uma locação, o mesmo deverá verificar cumulativamente as seguintes condições:

1. o contrato identifica um, ou mais, bens locados;
2. a entidade obtém a maioria dos benefícios económicos decorrentes da utilização do ativo locado durante a maturidade do contrato; e
3. a entidade detém o direito de controlar o ativo subjacente, durante o período de vigência do contrato, por contrapartida de pagamentos.

Como Locador

Face à anterior IAS 17, na perspetiva do locador as alterações não foram substanciais, continuando o locador a classificar as operações de locação entre financeiras e operacionais com base na avaliação quanto à transferência, ou não, dos riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente.

Para classificar cada locação, uma entidade avalia globalmente se a mesma transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, a locação é financeira; se não, trata-se de uma locação operacional. Como parte dessa avaliação, a Caixa considera diversos indicadores, entre os quais se a locação compreende a maior parte da vida económica do ativo.

Como Locatário

Na IFRS 16 são definidos um conjunto de requisitos, nomeadamente quanto à classificação e mensuração de operações de locação numa ótica do locatário. Enquanto locatário, a Caixa procede ao registo de um passivo de locação e um ativo de direito de uso na data de início da respetiva operação:

O passivo de locação - é determinado, na data de início do respetivo contrato, pelo valor presente das rendas futuras a incorrer com o contrato, descontando estes pagamentos pela taxa de desconto implícita no contrato, caso a mesma seja determinável. Nos casos em que a taxa implícita não esteja disponível, ou não possa ser mensurada, deverá ser utilizada uma taxa de juro incremental.

Os pagamentos considerados no apuramento do passivo de locação são:

- (i) pagamentos fixos,
- (ii) pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (caso os pagamentos considerados variáveis não dependam de um índice ou taxa, os mesmos devem ser reconhecidos na demonstração de resultados no momento em que são incorridos),
- (iii) os valores expectáveis a serem pagos sob uma garantia de valor residual, e
- (iv) os pagamentos relativos ao exercício da opção de compra, da renovação opcional ou da rescisão antecipada, caso seja razoavelmente certo que a Caixa irá exercer alguma destas opções.

O passivo da locação, após o seu reconhecimento inicial, é mensurado pelo custo amortizado usando o método de taxa de juro efetiva, sendo remensurado sempre que ocorra a alteração de uma das seguintes variáveis:

- (i) alteração do valor dos pagamentos variáveis dependentes de um índice ou taxa (unicamente para o período em questão),
- (ii) alteração da avaliação quanto à decisão de exercer, ou não, a opção de compra, extensão ou rescisão sobre o ativo subjacente,
- (iii) alteração do valor residual do ativo, ou
- (iv) alteração do termo do contrato. Caso se verifique uma alteração do prazo do contrato ou uma alteração da avaliação do exercício da opção de compra, extensão e rescisão (pontos (ii) e (iv)), uma nova taxa de desconto deverá ser apurada para a mensuração do passivo.

Quando o passivo de locação é reavaliado, a respectiva diferença proveniente da reavaliação é efetuada por contrapartida do ativo de direito de uso, ou é registado em resultados se o valor contabilístico do ativo de direito de uso tiver sido reduzido para zero.

Ativo de direito de uso – No que diz respeito ao direito de uso, o mesmo é mensurado inicialmente ao custo, correspondendo ao valor inicial do passivo de locação, ajustado por eventuais pagamentos ocorridos até a data de início, adicionado de quaisquer custos diretos iniciais incorridos e uma estimativa de custos a incorrer no termo do contrato (desmontar e remover o ativo subjacente ou para restaurar o ativo subjacente ou local no qual está localizado), e subtraído de quaisquer incentivos de locação recebidos.

Posteriormente, o ativo de direito de uso é depreciado usando o método linear, desde a data de início até ao fim da vida útil do ativo de direito de uso, ou o término do prazo da locação. Adicionalmente, o ativo do direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por imparidade, quando aplicável, e ajustado caso seja efetuadas remensurações ao passivo de locação.

Periodicamente, a Caixa realiza testes de imparidade aos seus ativos de direito de uso, reduzindo o seu valor em situações de perdas por imparidade.

Expedientes práticos

Tal como previsto na IFRS 16, a Caixa adotou os seguintes expedientes práticos:

- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o contrato de locação tenha uma maturidade não superior a 12 meses – locações de curto-prazo;
- Não contabilização do passivo de locação e respetivo direito de uso em operações em que o valor do ativo subjacente ao contrato de locação, no seu estado em novo, tenha um valor inferior a 5.000 USD - locações de baixo-valor;
- Não inclusão dos custos diretos iniciais incorridos no cálculo direito de uso associado à locação;
- Recurso a uma taxa de juro incremental, para todas as tipologias de ativos subjacentes;

IAS 17 – Locações

A Caixa, até 31 de dezembro de 2018, classificava as operações de locação como locações financeiras ou operacionais cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações. Esta classificação é efetuada tendo por base a substância e não a forma legal da operação, sendo consideradas como

locações financeiras as locações em que riscos e benefícios intrínsecos à propriedade de um ativo são substancialmente transferidos para o locatário.

Locações financeiras

As locações financeiras compreendem as operações em que, substancialmente, todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objeto de leasing se transferem para o locatário.

As operações em que uma entidade intervém como locador são registadas como financiamento concedido na rubrica do balanço «Ativos financeiros ao custo amortizado» pelo valor resultante da soma dos valores atuais dos fluxos a receber do locatário. Estes fluxos incorporam o preço de exercício da opção de compra a favor do locatário no vencimento do contrato, nos casos em que o preço de exercício seja suficientemente inferior ao justo valor do bem na data de vencimento da opção, de modo que seja provável que vá exercer.

Nas operações em que intervém como locatário, o custo dos ativos arrendados é registado nas rubricas respetivas do balanço, de acordo com a natureza do bem, e, simultaneamente, é registado um passivo pelo mesmo valor, que será o menor entre o justo valor do bem arrendado e a soma dos valores atuais a pagar ao locador acrescido, se for o caso, do preço de exercício da opção.

Estes ativos são amortizados utilizando os mesmos critérios que para os restantes ativos tangíveis de uso próprio.

Tanto os proveitos financeiros quando se atua como locador como os gastos financeiros quando se atua como locatário são registados na demonstração de resultados nas rubricas «Receitas de juros» e «Despesas com juros», respetivamente

Locações operacionais

As locações operacionais compreendem as operações em que, substancialmente, todos os riscos e vantagens que recaem sobre o bem objeto de arrendamento e também a sua propriedade, se mantêm no locador.

Nas operações em que a Caixa intervém como locatário, os custos com estes contratos são registados na rubrica “Gastos gerais administrativos” da conta de resultados.

2.3.12 Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contábilísticas

Na elaboração das demonstrações financeiras a Caixa efetuou estimativas e utilizou pressupostos que afetam as quantias relatadas dos ativos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciados regularmente e baseiam-se em diversos fatores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos nomeadamente nas seguintes áreas significativas:

Pensões de reforma e sobrevivência

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência são estimadas com base em pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, tais como a taxa de desconto, as taxas de crescimento das pensões e dos salários e as tábuas de mortalidade, rentabilidade estimada do fundo de pensões e outros fatores que podem ter impacto nos custos e responsabilidades com pensões.

Imparidade do crédito

A determinação de perdas por imparidade do crédito é efetuada de acordo com os critérios descritos na nota 2.3.1.1.1. As estimativas efetuadas pela Caixa no que respeita ao risco de realização das carteiras de crédito resultam da aplicação de pressupostos determinados com base em análises históricas, nomeadamente no que respeita à segmentação da carteira, às probabilidades de default (PD) e às perdas em caso de default (LGD).

Caso a Caixa utilizasse critérios e pressupostos distintos na determinação das perdas por imparidade em crédito, os valores apurados seriam diferentes dos atualmente refletidos nas demonstrações financeiras. No entanto, a Caixa considera que a metodologia atualmente utilizada é aquela que reflete de forma mais adequada as perdas associadas a estes ativos.

Impostos sobre os lucros

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) foi necessário efetuar determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas

poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros acumulados e reconhecidos no exercício. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Conselho de Administração da Caixa sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é no entanto suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Esta situação assume uma relevância acrescida para efeitos da análise da recuperabilidade dos impostos diferidos, na qual a Caixa considera projeções de lucros tributáveis futuros baseados num conjunto de pressupostos, incluindo a estimativa de resultado antes de imposto, ajustamentos à matéria coletável, a evolução da legislação fiscal e a respetiva interpretação. Neste sentido, a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da concretização da estratégia do Conselho de Administração da Caixa, nomeadamente da capacidade de gerar os resultados tributáveis estimados, da evolução da legislação fiscal e da respetiva interpretação.

Imparidade da carteira de títulos

A CEMAH apura imparidade para todos os títulos que cumprem com os critérios do teste SPPI, estando por isso classificados ao Justo Valor através de Outro Rendimento Integral (FVOCI) ou ao Custo Amortizado (CA). Para determinar a imparidade a Caixa utiliza o método das perdas esperadas, que consiste na aplicação de uma probabilidade de *default* (PD), conjuntamente com a percentagem de perda esperada em caso de incumprimento (LGD), ao valor da exposição de cada título (EAD). A maturidade utilizada para a PD é de 12 meses, à exceção dos títulos que sejam alocados aos *Stages* 2 e 3, sendo aí utilizada a maturidade residual de cada título.

Os títulos são alocados ao *Stage* 2 quando se verifica uma desvalorização contínua ou de valor significativo no seu justo valor ou com base numa análise individual tendo em consideração indicadores negativos relevantes. Os mesmos são alocados ao *Stage* 3 caso cumpram os critérios de entrada em *default*. Este procedimento requer julgamento, que assenta entre outros fatores na volatilidade normal dos preços dos títulos e as atuais condições de mercado. Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderão resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas.

Imparidade das disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber

A Caixa determina a imparidade para as disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito e de outros valores a receber segundo o método das perdas esperadas. A análise é efetuada para três categorias de ativos: depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros devedores, sendo que entre eles apenas variam as maturidades das probabilidades de default (PDs).

Para os depósitos à ordem, uma vez que os mesmos não têm qualquer maturidade definida e é possível a sua mobilização no prazo de 1 dia, foi considerada uma maturidade diária para as PDs. Para os depósitos a prazo foi considerada a maturidade contratual de cada aplicação, e para os outros devedores é utilizada uma maturidade de um ano.

Imparidade das aplicações por recuperação de créditos

O valor da imparidade dos ativos (imóveis, equipamentos e outros bens) recebidos em dação por recuperação de créditos é determinado com base nas estimativas dos avaliadores independentes sobre o valor líquido de realização dos ativos. Estas estimativas são efetuadas com base na utilização de determinados pressupostos, nomeadamente acerca da evolução do mercado imobiliário e as intenções da Caixa sobre a comercialização destes ativos. Eventuais diferenças entre esses pressupostos e o comportamento futuro dos mercados imobiliários têm impacto nas estimativas efetuadas.

3. Gestão do risco financeiro

A atividade da CEMAH encontra-se sujeita a um conjunto de riscos financeiros, sendo os mais relevantes os riscos de crédito e taxa de juro. A política de gestão de riscos da Caixa visa garantir a todo o momento, uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a atividade desenvolvida. Neste contexto, o controlo e acompanhamento dos principais riscos a que a Caixa se encontra exposta assume particular importância.

i) Risco de crédito

O risco de crédito está associado ao grau de incerteza dos fluxos de caixa futuros, por incapacidade do mutuário em cumprir com as obrigações assumidas nos contratos de crédito.

A CEMAH está exposta a risco de crédito essencialmente derivado do crédito concedido a clientes, das aplicações em instituições de crédito e carteira de títulos, que representam cerca de 73% do ativo.

O detalhe da estrutura interna no que concerne à política de gestão do risco de crédito e às funções das áreas de intervenção encontram-se na nota 6.5, com destaque para os critérios adotados no âmbito do cálculo da imparidade da carteira de crédito.

Exposição ao risco de crédito

Resumimos de seguida a exposição máxima a risco de crédito em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (saldos brutos):

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Disponibilidade em bancos centrais	65 803	60 233
Disponibilidades em outras instituições de crédito	27 524	11 360
Ativos financeiros detidos para negociação	2	4
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados	-	100
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	51 261	79 885
Títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado	33 195	10 833
Crédito a clientes	227 401	230 510
Aplicações em instituições de crédito	12 212	12 015
Outros ativos	1 865	2 153
Exposição risco de crédito de exposições fora de balanço:		
Garantias prestadas	5 669	10 812
Linhas de crédito irrevogáveis	12 187	20 054

Os valores acima não têm em consideração qualquer colateral detido ou outras formas de mitigação do risco de crédito.

A exposição ao risco de crédito da Caixa está concentrada geograficamente apenas na região autónoma dos Açores.

Qualidade da carteira de crédito

A segmentação da carteira de crédito determinada de acordo com a qualidade do crédito em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é como segue:

	2019-12-31	2018-12-31
Prime	48,09%	44,26%
Standard monitoring	40,73%	45,88%
Special monitoring	2,89%	3,60%
Sub standard	8,28%	6,26%

Atendendo ao tipo de Clientes em questão, particulares e pequenas empresas, não estão disponíveis classificações de rating externas. As categorias apresentadas resultam da combinação de dois fatores: i) registo de incumprimento e ii) nível de cobertura dos empréstimos por garantias hipotecárias.

A qualidade do risco de crédito das Disponibilidades e aplicações em instituições de crédito, dos ativos financeiros detidos para negociação, contabilizados ao justo valor através de resultados, contabilizados ao justo valor através do outro rendimento integral e contabilizados ao custo amortizado, é apresentada como segue:

Rating (*)	Disponibilidades e aplicações em Instituições de crédito	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos			Total
			Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	Ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	
2019-12-31						
Maior que AA+	-	-	-	1 102	-	1 102
AA- a AA+	-	-	-	10 217	-	10 217
A- a A+	5 909	-	-	10 707	4 620	21 235
Menor que A-	13 184	-	-	23 699	32 685	69 567
Sem rating	7 716	2	-	5 537	7 534	20 789
Total	26 808	2	-	51 261	44 839	122 910
2018-12-31						
Maior que AA+	-	-	-	4 150	-	4 150
AA- a AA+	-	-	-	1 731	-	1 731
A- a A+	913	-	-	13 652	-	14 565
Menor que A-	4 583	-	-	47 338	15 815	67 736
Sem rating	4 991	4	100	13 197	6 908	25 200
Total	10 487	4	100	80 069	22 723	113 382

(*) Rating de acordo com a *Standard & Poors (S&P)*

ii) Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na Caixa advém dos fatores acima identificados associados essencialmente às aplicações em instituições financeiras, carteira de crédito e títulos (cerca de 73% do ativo) versus passivos sujeitos a taxa de juro (depósitos de clientes).

A Administração da CEMAH, apoiada pelos diferentes departamentos, decide a sua política de taxa de juro de uma forma bastante restritiva e cautelosa, assegurando sempre uma taxa de intermediação que suporte confortavelmente as oscilações das taxas de juro registadas no mercado.

As operações ativas estão indexadas a indicadores internos definidos pelo Conselho de Administração e a indicadores externos com *spreads* que sustentam a rentabilidade da Instituição face a variações no mercado.

As operações passivas estão indexadas a taxas de referência internas e são majoradas consoante o seu valor e prazo.

Periodicamente é analisada a liquidez da Instituição, evolução das maturidades médias dos ativos e passivos, taxas fixas versus taxas variáveis (e respetivos indexantes). Em função desta avaliação são traçados os objetivos e orientações que são divulgados a toda a instituição.

O quadro seguinte resume a exposição da Caixa ao risco de taxa de juro, em 31 de dezembro de 2019 e 2018. Estão incluídos no quadro os ativos e passivos da Caixa, ao valor de balanço, categorizados pela data mais recente entre a data de refixação de taxa de juro e a de maturidade.

	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	mais de 5 anos	sem risco de taxa de juro	Total
31 de dezembro de 2019							
Ativos							
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem						105 692	105 692
Ativos financeiros detidos para negociação							0
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados							0
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	7 669	2 686	10 482	11 431	14 564	4 429	51 261
Títulos de dívida contabilizados ao custo amortizado		1 841		9 678	21 676		33 195
Crédito a clientes	61 544	127 676	27 522	2 234	3 284	5 207	227 468
Aplicações em instituições de crédito	7 504	4 708					12 212
Outros ativos						53	53
Total de ativos	76 718	136 911	38 004	23 343	39 525	115 381	429 881
Passivos							
Depósitos	154 746	54 120	181 008	12 852			402 725
Outros passivos financeiros						3 312	3 312
Total de passivos	154 746	54 120	181 008	12 852	-	3 312	406 037
Gap	(78 029)	82 792	(143 004)	10 491	39 525		
31 de dezembro de 2018							
Total de Ativos	120 311	94 075	38 691	19 828	40 636	104 949	418 490
Total de Passivos	131 346	69 658	185 613	6 702	-	4 211	397 531
Gap	(11 035)	24 417	(146 922)	13 126	40 636		

Medição do risco

A medição e avaliação do risco de taxa de juro na carteira bancária segue a metodologia definida na Instrução n.º 34/2018 do Banco de Portugal. Foram utilizados dois métodos de cálculo da exposição ao risco de taxa de juro da carteira bancária:

- Cálculo do capital em risco / valor económico do capital próprio: escalonamento dos montantes de capital e juros em bandas temporais e respetivo desconto temporal, considerando uma curva de taxa de juro sem risco; e
- Resultados em risco: afetação dos ativos e passivos a bandas temporais e avaliação dos resultados em margem financeira.

Foram considerados todos os ativos, passivos e elementos extrapatrimoniais detidos na carteira bancária sensíveis ao risco de taxa de juro (desde que não deduzidos aos fundos próprios de nível principal - CET1 -, e excluindo ativos imobiliários, ativos intangíveis ou posições em risco sobre ações na carteira bancária). A curva de rendimentos sem risco compreende o período entre *overnight* (1 dia) e 50 anos. A mesma foi utilizada por referência ao Banco Central Europeu, a qual apresenta cotações líquidas para as seguintes maturidades residual: 3, 6, e 9 meses, e de 1 a 30 anos. Para os restantes pontos da curva foi utilizado uma metodologia de interpolação linear. Esta metodologia contempla ainda pressupostos de maturidade comportamental para os saldos de clientes (passivos) sem datas de vencimento específicas, discriminando quer a parte estável, quer a parte volátil.

De referir que os cash-flows calculados nesta metodologia são distribuídos por intervalos temporais, de acordo com a sua maturidade residual (taxa fixa), ou de acordo com o período remanescente para a próxima data de fixação (taxa variável). Estes cálculos incidem na simulação do aumento ou diminuição em 200 pontos base nas taxas de juro e no cenário base (este último tem como referência a curva de rendimentos sem risco). Posteriormente, é apurada a diferença entre o cenário de simulação e o cenário base na margem financeira e no valor económico do capital próprio.

Sob estes pressupostos, um aumento em 200 pontos base nas taxas de juro de mercado a 31 de dezembro de 2019, tendo em consideração todos os instrumentos sensíveis à taxa de juro, resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €5.780 milhares e €-4.089 milhares, enquanto que uma diminuição em 200 pontos base resultaria num impacto acumulado em resultados e nos capitais próprios de aproximadamente €-5.780 milhares e €672 milhares.

iii) Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de títulos, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juro, taxas de câmbio. O risco de mercado está associado, principalmente, à detenção de posições de curto prazo em títulos de dívida e de capital, em moedas, em mercadorias e em derivados.

A carteira de títulos é gerida na sua quase totalidade por entidades gestoras externas à instituição, embora exista uma pequena quantidade de títulos geridos pela própria CEMAH e que se encontram custodiados em instituições externas. Para o efeito, foram estabelecidos contratos de gestão

discricionária com as referidas entidades, onde se define um *benchmark* de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base nas cotações obtidas por consulta da Bloomberg.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a Instituição efetua os seguintes controlos:

- são feitos contactos permanentes com as entidades gestoras, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pelas entidades gestoras, sendo efetuado a respetiva análise; e
- são realizadas reuniões periódicas com as entidades gestoras e, sempre que necessário, redefine-se o perfil de risco associado, embora sempre numa ótica conservadora.

A exposição ao risco de preço a 31 de dezembro de 2019 e 2018 era como se segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>#####</u>
Derivados	2	4
Ações e Fundos	4 429	11 245
Obrigações	46 832	68 640

Com base no montante registado em balanço a 31 de dezembro de 2019 e considerando a cotação dos títulos em carteira, uma potencial variação de 10% na cotação dos mesmos resultaria num aumento ou diminuição dos capitais próprios de €5.027 milhares (2018-12-31: €7.914 milhares).

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrente da incapacidade da entidade cumprir com as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem, ou não conseguir assegurar-las em condições razoáveis.

Com referência a 31 de dezembro de 2019, 53% (31 de dezembro de 2018: 56%) dos ativos da Caixa dizem respeito a empréstimos e adiantamentos (crédito a clientes e aplicações em instituições

de crédito), sendo ambos integralmente financiados com depósitos de clientes. A CEMAH considera a sua base de depósitos sólida, dada a diversificação em termos de número e tipo de depositantes.

A tesouraria da instituição é acompanhada numa base diária pelo Departamento Financeiro e pelo Conselho de Administração. Para o efeito são elaborados mapas diários de controlo, onde são expressos os saldos existentes, e com base nos quais são tomadas as decisões em termos de aplicações a realizar, de forma a assegurar que são cumpridas as necessidades de liquidez.

Estruturalmente, a CEMAH é excedentária em liquidez, pelo que são feitas aplicações a prazos mais alargados. Estas aplicações são objeto de controlo por parte do Departamento Financeiro e do Conselho de Administração, sendo também periodicamente submetido ao Conselho de Administração um mapa com o controlo da liquidez aplicada e respetiva remuneração.

A atividade corrente da clientela é fruto de análise, no sentido de se antecipar alguma situação suscetível de vir a criar problemas de tesouraria. Para o efeito são monitorizados igualmente os ativos de médio prazo não compensados por passivos, o grau e tipo de compromissos não ativados, o uso de facilidades de *overdraft* e o impacto de passivos contingentes como compromissos de crédito e garantias. Adicionalmente, é efetuada a monitorização de rácios de liquidez tendo em conta os requisitos internos e os requisitos externos impostos pelo Banco de Portugal.

A análise dos passivos financeiros por prazos de maturidade em 31 de dezembro de 2019 e 2018 é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
2019-12-31					
Recursos de outras instituições de crédito	31				31
Recursos de clientes	154 746	235 128	12 852		402 726
2018-12-31					
Recursos de outras instituições de crédito	19	-	-	-	19
Recursos de clientes	199 272	192 999	3 857	-	396 128

A tabela abaixo representa os fluxos de caixa das exposições fora de balanço, a pagar pela Caixa de acordo com a sua maturidade residual contratual às datas de balanço. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

2019-12-31

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	57	11 130	2 961	30		14 177
Linhas de crédito revogáveis	132	375	352			860
Total	189	11 505	3 313	30	-	15 037

2018-12-31

	Menos de 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Linhas de crédito irrevogáveis	1.334	2.457	11.498	130	-	15.417
Linhas de crédito revogáveis	55	163	730	-	-	948
Total	1.388	2.621	12.228	130	-	16.366

A análise dos fluxos contratuais futuros dos passivos financeiros mais significativos é apresentada como segue:

	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Entre 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	Total
2019-12-31						
Recursos de clientes	204 748	188 135	9 531		2 479	404 892
Passivos subordinados						0
Outros Passivos	802	661				1 463
2018-12-31						
Recursos de clientes	196 199	192 666	3 852	-	2 808	395 525
Passivos subordinados	-	-	-	-	-	-
Outros Passivos	729	655	-	-	-	1 384

Gestão do capital

Os objetivos da Caixa em relação à gestão de capital são os seguintes:

- Cumprir os requisitos de capital estabelecidos pelo Supervisor;
- Salvaguardar a capacidade da Caixa de continuar como a sua atividade e assim proporcionar retorno para o acionista; e
- Manter uma sólida estrutura de capital para apoiar o desenvolvimento do seu negócio.

A adequação do capital é monitorizada diariamente pela gestão, empregando técnicas baseadas nos princípios do Comité de Basileia e das diretivas comunitárias europeias, implementadas pelo Banco de Portugal para fins de supervisão. A informação requerida é entregue ao Banco de Portugal mensalmente.

A tabela seguinte apresenta a composição do capital regulatório e dos rácios da Caixa para 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Fundos Próprios	2019-12-31	2018-12-31
Capital realizado	19 932	18 932
Reservas legais e estatutárias	6 716	5 297
Reservas de reavaliação de justo valor	(6)	(790)
Resultados retidos	39	1 750
Ativos intangíveis	(1 137)	(1 373)
Ativos por impostos diferidos que dependem da rentabilidade futura e não decorrem de diferenças temporárias líquidos dos ativos por impostos associados	(406)	
Ajustamentos ao capital CET I	(51)	(91)
Ajustamentos transitórios ao capital CET I	9	133
Common Equity Tier I (CET I)	25 096	23 858
<i>Additional Tier I</i>	0	0
Tier I	25 096	23 858
<i>Tier 2</i>	0	0
Fundos próprios totais	25 096	23 858
Ativos ponderados pelo risco	185 312	198 776
<i>Common Equity Tier I</i>	13,54%	12,00%
<i>Tier I</i>	13,54%	12,00%
Rácio de fundos próprios totais	13,54%	12,00%

Os fundos próprios são apurados de acordo com as normas regulamentares aplicáveis, nomeadamente com a Diretiva 2013/36/EU (CRD IV) e o Regulamento (EU) n.º 575/2013 (CRR) aprovadas pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho e o Aviso do Banco de Portugal n.º 10/2017.

No que respeita aos ativos ponderados pelo risco, a Caixa adota o método padrão, em conformidade com o previsto na Parte III, título II, Capítulo 2 do CRR.

No que concerne aos rácios de capital, para os mesmos são indicados mínimos regulamentares pela CRD IV/CRR de 4,5% para o CET1, de 6% para o Tier 1 e de 8% para o Capital total. Contudo, sobre estes mínimos regulamentares é aplicada uma Reserva de Conservação, tendo o Banco de Portugal definido, no seu aviso n.º 6/2016, a sua aplicação de acordo com o plano transitório definido no Artigo 160º da CRD IV e, logo, o valor desta reserva após 1 de janeiro de 2019 é de 2,5% (entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2018 esta reserva foi de 1,875%).

No âmbito do Supervisory Review and Evaluation Process (SREP), o Banco de Portugal definiu para a CEMAH um requisito adicional de Pilar 2 de 2,5%, a cumprir em base individual.

De acordo com estas disposições, em 31 de dezembro de 2019 os rácios mínimos regulamentares CET 1, Tier 1 e Total eram 9,5%, 11% e 13%, respetivamente. Por fim, a CEMAH recebeu a decisão do Banco de Portugal sobre os requisitos mínimos prudenciais que deverão ser respeitados em base individual a partir de 1 de julho de 2020, que se baseia nos resultados de nova avaliação do SREP. A referida decisão determina requisitos adicionais de Pilar 2 e de Pilar 2 Guidance (P2G) de, respetivamente, 3% e 0,5%, sobre os requisitos mínimos regulamentares e sobre a reserva de conservação do capital. A partir de 1 de julho de 2020, os rácios mínimos regulamentares CET 1, Tier 1 e Total passarão a ser 9,5%, 11% e 14%, respetivamente.

4. Classificação de ativos e passivos financeiros

	Outros valores a receber	Ativos financeiros detidos para negociação	Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros pelo custo amortizado	Ativos/ Passivos Não Financeiros	Total
2019-12-31								
Ativos								
Dinheiro em caixa	12.365	-	-	-	-	-	-	12.365
Saldos de caixa em bancos centrais	65.803	-	-	-	-	-	-	65.803
Disponibilidades em OI's	27.524	-	-	-	-	-	-	27.524
Derivados	-	2	-	-	-	-	-	2
Titulos de dívida	-	-	-	46.798	33.152	-	-	79.950
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	4.429	-	-	-	4.429
Crédito a clientes	-	-	-	-	221.526	-	-	221.526
Depósitos a prazo	-	-	-	-	12.188	-	-	12.188
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	713	713
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	1.386	1.386
Outros ativos	1.202	-	-	-	-	-	10.738	11.941
Total Ativos	106.896	2	-	51.227	266.867	-	12.837	437.827
Passivos								
Depósitos	-	-	-	-	-	402.756	-	402.756
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	2.479	-	2.479
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	151	151
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	25	25
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	137	137
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	4.936	4.936
Total Passivos	-	-	-	-	-	405.236	5.249	410.484
2018-12-31								
Ativos								
Dinheiro em caixa	11.109	-	-	-	-	-	-	11.109
Saldos de caixa em bancos centrais	60.233	-	-	-	-	-	-	60.233
Disponibilidades em OI's	11.360	-	-	-	-	-	-	11.360
Derivados	-	4	-	-	-	-	-	4
Titulos de dívida	-	-	100	68.562	10.818	-	-	79.480
Instrumentos de capital próprio	-	-	-	11.245	-	-	-	11.245
Crédito a clientes	-	-	-	-	225.231	-	-	225.231
Depósitos a prazo	-	-	-	-	11.953	-	-	11.953
Ativos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Ativos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	1.303	1.303
Outros ativos	2.059	-	-	-	-	-	12.783	14.842
Total Ativos	84.761	4	100	79.807	248.002	-	14.087	426.760
Passivos								
Depósitos	-	-	-	-	-	393.338	-	393.338
Outros passivos financeiros	-	-	-	-	-	2.808	-	2.808
Outras provisões	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	-	-	-	-	-	-	615	615
Passivos por impostos diferidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	-	4.477	4.477
Total Passivos	-	-	-	-	-	396.147	5.092	401.238

5. Justo valor dos ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 os valores contabilísticos dos ativos e passivos financeiros comparam com o respetivo justo valor conforme segue:

2019-12-31	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	105 692	105 692
Ativos financeiros detidos para negociação	2	2
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados	-	-
Ativos financeiros pelo justo através de outro rendimento integral	51 227	51 227
Ativos financeiros pelo custo amortizado	266 867	268 486
Total ativos financeiros ao justo valor	423 788	425 407
Passivos financeiros pelo custo amortizado	405 236	405 236
Total passivos financeiros ao justo valor	405 236	405 236

2018-12-31	Valor contabilístico	Justo valor
Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros DO's	82 701	82 701
Ativos financeiros detidos para negociação	4	4
Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados	100	100
Ativos financeiros pelo justo através de outro rendimento integral	79 807	79 807
Ativos financeiros pelo custo amortizado	248 002	248 153
Total ativos financeiros ao justo valor	410 616	410 766
Passivos financeiros pelo custo amortizado	396 147	396 147
Total passivos financeiros ao justo valor	396 147	396 147

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos ativos e passivos financeiros mais significativos são analisados conforme se segue.

Caixa, saldos de caixa em bancos centrais e outros depósitos à ordem, e aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados e ao justo valor através de outro rendimento integral

Os Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados e pelo justo valor através de outro rendimento integral são constituídos por instrumentos de dívida e instrumentos de capital estando contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base os preços de cotação de mercado, sempre que estes se encontrem disponíveis. Caso estes não existam, o justo valor é estimado através de modelo próprio.

O quadro seguinte analisa os instrumentos financeiros mensurados ao valor justo, pelo método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: inputs diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que sejam observáveis para o ativo ou passivo, quer diretamente (i.e., como preços), quer indiretamente (i.e., derivados dos preços);
- Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não se baseiam em dados de mercado observáveis (inputs não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Caixa mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

2019-12-31

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	2	2
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	-	-	-	-
Títulos de dívida	-	-	-	-
Títulos de capital	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	45 985	4 280	997	51 261
Títulos de dívida	42 553	4 280	-	46 832
Títulos de capital	664	-	997	1 661
Outros	2 768	-	-	2 768
Total ativos	<u>45 985</u>	<u>4 280</u>	<u>998</u>	<u>51 263</u>
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2018-12-31

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos				
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	4	4
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	100	-	-	100
Títulos de dívida	100	-	-	100
Títulos de capital	-	-	-	-
Outros				
Ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral	79 020	18	847	79 885
Títulos de dívida	68 623	18	-	68 641
Títulos de capital	1 263	-	847	2 110
Outros	9 134	-	-	9 134
Total ativos	<u>79 120</u>	<u>18</u>	<u>851</u>	<u>79 989</u>
Passivos	-	-	-	-
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-
Total passivos	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Ativos financeiros pelo custo amortizado:

Títulos de dívida

Os investimentos aqui classificados são constituídos por títulos de dívida que cumprem os critérios do SPPI e que a CEMAH pretende deter em carteira até à respetiva maturidade. O valor de balanço dos mesmos é igual ao seu valor de aquisição, atualizado da mensualização do Prémio/Desconto, enquanto o justo valor tem por base os preços de cotação de mercado.

Crédito a clientes

O Crédito a clientes é remunerado a taxas variáveis, que se aproximam das taxas em vigor no mercado para este tipo de produto e para o risco inerente à carteira, pelo que a Caixa estima que o seu justo valor não difere de forma significativa do valor contabilístico.

Aplicações em instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros (grande maioria até 3 meses) e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Recursos de outras instituições de crédito

Considerando o prazo associado a estes instrumentos financeiros e ao facto de serem negociados a taxas de mercado, considera-se que o seu valor de balanço é uma estimativa razoável do respetivo justo valor.

Depósitos de clientes

Considerando que as taxas de juro aplicáveis são de natureza variável e o período de maturidade dos depósitos é inferior a um ano, a Caixa estima que o justo valor dos depósitos de clientes não difere significativamente do seu valor contabilístico.

6. Notas

6.1 Caixa, saldos de caixa em Bancos Centrais e outros depósitos à ordem

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Dinheiro em Caixa	12 365	11 109
Saldos de caixa em Bancos Centrais	65 803	60 233
Disponibilidades em outras instituições de crédito	<u>27 524</u>	<u>11 360</u>
	<u>105 692</u>	<u>82 701</u>

A rubrica “Saldos de caixa em Bancos Centrais” inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do sistema de reservas mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados à média das taxas marginais das operações principais de refinanciamento do SEBC apuradas durante o período de manutenção considerado. Em 2019, estas taxas variaram entre -0,252% e -0,470% (2018: -0,374% e -0,335%).

O saldo da rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito é composto como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	26 808	10 487
Cheques a cobrar	690	740
Juros a receber	0	0
	<u>27 499</u>	<u>11 227</u>
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro		
Cheques a cobrar	26	133
	<u>27 524</u>	<u>11 360</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no país e no estrangeiro foram enviados para cobrança nos primeiros dias úteis subsequentes à data de referência das demonstrações.

6.2 Ativos financeiros detidos para negociação

Quanto à sua natureza, os ativos financeiros detidos para negociação analisam-se como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Forward Cambial	2	4
	<u>2</u>	<u>4</u>

6.3 Ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados

Quanto à sua natureza, os ativos financeiros contabilizados pelo justo valor através de resultados analisam-se como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Títulos de dívida	0	100
	<u>0</u>	<u>100</u>

A 31 de dezembro de 2019, a CEMAH não detinha qualquer ativo contabilizado pelo justo valor através de resultados.

6.4 Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Títulos de dívida		
Títulos cotados		
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa fixa	5 052	14 503
Obrigações de emissores públicos nacionais - taxa variável	14 253	12 081
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa fixa	16 931	21 296
Obrigações de emissores públicos estrangeiros - taxa variável	2 324	1 417
Obrigações de emissores residentes		
Dívida não subordinada	5 305	5 178
Obrigações de emissores não residentes		
Dívida não subordinada	2 968	14 165
Imparidade	(34)	(78)
	<u>46 798</u>	<u>68 562</u>
Instrumentos de capital		
Títulos cotados		
Títulos de emissores nacionais	97	193
Títulos de emissores estrangeiros	567	1 071
Títulos não cotados		
De emissores nacionais		
Ações	997	847
Unidades de Participação		
Títulos cotados		
Títulos de emissores estrangeiros	2 768	9 134
	<u>4 429</u>	<u>11 245</u>
	<u>51 227</u>	<u>79 807</u>

Em 31 de dezembro de 2019 esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

2019-12-31	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	264 413 706	16 350	17 180	16 920	260	(17)
De outros emissores públicos nacionais	20	2 000	2 125	2 036	88	(3)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	4 280 191	5 280	5 305	5 339	(35)	(2)
Instrumentos de capital						
Ações						
	499 790	-	1 094	1 361	(266)	-
		23 630	25 704	25 656	48	(22)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	287 263 324	18 424	19 255	19 293	(38)	(11)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	1 506	2 887	2 968	2 939	29	(2)
Instrumentos de capital						
Ações						
	160 141	-	567	685	(118)	-
Outros						
	38 274	-	2 768	2 748	20	-
		21 311	25 558	25 664	(106)	(12)
		44 941	51 261	51 320	(59)	(34)
2018-12-31						
	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanco Justo Valor	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	1 156 111 706	23 267	25 564	25 155	409	(38)
De outros emissores públicos nacionais	10	1 000	1 019	1 013	7	(2)
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	18 453	5 068	5 178	5 135	43	(8)
Instrumentos de capital						
Ações						
	607 521	-	1 040	748	292	-
		29 335	32 802	32 051	751	(47)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	330 918 564	22 764	22 713	23 168	(455)	(21)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada	109 602	14 010	14 165	14 265	(99)	(10)
Instrumentos de capital						
Ações						
	256 496	-	1 071	1 378	(307)	-
Outros						
	269 731	-	9 134	9 677	(543)	-
		36 774	47 083	48 488	(1 405)	(31)
		66 109	79 885	80 539	(654)	(78)

A rubrica dos ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral, que a 31 de dezembro de 2019 apresentava um saldo bruto de €51.261 milhares, apresenta uma diminuição significativa face ao valor de 31 de dezembro de 2018. Esta redução deve-se, maioritariamente, ao facto de terem sido realizadas várias vendas no âmbito do Plano de Conservação de Fundos Próprios e da Auditoria Especial ao Rácio, sendo que grande parte destes valores foram reinvestidos em títulos de dívida pública europeia, ficando estes classificados ao custo amortizado (anteriormente designados por detidos até à maturidade).

Os ativos classificados como ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral são avaliados ao justo valor. No caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado ativo (e cujo justo valor não seja assim visível nesse mesmo mercado), foi criada uma metodologia para avaliação dos mesmos, que consiste na utilização de dados de outras empresas cotadas, que tenham a mesma área de negócio (a 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019 a CEMAH detinha em carteira ações não cotadas da SIBS).

De acordo com o modelo interno, a 31 de dezembro de 2019 a carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral apresentava um valor de imparidade de €34 milhares, sendo €22 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por residentes, e os restantes €12 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por não residentes.

6.5 Ativos financeiros pelo custo amortizado

A rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Títulos de dívida	33 152	10 818
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	12 188	11 953
Empréstimos e adiantamentos a clientes	221 526	225 231
	<u>266 867</u>	<u>248 002</u>

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 a rubrica de Títulos de dívida classificados ao custo amortizado apresentava a seguinte composição:

2019-12-31	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanço	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	1 650 000 000	16 500	18 612	18 619	0	(19)
De outros emissores públicos nacionais						
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada						
		16 500	18 612	18 619	-	(19)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	14 500	14 500	14 583	14 513	-	(24)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada						
		14 500	14 583	14 513	-	(24)
		31 000	33 195	33 132	-	(43)
2018-12-31						
	Quantidade	Valor Nominal	Val.Balanço	Valor Aquisição	Valias	Imparidade
Emitidos por residentes						
Instrumentos de dívida						
De dívida pública portuguesa	650 000 000	6 500	7 338	7 253	-	(11)
De outros emissores públicos nacionais						
De Outros residentes						
Outros						
Dívida não subordinada						
		6 500	7 338	7 253	-	(11)
Emitidos por não residentes						
Instrumentos de dívida						
De emissores públicos estrangeiros	3 500	3 500	3 494	3 467	-	(4)
De outros não residentes						
Outros						
Dívida não subordinada						
		3 500	3 494	3 467	-	(4)
		10 000	10 833	10 720	-	(15)

A rubrica de Títulos de dívida classificados como ativos financeiros pelo custo amortizado apresentava um saldo de €33.195 milhares a 31 de dezembro de 2019, triplicando o saldo apresentado no período homólogo. Este aumento deve-se ao facto de ter sido reinvestida parte significativa dos valores das vendas de dívida pública realizadas durante o ano de 2019.

De acordo com o modelo interno, a 31 de dezembro de 2019 a carteira de títulos classificados pelo custo amortizado apresentava um valor de imparidade de €43 milhares, sendo €19 milhares

referentes a instrumentos de dívida emitidos por residentes, e os restantes €24 milhares referentes a instrumentos de dívida emitidos por não residentes.

Parte das Obrigações de Dívida Pública Portuguesa em carteira encontra-se dada como garantia a favor do Fundo de Garantia de Depósitos (€3.912 milhares a 31 de dezembro de 2019) e Banco de Portugal (€7.990 milhares a 31 de dezembro de 2019), para garantia das obrigações assumidas pela Caixa.

Os empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito correspondem aos depósitos a prazo da CEMAH em outras instituições de crédito. No que respeita à sua duração residual, estes decompõem-se como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Até três meses	12 188	11 953
De três meses a 12 meses	-	-
	<u>12 188</u>	<u>11 953</u>

A rubrica de empréstimos e adiantamentos a clientes decompõe-se como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Empréstimos e adiantamentos a Clientes		
Crédito não representados por valores mobiliários		
Crédito Interno		
Empresas e Administrações Públicas		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	2 825	6 039
Empréstimos	110 254	115 350
Créditos em conta corrente	10 269	7 778
Descobertos em depósitos à ordem	1 847	9 557
	<u>125 195</u>	<u>138 724</u>
Particulares		
Habitação	33 373	29 098
Consumo	17 463	15 319
<i>Outras finalidades</i>		
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	240	28
Empréstimos	40 329	38 210
Créditos em conta corrente	3 556	789
Outros créditos	4 717	4 901
	<u>99 678</u>	<u>88 346</u>
Crédito representados por valores mobiliários		
Emitidos por residentes		
Títulos de dívida		
Títulos de dívida		
Dívida não subordinada	0	500
	<u>0</u>	<u>500</u>
	<u>224 872</u>	<u>227 570</u>
Juros a receber	<u>684</u>	<u>810</u>
Crédito e juros vencidos		
Até 90 dias	57	66
Mais de 90 dias	2 127	2 344
	<u>2 185</u>	<u>2 411</u>
Total Bruto	<u>227 741</u>	<u>230 791</u>
Comissões e outros custos a diferir	(273)	(205)
Menos:		
Imparidade acumulada	5 942	5 355
	<u>5 942</u>	<u>5 355</u>
Total Líquido	<u>221 526</u>	<u>225 231</u>

A rubrica de crédito interno inclui €1.781 milhares de descobertos em depósitos à ordem da Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo que, em 31 de dezembro de 2019, vencem juros a taxas correntes de mercado (2018: €1.768 milhares).

O valor de balanço do crédito inclui €3.598 milhares de créditos POCl.

O escalonamento dos créditos vencidos sobre clientes em função da sua duração residual, é o seguinte:

<u>Prazos</u>	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Até três meses	8 009	10 882
De três meses a um ano	19 053	20 227
De um a cinco anos	63 210	62 440
Mais de cinco anos	108 598	105 025
Duração indeterminada (*)	22 656	26 656
	<u>221 526</u>	<u>225 231</u>

(*) Descobertos em Depósitos à ordem

Em 31 de dezembro de 2019, a exposição e a imparidade estimada pela CEMAH, apresentam a seguinte composição:

(em milhares de euros)

Segmento de risco	Total									
	stage 1		stage 2		stage 3		POCI		Total	
	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL	Exposição	ECL
Empresas	79 070	172	73 036	1 468	30 973	3 613	3 595	214	186 673	5 467
Crédito a Prestações	54 898	94	57 380	1 052	29 435	3 188	3 595	214	145 308	4 548
Descoberto Bancário	18 330	73	12 332	386	1 357	421	-	-	32 020	879
Garantias Bancárias	2 571	1	2 784	28	177	4	-	-	5 533	32
Letras/Livranças	3 271	5	539	3	4	1	-	-	3 814	8
Papel Comercial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	3 419	4	1 900	2	-	-	-	-	5 319	7
Crédito a Prestações	3 269	4	-	-	-	-	-	-	3 269	4
Descoberto Bancário	150	0	1 900	2	-	-	-	-	2 050	3
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares - Créd. Habitação	25 290	6	4 397	83	531	82	16	0	30 234	171
Crédito a Prestações	25 290	6	4 397	83	531	82	16	0	30 234	171
Descoberto Bancário	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias Bancárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Particulares - Outros	19 415	6	5 481	71	1 737	365	214	6	26 848	448
Crédito a Prestações	16 154	3	5 153	60	1 654	296	214	6	23 174	365
Descoberto Bancário	3 226	3	329	11	84	69	-	-	3 638	83
Garantias Bancárias	36	0	-	-	-	-	-	-	36	0
Letras/Livranças	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	127 194	189	84 814	1 625	33 241	4 060	3 825	220	249 074	6 093

A 31 de dezembro de 2019, o detalhe dos ativos financeiros pelo custo amortizado de acordo com as categorias de risco de crédito é o que segue:

	<u>Valor bruto</u>	<u>Imparidade</u>
Stage 1	113 580	189
Stage 2	78 342	1 642
Stage 3	35 818	4 263
	<u>227 741</u>	<u>6 093</u>

Conforme referido na nota 3, o risco de crédito é o mais relevante no que respeita à política de gestão do risco.

No que concerne às imparidades para crédito a clientes por método de análise, tem-se o seguinte:

<u>Imparidades para ativos ao custo amortizado por método de análise</u>	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Cobertura determinada individualmente	2 936	2 281
Cobertura determinada coletivamente	3 158	3 074
Total	6 093	5 355

Os montantes apresentados no quadro acima incluem as provisões reconhecidas para fazer face a compromissos.

O movimento na imparidade por perda esperada de empréstimos e adiantamentos a clientes analisa-se como segue:

	(em milhares de euros)				
	<i>Stage 1</i>	<i>Stage 2</i>	<i>Stage 3</i>		
Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	Imparidade 12 meses	Imparidade <i>lifetime</i>	Imparidade <i>lifetime</i>	Total	POCI*
Imparidade em 2018-12-31	101	1 657	3 598	5 355	913
Imparidade em 2019-01-01					
Variações de imparidade					
- Transferidos para stage 1	442	(423)	(18)	(0)	0
- Transferidos para stage 2	(17)	299	(282)	0	0
- Transferidos para stage 3	(0)	(126)	126	(0)	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	21	(16)	152	157	0
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	55	122	364	541	0
Outras variações	(414)	130	324	40	0
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0	(693)
Abatimentos ao ativo	0	(0)	(1)	(1)	0
Imparidade em 2019-12-31	189	1 642	4 263	6 093	220

* Durante o ano de 2019 corrigiram-se as marcações de POCIS que tinham sido classificadas indevidamente em 2018

Imparidade - Empréstimos ao Custo amortizado	Stage 1 Imparidade 12 meses	Stage 2 Imparidade lifetime	Stage 3 Imparidade lifetime	Total	POCI*
Imparidade em 2017-12-31	561	1 488	3 383	5 431	0
Imparidade em 2018-01-01					
Variações de imparidade					
- Transferidos para stage 1	188	(126)	(62)	0	0
- Transferidos para stage 2	(76)	421	(345)	0	0
- Transferidos para stage 3	(9)	(218)	227	0	0
Variações devido a novos ativos financeiros e modificações	(59)	5	(18)	(72)	0
Variações devido a novos parâmetros de risco para os créditos que mantiveram o risco de crédito	(333)	114	(11)	(230)	0
Outras variações	(170)	(27)	424	226	0
Novos ativos originados ou comprados	0	0	0	0	913
Abatimentos ao ativo	0	0	53	0	0
Imparidade em 2018-12-31	271	1 684	3 174	5 355	913

* Atendendo a que a IFRS 9 entrou em vigor a 2018-01-01, a 2017-12-31 não se registaram quaisquer POCIS nesse ano.

Nota: os valores e classificações utilizados com referência a 2017-12-31 respeitam à IAS 39

6.6 Ativos fixos tangíveis

Esta rubrica é analisada da seguinte forma:

	Imóveis de serviço próprio	Equipamento	Direito de uso				Total
			Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Imóveis	Equipamento	
Saldo em 1 de janeiro de 2018							
Custo	9 704	4 019	38	95	-	-	13 857
Amortizações acumuladas	(3 417)	(3 541)	-	(3)	-	-	(6 962)
Valor líquido	6 287	478	38	92	-	-	6 895
Movimentos no exercício de 2018							
Saldo líquido de abertura	6 287	478	38	92	-	-	6 895
Adições	-	149	59	-	-	-	208
Transferências	-	109	(67)	-	-	-	42
Abates	(40)	-	-	(58)	-	-	(98)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	40	-	-	-	-	-	40
Amortizações do exercício	(197)	(177)	-	-	-	-	(374)
Saldo líquido de encerramento	6 090	559	29	34	-	-	6 713
Saldo em 31 de dezembro de 2018							
Custo	9 664	4 277	29	37	-	-	14 009
Amortizações acumuladas	(3 574)	(3 718)	-	(3)	-	-	(7 296)
Valor líquido	6 090	559	29	34	-	-	6 713
Movimentos no exercício de 2019							
Saldo líquido de abertura	6 090	559	29	34	193	108	7 014
Adições	-	115	250	-	0	8	373
Transferências	76	107	(221)	-	-	-	(38)
Abates	-	(214)	-	-	(22)	-	(236)
Amortizações acumuladas (Bens abatidos, Regularizações)	-	214	-	-	-	-	214
Amortizações do exercício	(191)	(200)	-	-	(48)	(37)	(476)
Saldo líquido de encerramento	5 975	582	59	34	123	78	6 851
Saldo em 31 de dezembro de 2019							
Custo	9 739	4 286	59	37	171	116	14 408
Amortizações acumuladas	(3 764)	(3 704)	-	(3)	(48)	(37)	(7 557)
Imparidade	(62)	-	-	-	-	-	(62)
Valor líquido	5 913	582	59	34	123	78	6 789

O ativo de direito de uso diz respeito a locações da Caixa incorporadas tendo em consideração a IFRS 16. O direito de uso corresponde a locações de imóveis e de viaturas.

As adições mais significativas realizadas na rubrica de Equipamento durante o ano 2018 compreendem a aquisição de mobiliário (€25 milhares), máquinas e ferramentas (€52 milhares), equipamento informático (€9 milhares), sistemas de climatização (€53 milhares), equipamento de segurança (€2 milhares) e outro equipamento (€9 milhares), do qual se destacam €8 milhares referentes a um sistema de senhas para o balcão da Rua Direita.

Em 2019 compreendem a aquisições de ATMs e Contadoras de notas e moedas (€78 milhares), de equipamento informático (€5 milhares), de mobiliário diverso (€20 milhares) e de equipamento de segurança e outros equipamentos (€12 milhares), do qual se destaca €9 milhares referente a um sistema de senhas para os balcões da Praia da Vitória e Guarita.

Do saldo da rubrica de Ativos tangíveis em curso foram, durante o exercício de 2019, passados a definitivo €15 milhares referentes a investimentos realizados na rede de Terminais de Pagamento Automático (TPA's) da CEMAH, €15 milhares referentes a aparelhos de ar condicionado, €76 milhares referentes ao projeto de remodelação do balcão de Santa Cruz da Graciosa e €114 milhares de equipamentos informáticos.

As aquisições registadas em ativos tangíveis em curso são referentes a TPA's (€39 milhares), equipamento informático (€123 milhares), sistema de ar condicionado para Ponta Delgada (€15 milhares) e ao projeto de remodelação do balcão de Santa Cruz da Graciosa (€73 milhares).

Em 2019 foram abatidos ao ativo €215 milhares de euros de equipamentos que se encontravam obsoletos.

Os imóveis de serviço próprio têm a 31 de dezembro de 2019 uma imparidade registada no montante de €62 milhares.

6.7 Outros ativos intangíveis

O saldo desta rubrica em 31 de dezembro de 2019 e 2018 analisa-se como segue:

	Sistemas tratamento automático de dados	Ativos intangíveis em Curso	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2018				
Custo	3 552	406	77	4 036
Amortizações acumuladas	(2 426)	-	(77)	(2 503)
Valor líquido	1 126	406	-	1 533
Movimentos no exercício de 2018				
Saldo líquido de abertura	1 126	406	-	1 532
Adições	44	214	-	258
Transferências	247	(288)	-	(42)
Amortizações do exercício	(375)	-	-	(375)
Saldo líquido de encerramento	1 041	332	-	1 373
Saldo em 31 de dezembro de 2018				
Custo	3 843	332	77	4 252
Amortizações acumuladas	(2 802)	-	(77)	(2 879)
Valor líquido	1 041	332	-	1 373
Movimentos no exercício de 2019				
Saldo líquido de abertura	1 041	332	-	1 373
Adições	50	214	-	263
Transferências	482	(482)	-	(0)
Amortizações do exercício	(500)	-	-	(500)
Saldo líquido de encerramento	1 072	64	-	1 137
Saldo em 31 de dezembro de 2019				
Custo	4 374	64	77	4 515
Amortizações acumuladas	(3 302)	-	(77)	(3 378)
Valor líquido	1 072	64	-	1 137

Das transferências registadas em 2019 da rubrica Ativos intangíveis em curso para a rubrica de Sistemas de tratamento automático de dados constam €207 milhares referentes ao projeto de Integração OBA, e €82 milhares referente ao *Collections*.

Das aquisições registadas durante o ano de 2019 na rubrica de Sistemas de tratamento automático de dados, salientam-se €48 milhares relativos a licenciamento de software.

No que concerne às adições registadas em ativos em curso, constam €102 milhares referentes ao projeto de Integração OBA, € 44 milhares referentes à nova plataforma de pagamentos PSD2 e € 38 milhares referentes à definição do novo modelo de LGDs.

6.8 Impostos Ativos e Passivos

A origem dos saldos em balanço dos impostos correntes e diferidos, ativos e passivos, pode ser analisada no quadro que se segue:

	2019-12-31		2018-12-31	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Impostos correntes				
IRC	713	25	-	561
	<u>713</u>	<u>25</u>	<u>-</u>	<u>561</u>
Impostos diferidos				
Provisões tributadas:				
- Crédito hipotecário	719	-	904	-
- Excesso Aviso 3/95 - Crédito e imparidade extrapatrimonial	22	-	90	-
- Imparidade para imóveis	45	-	-	-
Crédito incobrável	17	-	17	-
Prémios de final de carreira	15	-	14	-
Imparidade títulos	6	-	19	-
Reserva justo valor	131	119	290	-
Reserva cambial	-	2	(1)	-
Imparidade devedores diversos	3	-	2	-
Prejuízo fiscal	406	-	-	-
Responsabilidades passadas Plano Complementar	22	-	30	-
Reavaliação imóveis	-	15	(16)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>1 386</u>	<u>137</u>	<u>1 349</u>	<u>-</u>
Total de impostos em balanço	<u>2 099</u>	<u>162</u>	<u>1 349</u>	<u>561</u>

A 31 de dezembro de 2019, da rubrica dos Impostos correntes consta imposto a pagar no montante de €25 milhares e imposto a recuperar no montante de €713 milhares. Este último é resultante de €24 milhares de dupla tributação jurídica internacional, 640 milhares de pagamentos por conta efetuados, €43 milhares do pagamento adicional por conta, e €5 milhares de retenções na fonte efetuadas por terceiros.

A 31 de dezembro de 2018, dos €561 milhares do valor do Imposto corrente passivo constam €597 milhares de estimativa de imposto a pagar, deduzidos de €16 milhares de pagamentos por conta efetuados e €20 milhares do pagamento especial por conta pago.

O saldo de IRC a liquidar em 31 de dezembro de 2019 e 2018 decompõe-se assim da seguinte forma:

	2019-12-31
Imposto corrente do exercício	25
Pagamentos por conta, especial por conta, adicional por conta e retenções na fonte	(688)
Dupla tributação jurídica internacional	(24)
	<u>(687)</u>
	2018-12-31
	<u>597</u>
Imposto corrente do exercício	597
Pagamentos por conta, especial por conta e adicional por conta e retenções na fonte	(37)
	<u>560</u>

6.9 Outros ativos

A rubrica de Outros ativos apresenta a seguinte decomposição:

	2019-12-31	2018-12-31
Devedores e outras aplicações		
Sector público administrativo	-	-
Devedores por bonificações a receber	651	693
Outros devedores	525	1 423
	<u>1 176</u>	<u>2 116</u>
Outros activos		
Outras disponibilidades	41	22
Outros imóveis	290	411
Economato	52	60
Numismática e outros metais preciosos	11	11
Outros	27	27
	<u>421</u>	<u>531</u>
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	93	49
	<u>93</u>	<u>49</u>
Outras contas a regularizar		
Outras operações a regularizar	215	626
	<u>215</u>	<u>626</u>
Imparidade - outros ativos		
Devedores	(15)	(8)
Imóveis	(89)	(89)
	<u>(104)</u>	<u>(97)</u>
	<u>1 800</u>	<u>3 224</u>

A rubrica Devedores por bonificações a receber contém os valores a receber do Governo Regional dos Açores (€651 milhares) e da Direção Geral do Tesouro (menos de €1 milhar) relativos a bonificações (2018: €693 milhares e menos de €1 milhar, respetivamente).

A rubrica Outros imóveis inclui os imóveis adquiridos para reembolso de crédito próprio que, no âmbito da IFRS 5, não se encontram ainda disponíveis para venda.

O saldo da rubrica Outras despesas com encargo diferido diz respeito à mensualização de contratos com fornecedores, a reconhecer nos meses seguintes.

As outras contas a regularizar incluem a 31 de dezembro de 2019 o montante de €158 milhares referentes a operações de compensação de valores movimentados nos ATMs da Caixa (31 de dezembro de 2018 €463 milhares).

6.10 Ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda

O saldo desta rubrica a 31 de dezembro de 2019 e 2018 analisa-se como segue:

	Imóveis	Outros Ativos Tangíveis	Total
Saldo em 31/12/2017			
Valor bruto	7 966	25	7 992
Imparidade acumulada	(2 167)	-	(2 167)
Valor líquido	<u>5 799</u>	<u>25</u>	<u>5 825</u>
Movimento			
Adições	622	-	622
Alienações	(3 832)	-	(3 832)
Saldo em 31/12/2018			
Valor bruto	4 756	25	4 781
Imparidade acumulada	(1 250)	-	(1 250)
Valor líquido	<u>3 506</u>	<u>25</u>	<u>3 531</u>
Movimento			
Adições	618	-	618
Alienações	(2 087)	-	(2 087)
Saldo em 31/12/2019			
Valor bruto	3 286	25	3 312
Imparidade acumulada	(1 097)	-	(1 097)
Valor líquido	<u>2 190</u>	<u>25</u>	<u>2 215</u>

Os valores de adições registados nos exercícios de 2018 (€622 milhares) e 2019 (€618 milhares) referem-se a imóveis recebidos no âmbito de processos de recuperação de crédito.

Durante o exercício de 2019 foram alienados 12 imóveis, registados ao valor de €2.087 milhares, dos quais resultaram, em termos líquidos, €109 milhares de menos-valias (2018: alienados 19 imóveis, registados ao valor de €3.832 milhares, dos quais resultaram €193 milhares de menos-valias). Em 2019 foi reforçada a imparidade registada para imóveis em €286 milhares (2018: €45 milhares).

O movimento ocorrido na imparidade encontra-se explicitado na Nota 6.11.

6.11 Provisões e imparidades

Os movimentos registados nas provisões e imparidades da Caixa durante o exercício de 2019 resumem-se conforme segue:

	Movimentos em 2019				Saldo em 2019-12-31
	Saldo em 2019-01-01	Aumentos/ Juros stage 3	Reposições/ (Reversões)	Utilizações	
Outras Provisões	-	210	(58)	-	151
Total Provisões	-	210	(58)	-	151
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	1	(1)	-	0
Imparidade em empréstimos:					
Títulos de dívida	15	33	(5)	-	43
Depósitos a prazo	61	0	(38)	-	24
Crédito	5 355	2 296	(1 707)	(2)	5 942
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	78	16	(60)	-	34
Imparidade em outros ativos	98	17	(10)		104
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	1 250	364	(78)	(439)	1 097
Imparidade para imóveis de serviço próprio	-	77	(15)	-	62
Total Imparidades	6 858	2 804	(1 914)	(442)	7 306
Total provisões e imparidades	6 858	3 014	(1 973)	(442)	7 458

	Movimentos em 2018				Saldo em 2018-12-31
	Saldo em 2018-01-01	Aumentos	Reposições/ (Reversões)	Utilizações/ Transferências	
Outras Provisões	118	-	-	(118)	-
Total Provisões	118	-	-	(118)	-
Imparidade em disponibilidades em instituições de crédito	0	1	(1)	-	0
Imparidade em empréstimos:					
Títulos de dívida	-	16	(2)	-	15
Depósitos a prazo	36	125	(99)	-	61
Crédito	5 251	713	(398)	(211)	5 355
Imparidade em ativos financeiros pelo justo valor através OCI	139	104	(165)	-	78
Imparidade em outros ativos	4	197	(104)	-	98
Imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda	2 167	98	(69)	(947)	1 250
Total Imparidades	7 598	1 255	(838)	(1 157)	6 858
Total provisões e imparidades	7 716	1 255	(838)	(1 276)	6 858

Relativamente aos acréscimos e reversões da imparidade em ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda, estes resultam das avaliações periodicamente efetuadas aos imóveis recebidos para reembolso de crédito próprio, e têm ainda em conta os valores de venda praticados pela CEMAH.

6.12 Passivos financeiros detidos para negociação

A 31 de dezembro de 2019 a CEMAH não detém em carteira passivos financeiros detidos para negociação.

6.13 Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2019-12-31	2018-12-31
Depósitos	402 756	393 338
Outros passivos financeiros	2 479	2 808
	<u>405 236</u>	<u>396 147</u>

Quanto à sua natureza, o saldo dos depósitos é composto como se segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Depósitos de instituições de crédito		
Depósitos à ordem	31	19
Depósitos de outros clientes		
Depósitos à ordem	125 685	107 503
Depósitos a prazo	208 233	219 927
Depósitos de poupança	68 464	65 287
	<u>402 413</u>	<u>392 736</u>
Juros a Pagar	343	603
	<u>402 756</u>	<u>393 338</u>

Quanto à duração residual, os depósitos decompõem-se da seguinte forma:

<u>Prazos</u>	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Exigível à vista	126 067	108 174
Exigível a prazo		
Até 3 meses	83 008	95 033
De três meses a um ano	183 731	186 279
De um a cinco anos	9 951	3 852
	<u>276 690</u>	<u>285 164</u>
	<u>402 756</u>	<u>393 338</u>

A 31 de dezembro de 2019, as taxas de remuneração dos depósitos à ordem eram de 0% (valor igual a 31 de dezembro de 2018), e as referentes a depósitos a prazo e de poupança variavam entre 0,05% e 1% (31 de dezembro de 2018: 0,1% e 1,3%).

Os Outros passivos financeiros são compostos por cheques bancários e visados e transferências pendentes de liquidação.

6.14 Outros passivos

A rubrica de Outros passivos apresenta a seguinte decomposição:

	2019-12-31	2018-12-31
Responsabilidade com Pensões e outros Benefícios		
Responsabilidades totais (ver Nota 6.16)	21 774	20 278
Valor patrimonial do fundo (ver Nota 6.16)	(20 133)	(18 873)
	<u>1 640</u>	<u>1 405</u>
Passivo de locação		
Passivo de locação	203	-
	<u>203</u>	<u>-</u>
Credores e outros recursos		
Outros recursos	24	-
Sector público administrativo	350	344
Outros credores	225	465
	<u>598</u>	<u>809</u>
Encargos a pagar		
Serviços prestados por terceiros	59	68
Gastos com pessoal	461	452
Gastos gerais administrativos	70	73
Responsabilidades com prémio de antiguidade (ver Nota 6.16)	72	65
	<u>661</u>	<u>659</u>
Outras contas de regularização		
Outras operações a regularizar	1 833	1 688
	<u>1 833</u>	<u>1 688</u>
Outros Passivos	<u>4 936</u>	<u>4 561</u>

Os passivos de locação são referentes ao valor dos pagamentos futuros atualizados das operações de locação da Caixa, nomeadamente as respeitantes a imóveis e viaturas.

A rubrica Outros credores, inclui valores a pagar por fornecimento de bens e serviços.

A rubrica serviços prestados por terceiros inclui o montante vencido e ainda não liquidado de comissões a pagar às entidades gestoras das carteiras de títulos.

As Outras operações a regularizar referem-se essencialmente a movimentos de compensação dos levantamentos em caixas Multibanco por clientes da CEMAH junto da SIBS.

6.15 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa com menos de 90 dias de maturidade inicial resumem-se conforme segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Caixa	12 365	11 109
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	65 803	60 233
Disponibilidades à vista em outras IC's	27 524	11 360
Aplicações em IC's com prazos inferiores a 3 meses	12 212	12 015
	<u>117 905</u>	<u>94 717</u>

6.16 Responsabilidades com Pensões e Outros Benefícios

6.16.1 Plano de Pensões, SAMS e Subsídio por Morte

As responsabilidades com pensões de reforma e sobrevivência, encargos com o Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS) e responsabilidades com o pagamento do subsídio por morte após reforma, encontram-se asseguradas por um fundo de pensões e são calculadas em conformidade com o estabelecido no IAS 19R. O mesmo se verifica relativamente às responsabilidades com o complemento de pensões.

A Willis Towers Watson é atualmente a entidade responsável por efetuar as avaliações atuariais necessárias ao cálculo das responsabilidades acima referidas e pela gestão do respetivo fundo de pensões (a 31 de dezembro de 2018 a entidade responsável pelas avaliações atuarias era o BPI Pensões). A avaliação atuarial tem por base o método “Projected Unit Credit” e os seguintes pressupostos atuariais e financeiros:

Plano de Pensões ACT

	Pressupostos	
	2019-12-31	2018-12-31
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	1,20%	2,10%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez	TV 88/90 TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

Plano de Pensões Complementar

	Pressupostos	
	2019-12-31	2018-12-31
Hipóteses financeiras		
Taxa de desconto	1,20%	2,10%
Taxa de crescimento salarial	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	0,50%	0,50%
Hipóteses demográficas		
Tábua de mortalidade	TV 88/90 para ativos e reformados por velhice TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez	TV 88/90 TV 88/90 (+5) para reformados por invalidez
Tábua de invalidez	50% da EKV 80	50% da EKV 80
Tábua de saídas	n.a.	n.a.
Idade normal da reforma	65 anos	65 anos
Diferença de idades entre os cônjuges	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos	As mulheres são 3 anos mais novas que os respectivos maridos
Percentagem de Casados	80,0%	80,0%
Método de valorização atuarial	Project Unit Credit Method	

De salientar que as alterações impostas pelo Decreto-Lei nº1-A/2011 de 3 de janeiro (ver Nota 2.3.7) implicaram uma revisão ao modelo atuarial adotado, com vista ao reconhecimento futuro do carácter de complementaridade ao RGSS.

O reconhecimento gradual da transferência parcial da cobertura de reforma por velhice está em conformidade com a orientação dada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros.

Em 31 de dezembro de 2019 a Caixa tem 198 participantes no Plano de Pensões ACT, dos quais 136 são trabalhadores no ativo, 31 são reformados, 19 são pensionistas e 12 são ex-trabalhadores (31 de dezembro 2018: 191, 127, 33, 19 e 12, respetivamente). A inclusão de novos participantes

no fundo durante o exercício de 2019 surgiu na sequência das regras do novo ACT, que definiram o direito aos benefícios do SAMS por parte dos “novos bancários”.

O Plano de pensões complementar tem, a 31 de dezembro de 2019, 1 participante (31 de dezembro de 2018: 1 participante).

No que respeita à esperança média de vida dos participantes dos planos, estas apresentavam a seguinte decomposição:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31	2018-12-31
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	41.4	40.8
Ex-Trabalhadores	29.0	28.5
Reformados	12.4	14.6
Pensionistas	15.2	13.7

Plano de Pensões Complementar	2019-12-31	2018-12-31
Esperança média de vida (anos)		
Ativos	21.4	21.9

As responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS, Subsídio de Morte e respetiva cobertura do Fundo de Pensões a 31 de dezembro de 2019 resumem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31	2018-12-31
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos e ex-trabalhadores	11 084	10 300
Reformados e pensionistas	9 809	9 268
Inscritos na SS antes de 2011	198	106
	<u>21 091</u>	<u>19 674</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	19 525	18 333
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(1 566)</u>	<u>(1 341)</u>
Plano de Pensões Complementar	2019-12-31	2018-12-31
Responsabilidades por serviços passados		
Ativos	682	604
	<u>682</u>	<u>604</u>
Situação patrimonial do fundo de pensões	609	540
Excesso/(Insuficiência) de cobertura	<u>(73)</u>	<u>(64)</u>

Por forma a dar cumprimento ao mínimo de financiamento exigido pelo Banco de Portugal a 31-12-2019, €20.560 milhares para o Plano de Pensões ACT e €648 milhares para o Plano

Complementar, (correspondendo a 95% das responsabilidades passadas com ativos e 100% das responsabilidades com reformados e pensionistas), em janeiro de 2020 a CEMAH efetuou uma contribuição no montante de €1.075 milhares, sendo €1.036 milhares para o Plano de Pensões ACT e €39 milhares para o Plano de pensões Complementar.

A evolução do valor atual das responsabilidades por serviços passados com pensões de reforma e sobrevivência, SAMS e Subsídio por morte pode ser analisada como segue:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31	2018-12-31
Responsabilidades no início do exercício	19 673	20 323
Custo do serviço corrente	14	29
Custo dos juros	405	400
Pensões Pagas	(711)	(731)
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	1 709	(347)
Responsabilidades no fim do exercício	21 091	19 673

Plano de Pensões Complementar	2019-12-31	2018-12-31
Responsabilidades no início do exercício	604	588
Custo do serviço corrente	17	18
Custo dos juros	13	12
Pensões Pagas	-	-
Alterações ao Plano	-	-
Remensurações	48	(14)
Responsabilidades no fim do exercício	682	604

Em 31 de dezembro de 2019 a duração média das responsabilidades destes benefícios é de 14,5 anos para o plano ACT (31 de dezembro de 2018: 14,4 anos) e de 14,1 anos para o plano complementar (31 de dezembro de 2018: 13,7 anos).

O movimento ocorrido durante os exercícios de 2019 e de 2018, relativo aos valores dos ativos dos Fundos de Pensões foi como segue:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31	2018-12-31
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	18 333	19 485
Contribuições	820	322
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	(752)	(743)
Rendimento esperado dos activos	394	388
Remensurações	729	(1 119)
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	19 524	18 333

Plano de Pensões Complementar	2019-12-31	2018-12-31
Valor do Fundo de Pensões no início do exercício	540	551
Contribuições	34	8
Pagamento de Pensões, SAMS e Prémio Seguro de Vida	-	-
Rendimento esperado dos ativos	12	12
Remensurações	23	(31)
Valor do Fundo de Pensões no final do exercício	609	540

A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões ACT a 31 de dezembro de 2019 foi de 6,25% (2018: -3,47%). A taxa de rentabilidade real do Plano de pensões complementar a 31 de dezembro de 2019 foi de 6,25% (2018: -3,47%).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os montantes reconhecidos na demonstração de resultados da CEMAH relacionados com a cobertura de responsabilidades com pensões, SAMS e Subsídio de morte resumem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31	2018-12-31
Custo dos serviços correntes	14	29
Custo dos juros	405	400
Rendimento esperado dos ativos	(394)	(388)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	(49)	(49)
Prémio de seguro	41	36
Alterações ao plano	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	17	27

Plano de Pensões Complementar	2019-12-31	2018-12-31
Custo dos serviços correntes	18	18
Custo dos juros	13	12
Rendimento esperado dos ativos	(12)	(12)
Contribuições dos participantes e reembolso GRA	-	-
Prémio de seguro	-	-
Alterações ao plano	-	-
Total incluído em Custos com pessoal	18	18

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os montantes reconhecidos em balanço relacionados com responsabilidades com pensões, SAMS, subsídio de morte e respetiva cobertura encontram-se refletivos na nota 6.14.

As remensurações do exercício, registadas em Outro rendimento integral, decompõem-se como segue:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31	2018-12-31
Taxa de rentabilidade do Fundo	729	(1 119)
Responsabilidades nas pensões	(1 709)	347
Outros	-	-
	<u>(980)</u>	<u>(772)</u>

Plano de Pensões Complementar	2019-12-31	2018-12-31
Taxa de rentabilidade do Fundo	23	(31)
Responsabilidades nas pensões	(48)	14
Outros	-	-
	<u>(25)</u>	<u>(16)</u>

As remensurações decompõem-se pelas seguintes categorias:

Plano de Pensões ACT	2019-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	-	729	729
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	720	-	720
Desvios de alteração de pressupostos	(2 429)	-	(2 429)
	<u>(1 709)</u>	<u>729</u>	<u>(980)</u>

Plano de Pensões ACT	2018-12-31		
	Passivo do plano	Ativo do plano	Total
Desvios financeiros	347	(1 119)	(772)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	-	-	-
Desvios de alteração de pressupostos	-	-	-
	<u>347</u>	<u>(1 119)</u>	<u>(772)</u>

Plano de Pensões Complementar

	2019-12-31		Total
	Passivo do plano	Ativo do plano	
Desvios financeiros	-	23	23
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	30	-	30
Desvios de alteração de pressupostos	(77)	-	(77)
	(48)	23	(25)

Plano de Pensões Complementar

	2018-12-31		Total
	Passivo do plano	Ativo do plano	
Desvios financeiros	14	(31)	(16)
Desvios demográficos	-	-	-
Desvios de experiência	-	-	-
Desvios de alteração de pressupostos	-	-	-
	14	(31)	(16)

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos do Fundo do Plano de Pensões ACT apresentam a seguinte decomposição:

	2019-12-31		2018-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	13 572	69,6%	11 315	59,8%
Ações	4 204	21,6%	3 539	22,5%
Imobiliário	805	4,1%	814	4,3%
Retorno Absoluto	-	0,0%	805	4,4%
Liquidez	922	4,7%	1 860	9,0%
	19 503	100,0%	18 333	100,0%

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, os ativos do Fundo do Plano de Pensões Complementar apresentam a seguinte decomposição:

	2019-12-31		2018-12-31	
	Valor	Percentagem	Valor	Percentagem
Obrigações	439	69,6%	333	59,8%
Ações	136	21,6%	104	22,5%
Imobiliário	26	4,1%	24	4,3%
Retorno Absoluto	-	0,0%	24	4,4%
Liquidez	30	4,8%	55	9,0%
	631	100,0%	540	100,0%

6.16.2 Prémio de Final de Carreira

O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2019 é de €72 milhares. O montante das responsabilidades com serviços passados relativas ao prémio de final de carreira a 31 de dezembro de 2018 era de €65 milhares. Estas responsabilidades encontram-se registadas na rubrica Outros passivos (ver Nota 6.14).

6.16.3 Análises de Sensibilidade

Os impactos das análises de sensibilidade efetuadas para o plano de pensões, plano complementar e para o prémio de final de carreira são os seguintes:

	2019-12-31			2018-12-31		
	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complement	Prémio final de carreira	Plano de Pensões ACT	Plano de Pensões Complement	Prémio final de carreira
	Taxa de desconto - 0.5%	1 570	49	5	1 486	44
Taxa de desconto + 0.5%	(1 407)	(45)	(5)	(1 330)	(40)	(6)
Taxa de crescimento das pensões - 0.5%	(1 090)	(37)	-	(1 049)	(32)	-
Taxa de crescimento das pensões + 0.5%	1 185	40	-	1 150	35	-
Taxa de crescimento dos salários - 0.5%	(132)	(7)	(5)	(370)	(8)	(3)
Taxa de crescimento dos salários + 0.5%	135	7	5	404	8	3
Esperança de vida + 1 ano	867	26	-	732	20	-
Esperança de vida - 1 ano	(860)	(26)	-	(731)	(20)	-

6.17 Capital

Em 31 de dezembro de 2019, o capital estatutário da Caixa é de €19.932 milhares encontrando-se totalmente realizado (31 de dezembro de 2018 €18.932 milhares). A Caixa é detida a 100% pela Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo.

No decurso do exercício de 2019, foi realizado um aumento de capital, por parte do único acionista, no valor de €1 milhão.

De acordo com os Estatutos da Instituição – art.º 30º, os resultados da CEMAH, depois de feitas as amortizações, constituídas as devidas provisões e deduzidos os encargos e gastos legais e

institucionais, devem ter, sem prejuízo das disposições da Lei, a seguinte aplicação: 25% para reserva legal até ser atingido o respetivo limite legal de formação e 25% para reserva especial. Estatutariamente a CEMAH não se encontra sujeita à obrigação de distribuição aos acionistas de metade do lucro do exercício que, nos termos da lei, seja distribuível.

Não obstante, a CEMAH tem por finalidade pôr à disposição dos acionistas os resultados dos seus exercícios, feitas as deduções legal e estatutariamente devidas

6.18 Lucros retidos

A 31 de dezembro de 2019 e 2018 esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	2019-12-31	2018-12-31
Remensurações de benefícios pós emprego dos empregados	(1 781)	(776)
Dividendos retidos	1 736	316
Outras reservas de reavaliação e resultados transitados	84	(280)
	<u>39</u>	<u>(739)</u>

Os movimentos ocorridos nesta rubrica foram os seguintes:

	2019-12-31	2018-12-31
Resultados Transitados		
Saldo em 1 de janeiro	(739)	(11)
Resultado líquido ano anterior	2 839	1 266
Aplicação de resultados - Adoção NIC	-	-
Alocação impostos variação patrimoniais	-	-
IAS 19 - Remensurações	(1 005)	(764)
Transf.p/ reserva legal	(710)	(316)
Transf.p/ outras reservas	(710)	(316)
Transf.p/ capital	-	(316)
Resultados de exercícios anteriores	-	-
Impostos -IRC	-	-
Impacto implementação IFRS9	363	(280)
Saldo no fim do período	<u>39</u>	<u>(739)</u>

6.19 Reservas de reavaliação

Os saldos das contas de reserva de reavaliação decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Reserva reavaliação		
Reserva de justo valor (Ver Nota 6.4)	(59)	(1.017)
Resultados de instrumentos de capital ao justo valor através de OCI	53	13
Reservas de reavaliação legal	<u>569</u>	<u>569</u>
	563	(435)
Impostos diferidos	<u>10</u>	<u>213</u>
	<u><u>573</u></u>	<u><u>(222)</u></u>

A rubrica reserva de justo valor diz respeito à variação do justo valor dos títulos registados ao justo valor através do outro rendimento integral.

O saldo apresentado na rubrica Reserva de reavaliação legal em 31 de dezembro de 2019 e 2018, no montante de €569 milhares, resulta da reavaliação efetuada em exercícios anteriores dos imóveis de serviço próprio, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de fevereiro. Não foi efetuada qualquer reavaliação de ativos tangíveis durante os exercícios de 2019 e de 2018.

A reserva de reavaliação legal apenas poderá ser movimentada quando se considerar realizada, total ou parcialmente, e de acordo com a seguinte ordem de prioridades:

- (i) para corrigir qualquer excedente que se verifique, à data da reavaliação, entre o valor líquido contabilístico dos elementos reavaliados e o seu valor real atual;
- (ii) para cobrir prejuízos acumulados até à data a que se reporta a reavaliação, inclusive; e
- (iii) para incorporação no capital social, na parte remanescente.

6.20 Outras reservas

Os saldos das contas de outras reservas decompõem-se da seguinte forma:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Reserva legal	3 554	2 845
Reserva Especial	<u>2 592</u>	<u>1 882</u>
	<u><u>6 147</u></u>	<u><u>4 727</u></u>

Os movimentos ocorridos na rubrica de outras reservas foram os seguintes:

	2019-12-31	2018-12-31
Reserva legal		
Saldo em 1 de janeiro	2 845	2 528
Transf. Resultados Transitados	710	316
Transf. Para Capital	-	-
Saldo no fim do período	<u>3 554</u>	<u>2 845</u>
Reserva especial		
Saldo em 1 de janeiro	1 883	1 566
Transf. Resultados Transitados	710	316
Saldo no fim do período	<u>2 592</u>	<u>1 883</u>
Saldo no fim do período	<u><u>6 147</u></u>	<u><u>4 727</u></u>

A reserva legal destina-se a ocorrer a qualquer eventualidade e a cobrir prejuízos ou depreciações extraordinárias, conforme o artigo 7.º dos Estatutos da CEMAH. Também estatutariamente, o montante a creditar anualmente foi estabelecido para 25% do lucro líquido anual, percentagem essa, superior ao mínimo fixado legalmente. Durante o exercício de 2019 esta reserva sofreu um acréscimo de €710 milhares (2018: €316 milhares).

De acordo com os normativos em vigor, e previsto no artigo 8.º dos mesmos Estatutos, as instituições de crédito devem constituir reservas especiais destinadas a reforçar a situação líquida ou a cobrir prejuízos que a conta de lucros e perdas não possa suportar. Neste âmbito, e conforme estabelecido nos Estatutos, o montante a creditar anualmente é de 25% do lucro líquido anual, tendo esta reserva registado um acréscimo de €710 milhares durante o exercício de 2019 (2018: €316 milhares).

6.2I Contas extrapatrimoniais

As rubricas extrapatrimoniais apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Passivos eventuais		
Garantias e avales prestados	5 568	10 812
Outras garantias prestadas e outros passivos eventuais	-	-
Ativos dados em garantia (i)	7 762	8 214
	<u>13 330</u>	<u>19 026</u>
Garantias recebidas		
Garantias pessoais/institucionais		
Garantias e avales - Residentes	30 277	39 736
Garantias reais (ativos recebidos em garantia)		
Créditos - Residentes	259 117	246 207
	<u>289 394</u>	<u>285 943</u>
Compromissos perante terceiros		
Linhas de crédito irrevogáveis		
Crédito autorizado ao abrigo de contratos de mútuo, não utilizado	14 177	15 418
Outros compromissos	872	872
Linhas de crédito revogáveis	1 588	1 765
	<u>16 637</u>	<u>18 055</u>
Compromissos assumidos por terceiros		
Por compromissos irrevogáveis		
Por linhas de crédito irrevogáveis (ii)	4 740	4 742
	<u>4 740</u>	<u>4 742</u>
Operações cambiais - Instrumentos derivados		
Instrumentos de cobertura		
De divisas	138	377
	<u>138</u>	<u>377</u>
Responsabilidades por prestação de serviços		
De depósito e guarda de valores	41	42
De cobrança de valores	996	1 007
	<u>1 037</u>	<u>1 049</u>
Serviços prestados por terceiros		
Por depósito e guarda de valores - Ativos sob gestão (iii)	106 491	100 396
	<u>106 491</u>	<u>100 396</u>
Outras contas extrapatrimoniais		
Créditos abatidos ao ativo	2 848	2 975
Juros vencidos	-	-
Contas diversas (iv)	99 695	105 772
	<u>102 542</u>	<u>108 747</u>

(i) Diz respeito aos títulos dados em garantia ao Fundo de Garantia de Depósitos e ao Banco de Portugal no valor de €7.762 milhares (2018: €8.214 milhares);

(ii) Linha de crédito intradiária no Banco de Portugal e garantia do SICOLI;

(iii) Inclui ativos financeiros administrados por terceiros, representados por títulos, disponibilidades e aplicações a prazo (carteiras de títulos com contrato de gestão);

(iv) Inclui os valores de crédito vivo e vencido dos contratos renegociados.

6.22 Margem Financeira

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Juros e rendimentos similares		
Ativos financeiros pelo justo valor através de resultados	1	2
Ativos financeiros pelo justo valor através do outro rendimento integral	369	1 079
Ativos financeiros pelo custo amortizado		
Títulos de dívida	281	26
Aplicações Instituições de Crédito		
Mercado monetário interbancário		
Depósitos	30	46
Crédito clientes		
Empresas e Administrações Públicas		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	95	67
Empréstimos	3 194	3 622
Crédito conta corrente	426	127
Descobertos DO	99	559
Particulares		
Habitação	799	710
Consumo	621	612
Outras finalidades		
Descontos e out créd. titulados p/ efeitos	6	23
Empréstimos	1 440	1 423
Crédito conta corrente	75	16
Descobertos DO	153	145
Outros créditos e valores a receber (titulados)	1	87
Crédito vencido	51	67
Juros e rendimentos similares outros activos	41	11
Comissões recebidas associadas a operações de crédito	145	124
	<u>7 826</u>	<u>8 746</u>
Juros e encargos similares		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Recursos de Bancos Centrais	-	-
Recursos IC país	-	-
Depósitos à ordem	(0)	(0)
Depósitos a prazo do tipo promissória	1 040	1 504
Depósitos a prazo do tipo poupança	222	382
Juros de locações	4	-
	<u>1 266</u>	<u>1 885</u>
Margem financeira	<u>6 559</u>	<u>6 861</u>

Em 2019, das variações registadas na margem financeira, salienta-se a redução verificada tanto nos juros das aplicações como nos juros dos recursos da CEMAH, o que é resultado tanto da redução das taxas de juro de mercado face ao ano anterior como, particularmente no caso dos juros dos depósitos de clientes, da aproximação do preçário da CEMAH às condições do mercado. Face a 2018, os juros das aplicações a prazo da CEMAH registaram uma redução de €16 milhares, os juros

do crédito um decréscimo de €469 milhares e os juros dos recursos de clientes uma diminuição de €619 milhares (apesar de um aumento de cerca de €9.665 milhares registado no volume de depósitos entre dezembro de 2018 e dezembro de 2019).

Os juros e rendimentos similares de ativos financeiros ao justo valor através do outro rendimento integral e ao custo amortizado, que registaram um decréscimo de €457 milhares relativamente a 2018, correspondem ao rendimento dos ativos financeiros em que a CEMAH se encontra investida como uma alternativa de aplicação do excedente de liquidez da CEMAH diferente dos depósitos em outras instituições de crédito e da sua manutenção junto do Banco de Portugal, onde se encontraria sujeito a uma taxa de juro negativa.

Os juros suportados das locações são registados em juros e encargos similares, e representam em 2019 €4 milhares.

6.23 Rendimentos de instrumentos de capital

Dos €75 milhares do valor da rubrica Rendimentos de instrumentos de capital constam €21 milhares de dividendos recebidos da participação na SIBS.

6.24 Comissões Líquidas

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Rendimentos de serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados	515	431
Por garantias prestadas	166	409
Emissão de cheques	133	133
Comissões de processamento	371	508
Multibanco	891	834
Comissões de manutenção	24	23
Comissão levantamento numerário	77	79
Outras	146	113
	<u>2 323</u>	<u>2 530</u>
Encargos com serviços e comissões		
Por operações realizadas por terceiros	(52)	(85)
Outras	(772)	(749)
	<u>(824)</u>	<u>(834)</u>
	<u><u>1 499</u></u>	<u><u>1 695</u></u>

Das comissões recebidas associadas ao Multibanco, €402 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€358 milhares em 2018). Das outras comissões pagas, €322 milhares dizem respeito ao tarifário interbancário (€305 milhares em 2018).

Ainda das Outras comissões pagas constam €358 milhares de comissões pagas às entidades gestoras e depositárias da carteira de títulos da CEMAH (€360 milhares em 2018).

6.25 Resultados líquidos em operações financeiras

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Resultados ativos financeiros detidos para negociação	(13)	(27)
Resultados ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral (líquido)	2 004	2 878
Resultados ativos e passivos contabilizados ao justo valor através dos resultados (líquido)	(0)	(9)
Resultados reavaliação cambial (líquido)	209	224
	<u>2 200</u>	<u>3 065</u>

Os resultados cambiais relacionam-se essencialmente com ganhos associados aos câmbios EUR/USD, EUR/CAD e EUR/GBP.

Os ganhos e perdas registados na carteira de ativos financeiros pelo justo valor através de outro rendimento integral em 2019 foram inferiores em € 874 milhares aos realizados em 2018.

6.26 Outros resultados de exploração

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Outros rendimentos de exploração		
Outras receitas operacionais	377	433
	<u>377</u>	<u>433</u>
Outros encargos de exploração		
Quotizações e donativos	69	33
Contribuições para o fundo de garantia de depósitos	1	1
Outros ativos fixos tangíveis	1	-
Outros gastos operacionais	433	317
Outros impostos	155	143
	<u>658</u>	<u>494</u>
	<u>(281)</u>	<u>(61)</u>

Dos valores registados em outras receitas operacionais constam, entre outros, rendas de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio, recebimentos de créditos considerados incobráveis e os incentivos recebidos do Governo Regional associados à promoção do emprego (PIIE e Integra).

A rubrica dos outros gastos operacionais subdivide-se da seguinte forma:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Outros gastos operacionais		
Plataforma Bloomberg	27	20
Gastos com Sistemas de Pagamentos	46	31
IVA não dedutível locações financeiras	8	-
Contributo para Fundo de Resolução	59	45
Remuneração Reserva Excedentária	238	127
Contributo para Fundo Único de Resolução	2	7
Estorno Comissões e Encargos	4	-
Outros custos aceites fiscalmente	45	88
Outros custos não aceites fiscalmente	4	-
	<u>433</u>	<u>317</u>

6.27 Custos com pessoal

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Remunerações dos órgãos de gestão e fiscalização	327	332
Remunerações dos empregados	2 947	2 772
Encargos sociais obrigatórios	1 060	994
Outros custos com pessoal	46	46
	<u>4 381</u>	<u>4 144</u>

Durante os exercícios de 2019 e 2018 o número de empregados e administradores executivos ao serviço da CEMAH, a 31 de dezembro, apresenta-se como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Administradores executivos	3	3
Quadros superiores	13	12
Outros quadros	18	17
Administrativos	30	24
Outros colaboradores	77	72
	<u>141</u>	<u>128</u>

6.28 Gastos gerais administrativos

A rubrica apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Gastos gerais administrativos		
Com fornecimentos		
Água, energia e combustíveis	81	89
Material de consumo corrente	149	84
Publicações	5	4
Material de higiene e limpeza	3	3
Outros fornecimentos de terceiros	138	123
Com serviços		
Rendas e alugueres	5	111
Comunicações	271	259
Deslocações, estadas e representação	89	105
Publicidade e edição de publicações	148	127
Conservação e reparação	202	222
Formação de pessoal	21	46
Seguros	26	30
Serviços especializados	1 685	1 538
Outros serviços de terceiros	27	66
Com outras operações de Locação		
Leasing de curto prazo	-	-
Leasing de baixo valor	14	-
	<u>2 865</u>	<u>2 807</u>

No âmbito dos gastos gerais administrativos suportados pela CEMAH assumem particular relevância os valores referentes aos serviços especializados, no montante de €1.685 milhares (2018: €1.538 milhares), representando àquela data cerca de 59% (2017: 55%) do total de gastos gerais administrativos. Estes incluem essencialmente a prestação de serviços pela SIBS e os honorários dos auditores e consultores externos.

Assumem também valores significativos os gastos referentes a comunicações, no montante de €271 milhares (2018: 259 milhares), necessárias ao desenvolvimento da atividade da Caixa.

Também a necessidade de se proceder à manutenção e reparação contínua do património imobiliário tem exigido um esforço financeiro significativo à CEMAH, conforme se pode verificar pelo peso da respetiva rubrica no total dos gastos gerais administrativos que em 31 de dezembro de 2019 ascende a €202 milhares (2018: €222 milhares).

Encontram-se ainda reconhecidas como Gastos gerais administrativos da Caixa os pagamentos referentes às locações consideradas de baixo valor, conforme expediente prático previsto na norma.

Dando cumprimento à alínea b) do n.º 1 do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, os montantes totais pagos pelos serviços contratados durante o exercício de 2019 com a sociedade de revisores oficiais de contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A. e em 2018 com a PricewaterhouseCoopers & Associados resumem-se conforme:

	2019-12-31		2018-12-31	
	Honorários contratados	Honorários pagos	Honorários contratados	Honorários pagos
Revisão Legal de Contas	118	49	140	144
Outros serviços de garantia de fiabilidade	35	22	45	43
Outros	28	23	28	28
	<u>181</u>	<u>94</u>	<u>213</u>	<u>214</u>

Os outros serviços de garantia de fiabilidade incluem os serviços prestados no âmbito da emissão dos relatórios sobre a imparidade de crédito e do relatório sobre o sistema de controlo interno subjacente ao processo de preparação e divulgação de informação financeira.

6.29 Resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda (líquido)

Os resultados de ativos não correntes e grupos para alienação classificados como detidos para venda respeitam a mais-valias e menos-valias realizadas na alienação de imóveis recebidos em reembolso de crédito próprio.

	2019-12-31	2018-12-31
Mais-valias realizadas	26	30
Menos-valias realizadas	(135)	(223)
	<u>(109)</u>	<u>(193)</u>

6.30 Impostos sobre lucros

Os lucros apurados pela CEMAH são tributados em sede de IRC. A liquidação e pagamento do IRC são efetuados com base na declaração modelo 22, que fica sujeita a inspeção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos, exceto no caso de ter sido efetuado

reporte de prejuízos fiscais, bem como qualquer outra dedução ou crédito de imposto, em que o prazo de caducidade é o do exercício desse direito.

Apuramento do imposto corrente do exercício

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Resultado antes de impostos	695	3.378
Variações patrimoniais	(1.029)	(967)
Provisões/Imparidades não dedutíveis ou acima dos limites fiscais	271	288
Reversão de provisões/Imparidades tributadas	(1.764)	(270)
Mais e menos valias fiscais	(216)	(173)
Outros valores	111	442
Resultado fiscal	<u>(1.932)</u>	<u>2.697</u>

A taxa nominal de imposto é de 21% (ver Nota 2.3.9). A taxa efetiva de imposto encontra-se influenciada, essencialmente, por variações patrimoniais relacionada com o Fundo de Pensões e pela reversão de imparidades tributadas no âmbito do anterior regime fiscal aplicável às imparidades.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva do imposto é analisada como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Resultado antes de impostos	695	3.378
Taxa de imposto corrente (%)	21,00%	21,00%
Imposto esperado	146	709
Variações patrimoniais	(223)	(203)
Mais e menos valias fiscais	(45)	(36)
Outros valores	(11)	28
Contribuição sobre o setor bancário	29	25
Derramas municipal e estadual	-	47
Tributação autónoma	25	12
Dupla tributação jurídica internacional	-	(28)
Correções relativas a exercícios anteriores	121	(15)
Total dos impostos sobre o rendimento	43	539
Taxa efetiva (%)	6,16%	15,95%

Reconciliação entre o custo do exercício e o saldo em balanço em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Imposto corrente do exercício	25	597
Regularização de estimativa do exercício anterior	121	(15)
Reconhecimento/Desreconhecimento de impostos diferidos	<u>(103)</u>	<u>(43)</u>
	<u>43</u>	<u>539</u>

Apuramento do imposto diferido do exercício

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o valor dos impostos diferidos ativos e passivos registrados em balanço é como segue:

	<u>2019-12-31</u>	<u>2018-12-31</u>
Impostos diferidos:		
Ativos	1 386	1 349
Passivos	<u>(137)</u>	<u>-</u>
	<u>1 250</u>	<u>1 349</u>
Registados por contrapartida de:		
Resultados do exercício	103	43
Reservas de reavaliação (justo valor)	(201)	831
Outras reservas e resultados transitados	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>
	<u>(100)</u>	<u>874</u>

O movimento ocorrido nos impostos diferidos registrados durante os exercícios de 2019 e 2018 é como segue:

2019

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balço		Resultados	Reserva justo valor
	2019-01-01	2019-12-31	2019-01-01	2019-12-31	2019-12-31	2019-12-31
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	4 306	3 423	904	719	(186)	-
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	430	107	90	22	(68)	-
Crédito incobrável	81	81	17	17	-	-
Imparidade ativos não correntes	-	150	-	32	32	-
Imparidade imóveis serviço próprio	-	62	-	13	13	-
Prêmios de final de carreira	65	72	14	15	2	-
Títulos (reserva justo valor)	1 017	59	214	12	-	(201)
Reserva reavaliação	363	-	76	-	(76)	-
Reserva cambial	(3)	(11)	(1)	(2)	-	(2)
Imparidade títulos	93	27	19	6	(14)	-
Resp. passadas fundo complementar	142	107	30	22	(7)	-
Imparidade devedores diversos	9	15	2	3	1	-
Reavaliação imóveis	(79)	(74)	(16)	(15)	1	-
Prejuízo fiscal	-	1 932	-	406	406	-
	<u>6 425</u>	<u>5 950</u>	<u>1 349</u>	<u>1 250</u>	<u>103</u>	<u>(203)</u>

2018

Descrição	Impostos diferidos					
	Base para imposto		Balço		Resultados	Reserva justo valor
	2018-01-01	2018-12-31	2018-01-01	2018-12-31	2018-12-31	2018-12-31
Provisões tributadas:						
- Crédito hipotecário	4 112	4 306	864	904	41	-
- Excesso Aviso 3/95 e Imparidade extrapatrimonial	422	430	89	90	2	-
Crédito incobrável	-	81	-	17	17	-
Prêmios de final de carreira	68	65	14	14	(1)	-
Títulos (reserva justo valor)	(2 941)	1 017	(618)	214	-	831
Reserva reavaliação	363	363	76	76	-	-
Reserva cambial	-	(3)	-	(1)	(1)	-
Imparidade títulos	139	93	29	19	(10)	-
Resp. passadas fundo complementar	178	142	37	30	(7)	-
Imparidade devedores diversos	4	9	1	2	1	-
Reavaliação imóveis	(83)	(79)	(17)	(16)	1	-
Prejuízo fiscal	2 273	-	477	-	(477)	-
	<u>4 535</u>	<u>6 425</u>	<u>952</u>	<u>1 349</u>	<u>(435)</u>	<u>831</u>

Os ativos e passivos por impostos diferidos correspondem ao valor do imposto a recuperar ou a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre a base contábilística dos ativos e passivos e a sua base fiscal. Os impostos diferidos foram calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respetivo ativo ou liquidado o passivo, mais concretamente à taxa de 21%.

6.31 Transações com entidades relacionadas

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as entidades relacionadas da Caixa são as seguintes:

Acionista

Santa Casa da Misericórdia de Angra do Heroísmo

Outras empresas relacionadas

SOMAR, Lda.

Membros do Conselho de Administração

António Gabriel Fraga Martins Maio

Eduardo Barbosa do Couto

Maria Laurentina Nunes Mendes

Membros do Conselho Fiscal

João Pedro Mendes de Menezes Cardoso

Paula Cristina Fagundes de Sousa Teixeira

Carla Patrícia Carvalho Bretão Martins

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o montante global dos ativos, passivos, custos e proveitos e responsabilidades extrapatrimoniais relativos a operações realizadas com entidades relacionadas resume-se como segue:

2019-12-31	Acionista	Entidades relacionadas	Membros do Conselho de Administração	Membros do Conselho Fiscal	Total
Ativos					
Crédito	1 781	350	10	-	2 141
	<u>1 781</u>	<u>350</u>	<u>10</u>	<u>-</u>	<u>2 141</u>
Passivos					
Depósitos	286	-	94	39	419
	<u>286</u>	<u>-</u>	<u>94</u>	<u>39</u>	<u>419</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	22	11	0	0	33
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	<u>22</u>	<u>11</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>33</u>
Custos					
Juros e encargos similares	1	-	0	-	1
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos e	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2018-12-31	Membros				Total
	Acionista	Entidades relacionadas	do Conselho de Administração	Membros do Conselho Fiscal	
Ativos					
Crédito	1 768	382	17	-	2 165
	<u>1 768</u>	<u>382</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>2 165</u>
Passivos					
Depósitos	337	-	210	29	576
	<u>337</u>	<u>-</u>	<u>210</u>	<u>29</u>	<u>576</u>
Proveitos					
Juros e rendimentos similares	12	10	0	0	22
Comissões recebidas	-	-	-	-	-
	<u>12</u>	<u>10</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>22</u>
Custos					
Juros e encargos similares	5	-	2	-	7
Donativos	-	-	-	-	-
	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>7</u>
Extrapatrimoniais					
Garantias prestadas e outros passivos e	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

De salientar que todas as operações passivas e ativas com entidades relacionadas foram transacionadas de acordo com o preçário normal da Caixa.

O movimento nos exercícios de 2019 e 2018 referente a crédito concedido e depósitos recebidos de entidades relacionadas resume-se como segue:

	Acionista		Entidades relacionadas		Membros do Conselho de Administração		Membros do Conselho Fiscal	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Empréstimos								
Empréstimos em 1 de janeiro	1 768	1 943	382	410	17	10	-	-
Empréstimos emitidos durante o ano	1 900	1 950	275	275	21	21	-	-
Empréstimos pagos durante o ano	(1 887)	(2 125)	(306)	(303)	(28)	(14)	-	-
Empréstimos em 31 de dezembro	<u>1 781</u>	<u>1 768</u>	<u>350</u>	<u>382</u>	<u>10</u>	<u>17</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Rendimento de juros	<u>22</u>	<u>12</u>	<u>11</u>	<u>10</u>	<u>0</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>-</u>
Depósitos								
Depósitos em 1 de janeiro	337	327	-	-	210	248	29	29
Movimentos líquidos do ano	(51)	10	-	-	(116)	(38)	10	0
Depósitos em 31 de dezembro	<u>286</u>	<u>337</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>94</u>	<u>210</u>	<u>39</u>	<u>29</u>
Custo de juros de depósitos	<u>1</u>	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>0</u>	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

6.32 Passivos contingentes

Passivos contingentes originados pelo Fundo de Resolução

O Fundo de Resolução é uma pessoa coletiva de direito público com autonomia administrativa e financeira, criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que se rege pelo Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (“RGICSF”) e pelo seu regulamento e que tem como missão prestar apoio financeiro às medidas de resolução aplicadas pelo Banco de Portugal, na qualidade de autoridade nacional de resolução, e para desempenhar todas as demais funções conferidas pela lei no âmbito da execução de tais medidas.

A Caixa, a exemplo da generalidade das instituições financeiras a operar em Portugal, é uma das instituições participantes no Fundo de Resolução, efetuando contribuições que resultam da aplicação de uma taxa definida anualmente pelo Banco de Portugal tendo por base, essencialmente, o montante dos seus passivos. Em 2019, a contribuição periódica efetuada pela Caixa ascendeu a €59 milhares de Euros, tendo por base uma taxa contributiva de 0,057%. Adicionalmente, efetuou contribuições sobre o setor bancário no montante de €138 milhares de Euros.

Medida de resolução aplicada ao Banco Espírito Santo, S.A.

No âmbito da sua responsabilidade enquanto autoridade de supervisão e resolução do sector financeiro português, o Banco de Portugal, em 3 de agosto de 2014, decidiu aplicar ao Banco Espírito Santo, S.A. (“BES”) uma medida de resolução, ao abrigo do n.º 5 do artigo 145º-G do RGICSF, que consistiu na transferência da generalidade da sua atividade para um banco de transição, denominado Novo Banco, S.A. (“Novo Banco”), criado especialmente para o efeito.

Para realização do capital social do Novo Banco, o Fundo de Resolução, enquanto acionista único, disponibilizou 4.900 milhões de Euros, dos quais 365 milhões de Euros correspondiam a recursos financeiros próprios. Foi ainda concedido um empréstimo por um sindicato bancário ao Fundo de Resolução, no montante de 700 milhões de Euros, sendo a participação de cada instituição de crédito ponderada em função de diversos fatores, incluindo a respetiva dimensão. O restante montante (3.900 milhões de Euros) teve origem num empréstimo reembolsável concedido pelo Estado Português.

Na sequência da aplicação da referida medida de resolução, a 7 de julho de 2016, o Fundo de Resolução declarou que iria analisar e avaliar as diligências a tomar na sequência da publicação do relatório sobre os resultados do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de

insolvência normal do BES a 3 de agosto de 2014. Nos termos da lei aplicável, caso se venha a verificar que os credores cujos créditos não tenham sido transferidos para o Novo Banco assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o BES tivesse entrado em processo de liquidação em momento imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

A 31 de março de 2017, o Banco de Portugal comunicou ter selecionado o Fundo Lone Star para a compra do Novo Banco, a qual foi concluída em 17 de outubro de 2017, mediante a injeção pelo novo acionista de 750 milhões de euros, à qual se seguirá uma nova entrada de capital de 250 milhões de euros, a concretizar num período de até três anos. Com esta operação cessou o estatuto de banco de transição do Novo Banco, tendo o Fundo Lone Star passado a deter 75% do capital social do Novo Banco e o Fundo de Resolução os remanescentes 25%, ainda que sem os correspondentes direitos de voto.

No dia 26 de fevereiro de 2018, a Comissão Europeia divulgou a versão não confidencial da decisão de aprovação do auxílio do Estado subjacente ao processo de venda do Novo Banco, a qual contempla um mecanismo de capitalização contingente, nos termos do qual o Fundo de Resolução, enquanto acionista, poderá ser chamado a realizar injeções de capital no caso de se materializarem certas condições relacionadas com o desempenho de um conjunto restrito de ativos do Novo Banco e a evolução dos níveis de capital do banco.

Este mecanismo é acionado anualmente, com base nas contas anuais do Novo Banco certificadas pelo respetivo auditor, estando prevista a possibilidade de apuramentos intra-anuais apenas no caso de incumprimento, pelo Novo Banco, dos requisitos prudenciais. Para efeitos deste mecanismo, são consideradas as diferenças de valorização dos ativos (positivas ou negativas) face ao seu valor contabilístico, líquido de imparidades, registado a 30 de junho de 2016 (cerca de 7,9 mil milhões de Euros de acordo com a informação prestada pelo Novo Banco). Assim, são consideradas perdas ou ganhos económicos, resultantes, por exemplo, da venda de ativos ou da reestruturação de créditos, mas também as imparidades, ou a sua reversão, registadas pelo Novo Banco, nos termos das normas de contabilidade, bem como os custos de financiamento associados à manutenção dos ativos no balanço do Novo Banco.

Ao abrigo do referido mecanismo, na apresentação de resultados do ano de 2019, realizada em 28 de fevereiro de 2020, o Novo Banco divulgou que irá solicitar ao Fundo de Resolução uma compensação de 1.037 milhões de euros. Neste sentido, o valor total das compensações solicitadas

em 2017 e 2018 e a solicitar relativamente a 2019 totalizam 2.980 milhões de euros, sendo o montante máximo de compensação estabelecido no Mecanismo de Capital Contingente de 3.890 milhões de euros.

Medida de resolução aplicada ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

Em 19 de dezembro de 2015, o Banco de Portugal deliberou declarar que o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (“Banif”) se encontrava «em risco ou em situação de insolvência» e iniciar um processo de resolução urgente da instituição na modalidade de alienação parcial ou total da sua atividade, e que se materializou na alienação em 20 de dezembro de 2015 ao Banco Santander Totta S.A. (“Santander Totta”) dos direitos e obrigações, constituindo ativos, passivos, elementos extrapatrimoniais e ativos sob gestão do Banif por 150 milhões de Euros.

A maior parte dos ativos que não foram objeto de alienação foram transferidos para um veículo de gestão de ativos, denominado Oitante, S.A. (“Oitante”), criado especificamente para o efeito, o qual tem como acionista único o Fundo de Resolução. A Oitante procedeu à emissão de obrigações representativas de dívida, no montante de 746 milhões de Euros, tendo sido prestada uma garantia pelo Fundo de Resolução e uma contragarantia pelo Estado Português.

Esta operação envolveu um apoio público estimado em 2.255 milhões de Euros que visou cobrir contingências futuras e que foi financiado em 489 milhões de Euros pelo Fundo de Resolução e 1.766 milhões de Euros diretamente pelo Estado Português.

A 21 de julho de 2016, o Fundo de Resolução efetuou um pagamento ao Estado, no montante de 163.120 milhares de Euros, a título de reembolso parcial antecipado da medida de resolução aplicada ao Banif, permitindo que o valor em dívida baixasse de 489 milhões de Euros para 353 milhões de Euros.

A esta data ainda não são conhecidas as conclusões do exercício de avaliação independente, realizado para estimar o nível de recuperação de crédito para cada classe de credores no cenário hipotético de um processo de insolvência normal do Banif a 20 de dezembro de 2015. Tal como referido acima para o BES, caso se venha a verificar que os credores assumem um prejuízo superior ao que hipoteticamente teriam caso o Banif tivesse entrado em processo de liquidação em momento

imediatamente anterior ao da aplicação da medida de resolução, esses credores têm direito a receber a diferença do Fundo de Resolução.

Responsabilidades e financiamento do Fundo de Resolução

Na sequência das medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif e do acordo de venda do Novo Banco à Lone Star, o Fundo de Resolução contraiu os empréstimos referidos acima e assumiu responsabilidades e passivos contingentes resultantes de:

- efeitos da aplicação do princípio de que nenhum credor da instituição de crédito sob resolução pode assumir um prejuízo maior do que aquele que assumiria caso essa instituição tivesse entrado em liquidação;
- efeitos negativos decorrentes do processo de resolução de que resultem responsabilidades ou contingências adicionais para o Novo Banco que têm que ser neutralizados pelo Fundo de Resolução;
- processos judiciais contra o Fundo de Resolução;
- garantia prestada às obrigações emitidas pela Oitante. Esta garantia está contragarantida pelo Estado Português;
- mecanismo de capitalização contingente associado ao processo de venda do Novo Banco à Lone Star.

Por forma a preservar a estabilidade financeira por via da promoção das condições que conferem previsibilidade e estabilidade ao esforço contributivo para o Fundo de Resolução, o Governo Português chegou a acordo com a Comissão Europeia no sentido de serem alteradas as condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes ao Fundo de Resolução. Para o efeito, foi formalizado um aditamento aos contratos de financiamento ao Fundo de Resolução, que introduziu um conjunto de alterações sobre os planos de reembolso, as taxas de remuneração, e outros termos e condições associados a esses empréstimos, por forma a que os mesmos se ajustem à capacidade do Fundo de Resolução cumprir integralmente as suas obrigações com base nas suas receitas regulares, isto é, sem necessidade de serem cobradas, aos bancos participantes no Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuição extraordinária.

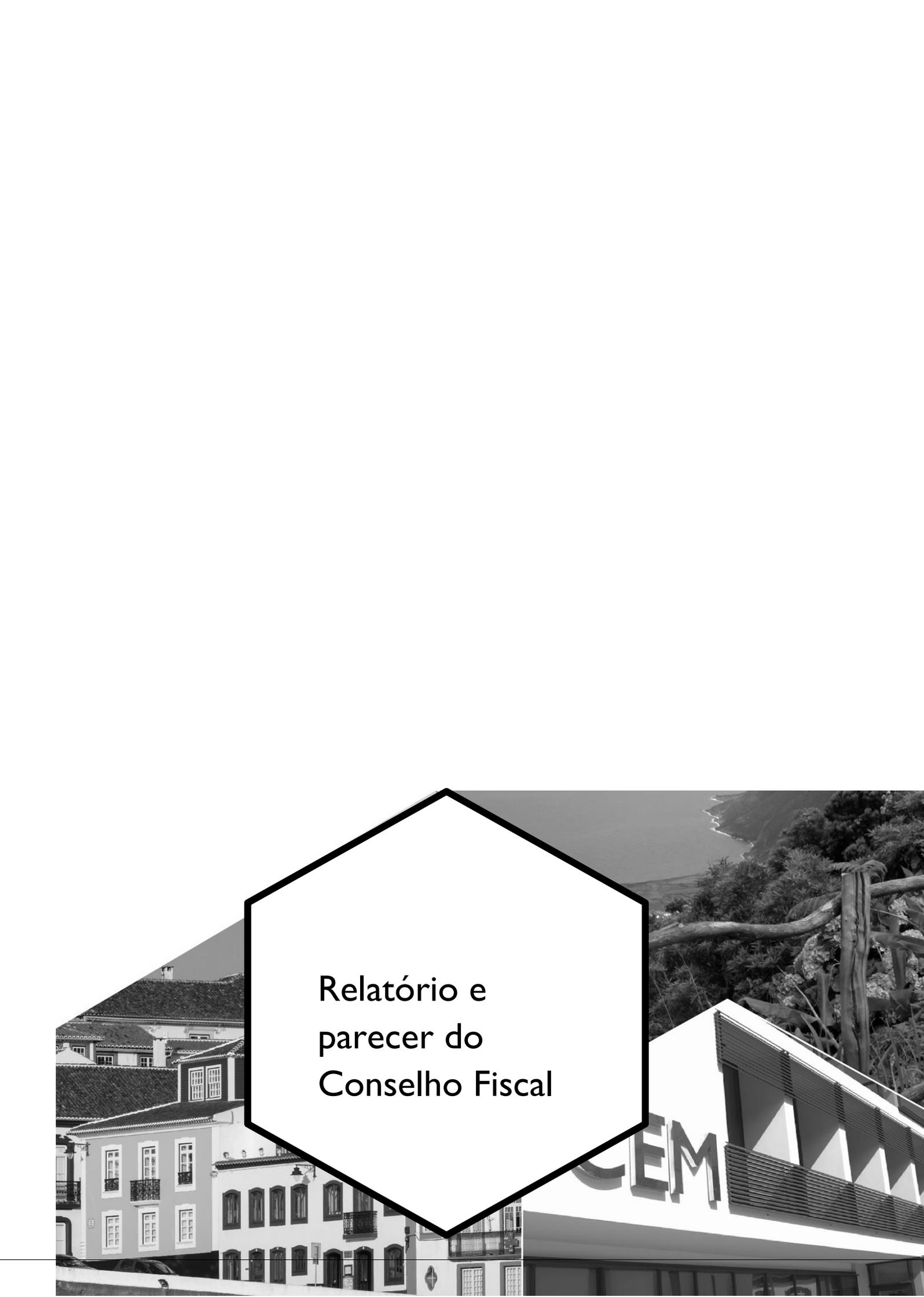
De acordo com o comunicado do Fundo de Resolução de 31 de março de 2017, a revisão das condições dos financiamentos concedidos pelo Estado Português e pelos bancos participantes visou

assegurar a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do Fundo de Resolução, com base num encargo estável, previsível e comportável para o sector bancário. Com base nesta revisão, o Fundo de Resolução considerou estar assegurado o pagamento integral das suas responsabilidades, bem como a respetiva remuneração, sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do sector bancário.

Neste contexto, à data de 31 de dezembro de 2019, não existe qualquer estimativa relativamente ao valor global das perdas resultantes do processo de alienação do Novo Banco, das referidas litigâncias e outras contingências associadas ao processo de resolução do Banco Espírito Santo e das eventuais perdas a incorrer pelo Fundo de Resolução na sequência da resolução do BANIF.

Não obstante a possibilidade prevista na legislação aplicável de cobrança de contribuições especiais, atendendo à renegociação das condições dos empréstimos concedidos ao Fundo de Resolução pelo Estado Português e por um sindicato bancário, e aos comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, as presentes demonstrações financeiras refletem a expectativa do Conselho de Administração de que não serão exigidas à Caixa contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiamento do Fundo de Resolução.

Eventuais alterações relativamente a esta matéria podem ter implicações relevantes nas demonstrações financeiras da Caixa.



Relatório e
parecer do
Conselho Fiscal

Relatório e parecer do Conselho de Fiscal

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhor Acionista,

Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração de Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo (CEMAH) relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da CEMAH. Verificámos a evolução das contas, bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da CEMAH e apresentação das demonstrações financeiras, do sistema de gestão de risco e da auditoria interna, vigiámos, também, pela observância da lei e dos estatutos.

Tomámos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas, Deloitte & Associados, SROC, S.A., dos quais recebemos o Relatório Adicional nos termos dos nº 1, 2 e 6 do artigo 24º do Decreto-Lei 148/2015 e apreciamos a Certificação Legal das Contas que se encontra sem reservas.

No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i.** o Balanço, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo permitem uma adequada compreensão da situação financeira da CEMAH, dos seus resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii.** as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados conforme se verifica pelos testes realizados no âmbito do trabalho da equipa de auditoria e expresso no relatório adicional entregue ao Conselho Fiscal;
- iii.** o Relatório de gestão evidenciando os aspetos mais significativos da atividade;
- iv.** a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i. seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii. sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii. seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

O Conselho Fiscal é da opinião que a procura de soluções para o reposicionamento e redimensionamento da CEMAH no mercado bancário atenta à constante evolução do mesmo, deve ser uma preocupação constante dos órgãos sociais e de todos os responsáveis pelos departamentos.

Realça-se ainda a nota 6.33 do anexo às demonstrações financeiras, bem com o enfase do ROC, sobre a pandemia Covid-19. É uma situação complexa que proporciona a existência de riscos e oportunidades no mercado bancário.

Por fim, entendemos ser importante evidenciar o desempenho, a persistência e resiliência do Conselho de Administração perante todos os dossiers complexos que foram sendo resolvidos durante o ano 2019.

Aproveitamos ainda para expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da CEMAH com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

Angra do Heroísmo, 19 de maio de 2020

João Pedro Cardoso



Presidente do Conselho Fiscal

Paula Teixeira



Vogal do Conselho Fiscal

Carla Bretão Martins



Vogal do Conselho Fiscal



Certificação
Legal de Contas

Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em milhares de euros – m.euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. (Caixa ou CEMAH), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 437.827 m.euros e um total de capital próprio de 27.342 m.euros, incluindo um resultado líquido de 652 m.euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes da Caixa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme descrito na nota 6.33 do anexo às demonstrações financeiras, em março de 2020 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde a pandemia resultante da disseminação do novo coronavírus ("COVID-19"). Esta situação e a sua evolução poderão vir a ter impactos significativos na envolvente económica global, e conseqüentemente na atividade futura da Caixa, na valorização dos seus ativos e na sua rentabilidade e rácios de capital. A extensão e o grau de severidade destes impactos não são ainda determináveis. Com base em toda a informação disponível à data, o Conselho de Administração não antecipa impactos que possam afetar a continuidade das operações da Caixa.

A nossa opinião não é modificada com respeito a esta matéria.

PA

"Deloitte" refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"). A DTTL (também referida como "Deloitte Global") e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 6.5 e 6.11)</i>	
<p>As perdas acumuladas por imparidade de ativos financeiros ao custo amortizado – crédito a clientes e as provisões para garantias e outros compromissos (“perdas por imparidade para risco de crédito”) registadas no balanço da Caixa em 31 de dezembro de 2019 ascendem a 5.942 m.euros e a 151 m.euros, respetivamente.</p> <p>As perdas por imparidade para risco de crédito representam a melhor estimativa do órgão de gestão da Caixa das perdas esperadas para a sua carteira de crédito na data de referência das demonstrações financeiras, tendo em consideração os requisitos da IFRS 9 – “Instrumentos financeiros”. Estas perdas por imparidade são determinadas através de análise individual para clientes de elevada exposição e risco e através de análise coletiva para as exposições sujeitas a análise individual às quais não foi atribuída imparidade individual e para as restantes exposições que não são objeto de análise individual.</p> <p>A determinação das perdas por imparidade para risco de crédito através de análise individual tem inerente uma forte componente julgamental por parte do órgão de gestão sobre a informação disponível, nomeadamente na identificação de indícios de imparidade e na estimativa do valor atual do montante que a Caixa espera recuperar do crédito, a qual incorpora também pressupostos acerca de acontecimentos futuros que poderão não se concretizar da forma esperada e reflete as intenções do órgão de gestão em cada momento quanto à gestão e detenção futura dos créditos.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa no processo de identificação e apuramento das perdas por imparidade para a sua carteira de crédito. • Seleção de uma amostra de clientes objeto de análise individual de imparidade pela Caixa, a qual incluiu as maiores exposições, bem como exposições selecionadas aleatoriamente. • Para a amostra selecionada, análise da razoabilidade da estimativa de perdas por imparidade para risco de crédito registada nas demonstrações financeiras com base na revisão dos julgamentos da Caixa sobre a informação disponível quanto à situação económica e financeira dos clientes, valorização dos colaterais que prestaram e perspetivas sobre a evolução da sua atividade e também das intenções do órgão de gestão relativas à gestão e detenção futura desses créditos. • Ao nível da imparidade coletiva: (i) entendimento das principais características do modelo de imparidade e análise crítica da razoabilidade das metodologias utilizadas pela Caixa; (ii) análise numa base de amostragem do cálculo dos parâmetros de risco e da imparidade coletiva; e (iii) validação numa base de amostragem dos inputs utilizados no apuramento dos principais parâmetros de risco e do valor dos colaterais considerados na determinação das perdas por imparidade para risco de crédito.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Imparidade para ativos financeiros ao custo amortizado - crédito a clientes e provisões para garantias e outros compromissos (Notas 6.5 e 6.11)</i>	
<p>As perdas por imparidade para risco de crédito determinadas no âmbito da análise coletiva baseiam-se num modelo com alguma complexidade, uma vez que considera no cálculo da imparidade diversas variáveis, nomeadamente características das operações, classificação das exposições creditícias em <i>stages</i>, incluindo a avaliação da existência de incremento significativo de risco desde o reconhecimento inicial, valor dos colaterais, e parâmetros de risco, como a probabilidade de incumprimento e taxas de recuperação (<i>loss given default</i>).</p> <p>Diferentes metodologias ou pressupostos utilizados na análise de imparidade e diferentes estratégias de recuperação condicionam a estimativa dos fluxos de recuperação e o momento previsto para o seu recebimento, podendo ter impacto relevante na determinação da imparidade.</p>	<ul style="list-style-type: none">• Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relativamente a estas matérias, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Responsabilidades com pensões de reforma – Principais pressupostos atuariais (Nota 6.16)</i>	
<p>A Caixa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores e pensionistas pensões de reforma e outros benefícios associados nos termos definidos nos acordos coletivos de trabalho. Em 31 de dezembro de 2019, as responsabilidades da Caixa por serviços passados com pensões de reforma e outros benefícios associados ascendem a 21.773 m.euros.</p> <p>As responsabilidades da Caixa associadas aos planos de benefício definido foram apuradas pelo atuário responsável, considerando um conjunto de pressupostos atuariais, entre os quais, taxa de desconto, taxas de crescimento dos salários e das pensões e tábuas de mortalidade.</p> <p>Eventuais alterações nos pressupostos atuariais podem ter impactos relevantes nas responsabilidades com serviços passados relativas a pensões.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise das atividades de controlo relevantes implementadas pela Caixa na determinação dos principais pressupostos atuariais utilizados no apuramento de responsabilidades por serviços passados relativas a pensões. • Verificação da certificação do atuário responsável junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) e análise da sua declaração de independência constante no estudo atuarial de 31 de dezembro de 2019. • Leitura do estudo atuarial com referência a 31 de dezembro de 2019 e discussão dos principais pressupostos atuariais usados. • Análise da razoabilidade dos principais pressupostos atuariais utilizados na quantificação das responsabilidades com pensões, tendo em consideração: (i) estudo atuarial; (ii) dados de mercado disponíveis; (iii) informação histórica (ganhos ou perdas de experiência); e (iv) informações prestadas pelo órgão de gestão. • Revisão das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras relativamente a esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 6.32)</i>	
<p>Conforme descrito em maior detalhe na Nota 6.32, na sequência das medidas de resolução aplicadas ao Banco Espírito Santo, S.A. (BES) e ao Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. (Banif), em 31 de dezembro de 2019 o Fundo de Resolução detinha 25% do capital social do Novo Banco, S.A. (Novo Banco), sem os correspondentes direitos de voto, e a totalidade do capital social da Oitante, S.A..</p> <p>No âmbito da aplicação das referidas medidas, o Fundo de Resolução contraiu empréstimos junto do Estado e de um sindicato bancário, e assumiu passivos contingentes e outras responsabilidades, incluindo as relacionadas com a litigância associada a estes processos e com o mecanismo de capitalização contingente definido no âmbito da venda em 2017 da participação de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star.</p> <p>Para reembolsar os empréstimos contraídos e para fazer face a outras responsabilidades já assumidas ou que ainda possa vir a assumir, o Fundo de Resolução dispõe essencialmente das receitas provenientes das contribuições periódicas das instituições participantes (incluindo da Caixa) e da contribuição sobre o setor bancário. Está ainda prevista a possibilidade do membro do Governo responsável pela área das finanças determinar, por portaria, que as instituições participantes efetuem contribuições especiais nas situações previstas na legislação aplicável, nomeadamente na eventualidade do Fundo de Resolução não dispor de recursos próprios para o cumprimento das suas obrigações.</p> <p>De acordo com o último Relatório e Contas disponível do Fundo de Resolução, os recursos próprios do Fundo de Resolução em 31 de dezembro de 2018 eram negativos.</p> <p>O custo com as contribuições periódicas e com a contribuição sobre o setor bancário é registado pela Caixa numa base anual, conforme previsto na IFRIC 21 – “Taxas”.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Análise dos comunicados públicos divulgados pelo Fundo de Resolução desde 2016 até à data do nosso relatório. • Análise do anúncio público e do conteúdo da resolução aprovada pelo Conselho de Ministros de 2 de outubro de 2017, que autorizou a celebração pelo Estado Português, enquanto garante último da estabilidade financeira, de um acordo-quadro com o Fundo de Resolução, tendo em vista a disponibilização de meios financeiros ao Fundo de Resolução para satisfação das obrigações contratuais no âmbito da venda de 75% do capital social do Novo Banco à Lone Star. • Análise do acordo-quadro estabelecido entre o Estado Português e o Fundo de Resolução. • Leitura do último Relatório e Contas do Fundo de Resolução, que se refere ao exercício de 2018. • Revisão do enquadramento contabilístico das contribuições para o Fundo de Resolução. • Revisão das divulgações sobre esta matéria incluídas no anexo às demonstrações financeiras.

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
<i>Fundo de Resolução (Nota 6.32)</i>	
<p>As demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 refletem a expectativa do órgão de gestão de que não serão exigidas à Caixa, enquanto entidade participante do Fundo de Resolução, contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias para financiar as medidas de resolução aplicadas ao BES e ao Banif ou qualquer outro passivo ou passivo contingente assumido pelo Fundo de Resolução no contexto das referidas medidas, tendo em consideração:</p> <ul style="list-style-type: none">- as condições definidas no âmbito da renegociação em março de 2017 dos empréstimos que o Fundo de Resolução obteve para financiamento das medidas de resolução, incluindo a extensão do prazo de vencimento para 31 de dezembro de 2046 e a possibilidade de ajustamento desse prazo, tendo por objetivo garantir que o Fundo de Resolução tem capacidade para cumprir integralmente as suas obrigações com base em receitas regulares e sem necessidade de recurso a contribuições especiais ou qualquer outro tipo de contribuições extraordinárias por parte do setor bancário; e- os comunicados públicos efetuados pelo Fundo de Resolução e pelo Gabinete do Ministro das Finanças, que referem o objetivo de assegurar que tais contribuições não serão necessárias.	

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Caixa relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2018 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 15 de março de 2019, não continha reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Caixa de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas pela União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Caixa se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Caixa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Caixa;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

PA

- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Caixa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Caixa descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação financeira nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Caixa, não identificámos incorreções materiais.

PA

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Caixa Económica da Misericórdia de Angra do Heroísmo, Caixa Económica Bancária, S.A. na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de março de 2019 para um mandato compreendido entre 2019 e 2021.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização da Caixa nesta mesma data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Caixa durante a realização da auditoria.

Lisboa, 19 de maio de 2020



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC